

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS

Ivette Tatiana Castilla Carrascal

**Movimentos sociais na construção social de mercados:
uma análise comparada entre a Colômbia e o Equador**

Brasília (DF)
Janeiro 2017

IVETTE TATIANA CASTILLA CARRASCAL

**Movimentos sociais na construção social de mercados:
uma análise comparada entre a Colômbia e o Equador**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado do Centro de Pós-graduação e Pesquisa sobre as Américas, da Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Villamil Balestro

Brasília (DF)
Janeiro 2017

IVETTE TATIANA CASTILLA CARRASCAL

Movimentos sociais na construção social de mercados:
uma análise comparada entre a Colômbia e o Equador

Tese apresentada ao Programa de Doutorado do Centro de Pós-graduação e Pesquisa sobre as Américas, da Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Aprovada em: ___/___/_____

Banca examinadora:

PROF. DR. MOISÉS VILLAMIL BALESTRO – CEPPAC/UnB (ORIENTADOR)

Prof. Dr. Camilo Negri – CEPPAC/UnB

Prof. Dr. John Wilkinson – CPDA/UFRRJ

Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira – CEPPAC/UnB

Professor Doutor Sérgio Sauer - FUP/UnB

Agradecimentos

Gostaria de agradecer antes, de tudo, à CAPES, pela bolsa de doutorado no Brasil e pela bolsa de doutorado sanduíche do Programa PDSE na Alemanha. Também quero agradecer ao CEPPAC e à Universidade de Brasília por esta oportunidade. Aos professores do CEPPAC com os quais tive trocas no início desta pesquisa e durante ela: Jacques de Novion, Rebecca Igreja, Luiz Guilherme de Oliveira, Leonardo Cavalcanti. Agradeço também e sobretudo ao meu orientador de tese, Moisés Balestro; sem ele esta tese não teria acontecido. Obrigada pela leitura atenta e pelo incentivo.

Aos meus colegas e amigos do CEPPAC Marcelle Vaz, Maria Carolina Motta, Alena Profit, Aline Furtado, Ney Zavaski e Hans Carrillo. Obrigada Chicos pela luz. Aos meus amigos de Brasília, minha outra casa, Leandro Bulhões, Marianne de Lima Martins, Eliane Brito, Flavia Rocha, Valeska Barreto, Ludmila Carvalho, Rafael Rodrigues, Jaciane Milanezi, a todos, gracias pela escuta e pelos palpites.

Quero agradecer também ao Instituto Max Planck for the Study of Societies em Colônia-Alemanha e a todas as pessoas que me acolheram na minha estada de seis meses como pesquisadora visitante. Obrigada aos meus colegas pelo diálogo e pela troca de saberes entre realidades tão diversas. Agradeço especialmente aos professores Jens Beckert e Lothar Krempel e aos amigos que o Max Planck me trouxe: Irina España Eljaiek, Ana Carolina Alfinito Vieira, Dennis Mwaura, Alexandra Hees, Matthew Maguire, Mauricio Reinert e Christopher Rea. Obrigada a Mauricio e a Chris pela leitura do projeto e pelos seus valiosíssimos comentários. E a Ruth Hanisch pela acolhida.

Quero agradecer à minha família pelo seu carinho, pelo apoio e pela compreensão nesta etapa de vida. São eles meus pais, Ciro e Tatiana; meus irmãos, Sergio e Juan Carlos; meus avôs, Ana, Odette e Carlos. Assim como também agradecer ao resto da nossa grande família cheia de amor, meus tios, tias, primos e primas. Também quero agradecer a minha família brasileira, que tem me dado apoio amizade e todo o carinho: Ademar, Zô, Davi, Jonas, Adriana. Minha outra família da economia solidária: Shiley Silva, Rizioneide Amorim, Haroldo Mendonça, Rosana Kirsch, Fernanda Nagem, Ligia Bensandon e Alan Tygel. Obrigada pela inspiração, pela força e pela garra. A Carol, obrigada pela paciência, pelo apoio, pelo amor, pela cumplicidade e pela parceria.

Resumo

Qual é a relação entre os recursos dos movimentos sociais e a construção social de mercados agroalimentares? O objetivo principal desta tese é responder a essa pergunta, indicando que os recursos dos movimentos sociais e a construção social de mercados acontecem mediante a resolução de problemas de coordenação, como são o valor, a cooperação e a competição. Para tanto, foi preciso entender a trajetória da construção social dos mercados dos movimentos sociais da Região Andina, suas dinâmicas, práticas e valores e avançar no entendimento de como os movimentos sociais podem influenciar dispositivos de julgamento e códigos culturais. Foi realizada uma análise comparativa entre os casos da Agrosolidaria, na Colômbia, e do meSSe, no Equador. Entrevistas em profundidade realizadas entre 2014 e 2016, junto com pesquisa documental e a utilização de ferramentas como o Nvivo permitiram compreender que os circuitos são utilizados como uma estratégia de organização para alguns dos novos movimentos sociais. A resolução de problemas de coordenação para a construção social de mercados se vale também de dispositivos de julgamento e de outras estratégias para estabelecer a confiança entre produtores e consumidores. Os recursos humanos têm um papel decisivo na construção social de mercados agroalimentares, evidenciando que as relações de solidariedade e reciprocidade são indispensáveis e imprimem uma identidade às dinâmicas próprias das economias locais camponesas e indígenas.

Palavras-chaves: Movimentos Sociais. Construção social de mercados. Mercados agroalimentares.

Summary

What is the relationship between the resources of social movements and the social construction of agrifood markets? The main objective of this thesis answer this question, indicating that the resources of social movements and the social construction of markets happens through the resolution of coordination problems such as value, cooperation and competition. In order to do so, it was necessary to understand the trajectory of the social construction of the markets of the Andean social movements, their dynamics, practices and values and to advance in the understanding of how social movements can influence judgment devices and cultural codes. A comparative analysis was carried out between the cases of Agrosolidaria in Colombia and the meSSe in Ecuador. In-depth interviews conducted between 2014 and 2016, along with documentary research and the use of tools such as the Nvivo allowed us to understand that the circuits are used as an organizational strategy for some of the new social movements. The resolution of coordination problems for the social construction of markets also relies on judgments and other strategies to establish trust between producers and consumers. Human resources play a decisive role in the social construction of agrifood markets, showing that the relations of solidarity and reciprocity are indispensable and impart an identity to the dynamics of local peasant and indigenous economies.

Key words: Social Movements. Social construction of markets. Agrifood markets.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa analítico.....	44
Figura 2 – Linha do tempo 1990-2014.....	81
Figura 3 – Articulação de movimentos sociais meSSe.....	90
Figura 4 – Circuito econômico solidário – Canasta Utopia.....	95
Figura 5 – Recursos identificados ao interior do meSSe.....	96
Figura 6 – Recursos mais acessíveis ao meSSe (proximidade).....	98
Figura 7 – Circulação de atores (valência ou <i>betweenness</i>).....	99
Figura 8 – Guia de Feiras Agroecológicas.....	100
Figura 9 – Master frames do meSSe.....	110
Figura 10 – Linha do tempo Colombia (1990-2014).....	120
Figura 11 – Agrosolidaria na Colômbia (dados de 2010).....	128
Figura 12 – Processo de Integração de Agrosolidaria.....	129
Figura 13 – Interinstitucionalidade Agrosolidaria.....	131
Figura 14 – Circuitos Econômicos Agrosolidaria.....	133
Figura 15 – Recursos identificados pelos entrevistados ao interior de Agrosolidaria.....	136
Figura 16 – Recursos mais acessíveis a Agrosolidaria (proximidade).....	138
Figura 17 – Circulação de atores (valência ou <i>betweenness</i>).....	139
Figura 18 – Selo e marca da Quinoa Sorocá – Agrosolidaria.....	141
Figura 19 – <i>Master frames</i> Agrosolidaria.....	150
Figura 20 – Esquema analítico do meSSe e da Agrosolidaria.....	156

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Diferenças entre campos em que se baseiam a Teoria dos Campos de Ação Estratégica.	21
Quadro 2 – Características dos Circuitos de Comércio.....	27
Quadro 3 – Tipos de circuitos curtos na América Latina.....	30
Quadro 4 – Paradigmas dos movimentos sociais.....	35
Quadro 5 – Eixos analíticos dos movimentos sociais.....	37
Quadro 6 – Recursos de Movimentos Sociais.....	42
Quadro 7 – Dispositivos de Julgamento.....	48
Quadro 8 – Comparação entre Agricultura Orgânica e Agroecologia.....	58
Quadro 9 – Tipos de circuitos curtos no Equador.....	86
Quadro 10 – Organizações que fazem parte do meSSe.....	88
Quadro 11 – Tipos de circuitos no meSSe.....	94
Quadro 12 – Recursos e dispositivos de julgamento	101
Quadro 13 – frames analysis - meSSe.....	106
Quadro 14 – Master frame – circuitos econômicos solidários.....	109
Quadro 15 – Organizações que fazem parte da REDESS Colômbia.....	125
Quadro 16 – Recursos e dispositivos de julgamento.....	143
Quadro 17 – frames analysis – Agrosolidaria.....	146
Quadro 18 – Master frame – circuitos econômicos solidários Agrosolidaria.....	148
Quadro 19 – Meios de acesso a recursos dos movimentos sociais e organizações de movimentos sociais.....	161
Quadro 20 – Comparação entre os frames meSSe e Agrosolidaria.....	162
Quadro 21 – Características dos Circuitos de Comércio no meSSe e na Agrosolidaria.....	169
Tabela 1 – Experiências CIALCO.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADO, AÇÃO COLETIVA E CIRCUITOS	16
1.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS A PARTIR DA NOÇÃO DE CAMPO DE AÇÃO ESTRATÉGICA	20
1.1.2 Ação Coletiva e Circuitos de Comércio	24
1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E TRANSITIVIDADES DE RECURSOS	34
1.2.1 Compreendendo o Esquema Analítico	44
1.2.2 Consumo, bem-estar e <i>Buen Vivir</i>	51
1.3 REGIÃO ANDINA, CAMPESINATO E AGRICULTURAS ALTERNATIVAS	53
2 MÉTODO	65
2.1 COLETA DE DADOS	68
2.2 ANÁLISE DOS DADOS	71
3 CASO EQUATORIANO	74
3.1 TRAJETÓRIA E CONTEXTO DO MESSE NO EQUADOR	75
3.1.1 O Equador entre 1990 e 2014	75
3.1.2 Instituições e organizações ligadas à agroecologia e à economia social e solidária	81
3.1.2.1 <i>Movimento de Economia Social e Solidaria do Equador - meSSe</i>	86
3.1.3 Construção social de mercados agroalimentares	92
3.2 RECURSOS E ATORES DO MESSE: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REDES SOCIAIS	97
3.3 ANÁLISE DOS <i>FRAMES</i> DO MESSE	101
4 CASO COLOMBIANO	113
4.1 TRAJETÓRIA E CONTEXTO DA AGROSOLIDARIA NA COLÔMBIA	113
4.1.1 Colômbia entre 1990 e 2014	113
4.1.2 Instituições e organizações ligadas a agroecologia e economia social e solidária	123

4.1.2.1 Confederação Agrosolidaria Colômbia	127
4.1.3 Construção social de mercados agroalimentares.....	132
4.2 RECURSOS E ATORES DA AGROSOLIDARIA: UMA ANÁLISE DE	136
DISCURSO DE REDES SOCIAIS	136
4.3 ANÁLISE DOS <i>FRAMES</i> DA AGROSOLIDARIA	142
5 MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSTRUÇÃO DE MERCADOS: A COMPARAÇÃO ENTRE MESSE E AGROSOLIDARIA.....	152
6 CONCLUSÕES.....	170
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE A – Quadro entrevistas.....	187
APÊNDICE B – Lista de dimensões e categorias no n vivo 11.....	189
APÊNDICE C – Organizações que fazem parte da campanha de consumo responsável ;<i>Que rico es!</i>	191

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, aproximadamente, têm sido usados diversos termos para se referir à agricultura camponesa na América Latina. Fala-se de agricultura familiar, de pequenos produtores, de produtores agroecológicos, entre outros. Esse interesse aponta para um fenômeno muito importante que é o debate sobre as diferenças entre a agricultura organizada de uma maneira industrial e a agricultura organizada por camponeses que trabalham de maneira autônoma e com uma perspectiva holística que se contrapõe à perspectiva da primeira. Mais do que isso, agricultores e agricultoras têm resistido às grandes mudanças estruturais na história recente da América Latina. Entre as principais formas de resistência estão as mobilizações sociais e a organização em associações, grupos familiares e produtivos, mutirões ou *mingas* para trabalhar a terra.

Os movimentos sociais, como forma de organização e resistência, têm maior relevo nesta pesquisa. O papel dos movimentos sociais na construção social de mercados agroalimentares é particularmente significativo no Equador e na Colômbia assim como em outros países da América Latina com uma forte cultura camponesa. Movimentos sociais e organizações criam e encorajam iniciativas locais como feiras, mercados de produtores e vendas diretas de produtores aos consumidores. Tais iniciativas constituem o que Van der Ploeg (2008) chama de circuitos curtos e Zelizer (2011a) chama de circuitos de comércio. Os circuitos curtos são uma alternativa aos circuitos longos de alimentos dominados por grandes corporações e têm suas próprias atividades, relações e dinâmicas.

Pesquisadores têm utilizado diferentes abordagens para entender a relação entre a construção social de mercados e os movimentos sociais. Estudos como o de King e Pierce (2010) observam as mudanças institucionais e a inovação dos mercados, influenciadas pelo papel que a controvérsia dos movimentos sociais pode trazer. Essa controvérsia no mercado ajuda a refazê-los, modificá-los ou criar outros mercados. Segundo os autores, os mercados são contestados por atores insatisfeitos com os seus resultados e usam o mercado como uma plataforma para a mudança social. O sucesso da criação de alternativas de mercado estaria na habilidade de mobilizar recursos coletivos e identidades e legitimar novas categorias. Schiller-Merkens (2013) argumenta que muitos dos recentes avanços nos temas de mercado ganham significado a partir de valores morais sedimentados originalmente nas esferas dos movimentos sociais. Essa

relação também tem sido estudada desde a perspectiva dos novos movimentos sociais ou da teoria da mobilização de recursos (GENDRON; BISAILLON; RANCE, 2009).

Nesta tese, busca-se realizar um diálogo com perspectivas como a da sociologia econômica e a dos novos movimentos sociais. Essas perspectivas contribuem para cumprir o objetivo da tese, que é entender como os recursos dos novos movimentos sociais se transformam em ação para a construção social dos mercados. Ao mesmo tempo, buscou-se entender a trajetória da construção social dos mercados dos movimentos sociais da região andina, suas dinâmicas, práticas e valores e avançar no entendimento de como os movimentos sociais podem influenciar dispositivos de julgamento (processos de valoração) e códigos culturais. No decorrer da pesquisa, evidenciou-se que não somente problemas de valor são importantes na passagem entre os recursos dos movimentos e a construção de mercados, mas também os problemas de competição e de cooperação. Os três problemas formam os problemas de coordenação dos mercados (BECKERT, 2009).

São poucas as pesquisas sobre o papel dos movimentos sociais em atividades econômicas, especialmente nos mercados. Além disso, há também uma lacuna na literatura sobre desenvolvimento rural e a construção social de mercados em torno da organização econômica produtiva e seus circuitos de circulação das economias indígenas e camponesas em países andinos. Na primeira década deste século, emergem iniciativas que conectam mercados de proximidade tradicionais aos movimentos críticos da modernidade tardia, especialmente aqueles que questionam os padrões de consumo e de produção nos sistemas agroalimentares.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, realiza-se uma discussão teórica a partir das contribuições de diversos autores sobre a relação entre movimentos sociais e construção social de mercados, os novos movimentos sociais na região andina, entre outros. Duas dessas contribuições são ressaltadas. A primeira é a que Beckert (2009) descreve como o coração de um enfoque sociológico dos mercados, que seria o enfrentamento dos problemas de coordenação, que são o problema do valor, da competição e da cooperação. De acordo com o autor, esses problemas são as fontes das incertezas dos atores dos mercados, e a sua solução é uma condição para que se possa dar uma ordem dos mercados; também seria uma condição prévia para que se corrigissem os efeitos distributivos que levam à estratificação social.

A segunda contribuição que podemos ressaltar é a de circuitos de comércio de

Zelizer (2011), que afirma que os circuitos parecem ter operado de forma mais eficaz quando os participantes já compartilharam alguns laços de parentesco, proximidade, etnia, religião ou alguma atividade econômica comum. É pelo anterior que vários movimentos sociais incentivam os circuitos como forma de organização das atividades econômicas em comunidades que têm algum tipo de laço e proximidade. Movimentos como os de agroecologia e de economia social e solidária atuam nesse incentivo junto a outras organizações nacionais e internacionais.

O segundo capítulo faz uma breve apresentação do método utilizado na tese. São apresentados o objetivo principal e os específicos, o problema de pesquisa, a hipótese principal e o desenho de pesquisa. O desenho de pesquisa é de comparação orientada ao caso, com uma noção de trajetória e uma abordagem histórico-comparativa. A coleta de dados se realizou mediante pesquisa documental, entrevistas em profundidade e pesquisa bibliográfica. Para a análise de dados, utilizou-se, principalmente, o *frame analyses*, o qual se foca em como se estabelecem as construções ideológicas e como estas são utilizadas estrategicamente para enquadrar um determinado tema.

O terceiro capítulo apresenta o caso do Equador: meSSe¹ (Movimento de Economia Social e Solidaria); e o quarto, o caso da Colômbia: Agrosolidaria. Nesses dois capítulos, descreve-se o surgimento dessas organizações no contexto histórico, político e econômico de cada país. Depois, analisam-se as informações coletadas em campo, as entrevistas e os documentos. As reflexões resultam do trabalho de campo realizado entre 2014 e 2015. Assim, apresentam-se algumas instituições e organizações ligadas à agroecologia e à economia social e solidária, depois se descreve como acontece a construção social dos mercados agroalimentares em cada caso e se apresentam a análise de recursos e atores e a sua relação. Finalmente, apresentam-se as análises dos *frames* tanto do meSSe como da Agrosolidaria.

No quinto capítulo, faz-se a comparação dos dois casos. Primeiro se compara, na abordagem histórico-comparativa, o surgimento dessas duas organizações com o contexto nacional. Depois, apresenta-se o esquema analítico que tem sido modificado com a empiria e os meios de acesso a recursos dos movimentos sociais. Depois, comparam-se os *frames* e se mostram exemplos de como cada organização resolve

1 Na Agenda Política do meSSe publicada em 2015, explica-se que meSSe se escreve com minúsculas não porque eles sejam pequenos, mas por modéstia e humildade. e meSSe também se escreve com letras maiúsculas porque a economia social e solidaria é grande e está latente na sociedade e na vida das maiorias. Nesse sentido, adotamos o modo de escrita utilizado pelos próprios atores.

problemas de valor, de competição e de cooperação. Por último, mostram-se, num quadro comparativo, as características dos circuitos de comércio tal como se apresentam no meSSe e na Agrosolidaria.

Finalmente, apresentam-se algumas conclusões sobre o trabalho desenvolvido. Um dos achados da tese é que diferentes classes de recursos dos movimentos sociais se transformam em ações mediante a resolução de problemas de coordenação dos mercados e da internalização de certos códigos culturais. A organização em circuitos de comércio é uma das principais soluções que os atores dos movimentos sociais encontram para dar uma resposta aos problemas de coordenação. Na construção dessas saídas, mobilizam-se e se constroem códigos culturais que dependem da dinâmica de cada organização. São códigos que permitem aos atores dos movimentos construir uma identidade coletiva, estabelecer o que os define como movimento. Além disso, a pesquisa também avançou no entendimento da trajetória dos movimentos sociais em estudos de caso, os quais, apesar de apresentarem diferenças no seu contexto político e econômico, têm muitas semelhanças culturais, especialmente os atores de origem indígena e camponesa.

1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADO, AÇÃO COLETIVA E CIRCUITOS

Os mercados são arenas construídas socialmente, nas quais as trocas ocorrem repetidamente entre compradores e vendedores com um conjunto de regras formais e entendimentos informais que regem as relações. Essas regras e entendimentos orientam interações, facilitam o comércio, definem quais produtos são produzidos e proporcionam estabilidade para o funcionamento dos mercados. Os mercados também dependem de governos, leis e de maiores entendimentos culturais (FLIGSTEIN; CALDER, 2015). Nas palavras de Aspers e Beckert (2011), os mercados são cenários de interação social que proporcionam uma estrutura social e uma ordem institucional para o intercâmbio voluntário de direitos relacionados com bens e serviços. Não obstante, a interação dos mercados está cheia de incertezas. Segundo Beckert (2009b) a interação social só se faz possível ao integrar o comportamento individual dos atores de mercado para que estes desenvolvam uma confiança suficiente para aceitar os riscos de tal interação.

A ordem dos mercados ou a participação dos atores nas interações dos mercados tem se tentado explicar de diversas formas. A explicação da teoria econômica neoclássica se baseia na premissa de que cada um dos atores opera racionalmente com o fim de maximizar seus interesses. Segundo Zelizer (2011a), quase todos os estudiosos interessados na sociologia econômica podem enumerar os pressupostos equivocados dos modelos puramente macro e microeconômicos: que os mercados modernos são instituições autônomas e autossuficientes; que os mercados modernos determinam todas as instituições sociais e os valores culturais; que os fatores não econômicos são irrelevantes como fatores explicativos; e que o comportamento individual é mais bem explicado pelo modelo de escolha racional-a-histórica. Essas suposições têm recebido fortes críticas não somente de sociólogos, mas de cientistas políticos, antropólogos, historiadores sociais, economistas, filósofos, entre outros.

Segundo Zelizer (2011a), as alternativas atuais para o modelo econômico estão excessivamente dicotomizadas em argumentos culturais ou socioestruturais. Deve-se, portanto, apontar na direção de um modelo teórico interativo que explore a variabilidade histórica, cultural e socioestrutural e complexa da vida econômica. O vocabulário na área tem mudado para dar conta de significados culturais e sociais dos mercados, e

aparecem conceitos como cultura de mercados, vida social das coisas ou cultura do consumo. Zelizer (2011a) ressalta que, em contraste com a suposição neoclássica, o mercado pode se definir como um entre muitos arranjos sociais possíveis, como troca ou intercâmbios que envolvem processos econômicos. O mercado é, portanto, um tipo institucionalizado de relações sociais que envolvem o consumo, a produção e a troca.

Segundo Fligstein (1996), o primeiro problema para desenvolver uma sociologia de mercados é propor teoricamente instituições como regras compartilhadas, as quais são mantidas por acordos. Essas instituições, segundo o autor, podem ser chamadas de direitos de propriedade, estruturas de governança e concepções de controle e regras de troca. Elas permitem aos atores dos mercados se organizarem para cooperar, competir e trocar. Os direitos de propriedade são uma relação social que define quem reclama os benefícios e é um processo político contínuo. As estruturas de governança são as regras gerais que definem as relações de competição, cooperação e definições de mercado específicas sobre como as firmas deveriam se organizar. As concepções de controle são os entendimentos que estruturam as percepções de como o mercado funciona e permite aos atores interpretar e controlar algumas situações. Finalmente, as regras de troca definem quem pode fazer transações com quem e as condições sobre as quais essas transações são realizadas. Ao entender essas instituições, avançar-se-ia no entendimento como um todo da sociologia de mercados.

Por outro lado, White (2001) afirma que cada mercado se reproduz como uma construção social como consequência das percepções e das estruturas compartilhadas pelos atores do mercado. O mercado chega a ser flexível e capaz de persistir porque, precisamente, cimenta-se nos costumes amplamente compartilhados.

Outras explicações para a ordem dos mercados ou a participação dos atores nas interações dos mercados são dadas por Schmitter e Streeck (1999) e por Beckert (2009b). O trabalho dos dois primeiros traz quatro mecanismos de ordem dos mercados e as propriedades que os compõem. Beckert (2009b) trata da importância da integração para explicar a ordem dos mercados na sociologia econômica.

As dimensões centrais de mecanismos de ordem (Estado, Mercado e Comunidade) colocam a coordenação, os atores principais, as condições de acesso, os meios de troca e os recursos no centro de atenção (SCHMITTER; STREECK, 1999). O mecanismo de ordem Estado tem algumas propriedades, como a subordinação, hierarquia, a burocracia, a legitimidade, a coerção e o controle. O mecanismo

Comunidade tem propriedades como a solidariedade, as famílias, o pertencimento orgânico, a estima e a confiança. Já o mecanismo de ordem Mercado tem propriedades como a concorrência, as empresas e os partidos políticos, a capacidade de pagamento e a entrega, os votos, o empreendedorismo econômico e político (SCHMITTER; STREECK, 1999). Um quarto mecanismo de ordem seria a associação, que no caso de ser associação entre membros de um grupo operaria mais perto do mercado e ou do Estado. A associação como forma da sociedade civil formalmente organizada seria mais fortemente regida por lógicas comunitárias.

Por outro lado, Beckert (2009b) apresenta três enfoques dados à integração dentro da sociologia econômica, os quais compartilham as macroestruturas sociais como o espaço onde se estruturam as atividades nos mercados. Cada um desses enfoques prioriza uma forma de integração diferente. O enfoque de rede enfatiza a integração social dos atores nos mercados (GRANOVETTER 1985, 2002; WHITE, 1981, 2001). O enfoque empresarial enfatiza a integração institucional dos intercâmbios nos mercados (FLIGSTEIN 2001), e o enfoque da sociologia dos mercados enfatiza a integração cultural e o comportamento dos atores de mercado (DI MAGGIO, 1994; ZELIZER 2007). Assim, o conceito de integração assume importância para explicar a ordem dos mercados, reduzindo incertezas e descrevendo processos que resultam na estrutura social das decisões nos mercados.

Os atores dos mercados enfrentam problemas de coordenação e, para Beckert (2009), estes são o coração de um enfoque sociológico dos mercados. Os problemas fundamentais de coordenação são o problema do valor, da competição e da cooperação. De acordo com o autor, esses problemas são as fontes das incertezas dos atores dos mercados e a sua solução é uma condição para que se possa dar uma ordem dos mercados. Também seria uma condição prévia para que se corrigissem os efeitos distributivos que levam à estratificação social.

O problema do valor se refere à especificação das preferências dos atores nos mercados. A valoração de certas categorias de produtos está estabelecida por normas sociais e culturais e é mediante a atribuição de valoração subjetiva, resultado de diversos processos, que os atores de mercados dão valor aos produtos. Assim, as incertezas dos mercados nunca são eliminadas, mas se convertem num recurso para proporcionar oportunidades a novos atores nos mercados.

O problema da competição é que ameaça as expectativas dos produtores de obter

utilidades e estes buscam então estabelecer estruturas de mercado que os protejam da competição. Só que isso afeta os interesses de outros atores e a própria competição, os consumidores, o governo e outros grupos de interesses. Estruturar a competição, segundo Beckert (2009b), não somente resolve um problema de coordenação como rebate resultados da distribuição que reflete as iniquidades de poder dos atores no mercado.

O problema da cooperação surge dos riscos sociais que os atores dos mercados assumem devido ao seu conhecimento incompleto dos outros atores. As incertezas são muitas; assim, a confiança se constitui como uma das soluções mais importantes ao problema da cooperação nos mercados. Para que os atores confiem e entender como isso acontece, as teorias de comportamento que admitem somente a ação racional são insuficientes. Segundo Beckert (2009b), devem ser levados em conta outros enfoques sociológicos, como o de redes e instituições que determinam outras formas de estabelecer a cooperação entre atores.

A sociologia dos mercados pretende entender como os anteriores problemas de coordenação se resolvem e dão conta das condições nas quais os mercados podem ser mecanismos para a organização das atividades da economia. Esses problemas se resolveriam baseados na influência normativa das macroestruturas sociais (empresas ou instituições, redes sociais e estruturas cognitivas). Para Beckert (2009b), essas macroestruturas não devem ser trabalhadas de forma separada, pois são consideradas complementares na resolução dos problemas. As redes, as instituições e as estruturas cognitivas são irredutíveis, e uma fonte importante da dinâmica dos mercados decorre da sua inter-relação; sua influência recíproca permite considerar suas inter-relações como fontes dinâmicas dos campos (BECKERT, 2010).

Por outro lado, para Fligstein e Calder (2015), a sociologia de mercados se baseia fortemente em três abordagens teóricas que se relacionam com as anteriores, colocadas por Beckert. As abordagens são: análise de redes, teoria institucional nos estudos organizacionais e economia política. A abordagem de análise de rede é, segundo os autores, o ponto de partida para mapear as relações entre os agentes do mercado e serve como canal para informações, para mitigar os problemas de confiança e controlar a dependência de recursos. A teoria institucional enfatiza entendimentos informais e estruturas cognitivas que moldam a estrutura social dos mercados. Também enfatiza o modo como as leis formais, os regulamentos e as ações dos Estados e os tribunais têm

efeitos profundos na estrutura do mercado. Finalmente, a economia política pensa sobre as ligações entre os Estados, a lei, os mercados e a emergência histórica dos sistemas de governança. Nessa abordagem, os mercados são construções sociais e políticas que refletem a cultura de um país, sua história das relações de classe e as várias intervenções que seus governos tenham efetuado através da história.

Essas escolas de pensamento oferecem diferentes ferramentas conceituais para entender como e o que acontece nos mercados e, por exemplo, para analisar um mercado em particular. Elas convergem em muitas questões; por exemplo, a teoria institucional e a economia política enfatizam ambas o papel do Estado na construção de mercados. Ou a análise de redes e a teoria institucional, já que as duas exploram o modo como as estruturas sociais transmitem informações de mercado, definem procedimentos e geram confiança (FLIGSTEIN; CALDER, 2015).

Como Fligstein e Calder (2015) argumentam, existem alguns temas de fronteira na sociologia de mercados que são áreas em que estão se desenvolvendo trabalhos interessantes como a sociologia do consumo. De acordo com os autores, grande parte da sociologia dos mercados ignora o consumo e concentra-se mais na produção. No entanto, entre esses dois campos constroem-se ligações, algumas que se concentram nos instrumentos e nos dispositivos de mercado e outros que enfatizam a estruturação social dos próprios mercados (enraizamento). Esta é, segundo Fligstein e Calder (2015), a maior lacuna atual da sociologia dos mercados. Os estudos com foco em instrumentos e dispositivos são mais fortes na Europa; por outro lado, a tradição da estruturação social nos mercados é mais forte nos Estados Unidos. Nesta pesquisa, para ter um olhar latino-americano, tenta-se colocar em diálogo essas duas tradições, com seus contextos e particularidades.

Para superar as críticas que possam ser feitas a uma ou outra posição epistemológica, tem-se gerado na sociologia dos mercados pesquisas com duas abordagens. A primeira é a de se concentrar sobre o papel do governo, o que ajudaria a moldar os dispositivos de mercado e as instituições de mercado para que construam confiança e possam ser cumpridos os contratos. A segunda abordagem poderia ser a de se focar nas relações entre as firmas e os instrumentos que elas usam (FLIGSTEIN; CALDER, 2015).

1.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS A PARTIR DA NOÇÃO DE CAMPO DE AÇÃO ESTRATÉGICA

Em *How do Fields Change?*, Beckert (2010) pretende contribuir com o desenvolvimento de uma perspectiva integrada da construção social de mercados. Essa compreensão dos mercados está baseada num *framework* geral que compreende as noções de redes, instituições e estruturas cognitivas. A noção de rede mostra o tamanho e a posição em que os atores, sejam organizações, sejam indivíduos, estão num espaço estruturado. As instituições mostram que a força relativa dos atores está ancorada em regras institucionais as quais regulam e suportam certos tipos de comportamento enquanto desencorajam outros. E as estruturas cognitivas ajudam a ter uma organização mental do ambiente social e, assim, contribuir para a ordem dos mercados. Tudo isso dentro da noção de campo. Os campos são entendidos como ordens sociais locais ou arenas sociais em que os atores se reúnem e configuram suas ações um ao outro (FLIGSTEIN, 2001). A noção de campo dá atenção aos diferentes tipos de estruturas sociais relevantes nos mercados e, ao mesmo tempo, torna possível mudar o foco teórico sobre a relação entre estruturas e processos da agência.

Fligstein e McAdam (2012) propõem a teoria dos campos de ação estratégica, que é uma teoria integrada que explica como a estabilidade e a mudança são alcançadas por atores sociais em delimitadas arenas sociais. Para construir essa teoria, os autores baseiam-se, em grande medida, em conceitos empregados por estudiosos nos campos dos movimentos sociais, organizacionais, na economia sociológica e na análise institucional dentro da ciência política. Estudiosos desses campos estão todos preocupados em como as organizações podem controlar e efetuar mudanças em seus ambientes e entender como os atores cooperam com outros ainda que existam conflitos e competição. No centro dessas preocupações está o problema fundacional da ação coletiva estratégica.

Todos esses campos mencionados estão focados na emergência, na estabilização, na institucionalização e na transformação das arenas construídas socialmente nas quais atores incrustados (*embedded actors*) competem por recompensas materiais e de status. E estão também preocupados com a habilidade dos atores de se empenhar numa exitosa ação coletiva estratégica dentro das ordens sociais construídas. Fligstein e McAdam (2012) consideram que é útil ver mais de perto o que esses campos têm em comum ou

quais são as características que mais os definem.

Quadro 1 – Diferenças entre campos em que se baseiam a Teoria dos Campos de Ação Estratégica.

Escolas de pensamento – Eixos	Foco	Estado	Cultura
Sociologia Política	Focado na mudança e na estabilidade das instituições e nas agências do Estado e sua relação com a sociedade civil.		Interesse renovado pela cultura.
Movimentos Sociais	Interessados em como as ameaças e as oportunidades catalisam a mobilização de novos atores que podem desestabilizar as instituições e os campos na sociedade.	Interesse pelo Estado de forma intuitiva.	Tem se colocado mais em evidência a “virada cultural” e tem interesse no papel dos “ <i>framing process</i> ” na ação coletiva.
Teoria Organizacional	Preocupada com a emergência das organizações formais e o papel do ambiente, atores-chave e o Estado nesse processo.	Pensam o Estado como uma força exógena que provê regras para as organizações.	Interesse renovado pela cultura.
Sociologia Econômica	Focada na formação dos mercados e no papel das firmas, das organizações e dos Estados na sua construção.		

Institucionalismo Histórico	Preocupado em entender como as instituições emergem como respostas a problemas recorrentes de conflito e coordenação.		
------------------------------------	---	--	--

Fonte: Baseado em Fligstein e McAdam (2012, p. 6).

A crítica que Fligstein e McAdam (2012) fazem às anteriores áreas é que elementos como a ação coletiva, o espaço social, a cultura, o Estado e a mobilização, apesar de estarem presentes em todas essas literaturas, não têm sido integrados numa teoria. Os autores estão então interessados em propor essa teoria que integre esses elementos de forma sistemática, uma teoria geral de mudança social e estabilidade enraizada numa perspectiva de vida social dominada por uma complexa rede de campos de ação estratégica. Na teoria dos campos elaborada por esses autores, o que quer é repensar os problemas relacionados com a agência, a estrutura e as relações entre processos macrosociais e as microinterações.

Grande parte da sociologia postula que as pessoas estão enredadas nas estruturas sociais que estão fora de seu controle e que operam em um nível que está acima delas, o que dá pouca margem de manobra para que ajam de forma autônoma. Os estudiosos que têm pesquisado o problema da agência e da estrutura têm tentado compreender como é que os indivíduos agem, apesar desses macroprocessos e estruturas, e quais as condições em que pode ser possível para os atores resistirem às estruturas e criarem mundos alternativos (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012).

É importante ressaltar que a teoria dos campos, além de utilizar conceitos das áreas mencionadas no quadro anterior, tem emprestado elementos de outras perspectivas, como a teoria da estruturação de Anthony Giddens, a nova teoria institucional dos estudos organizacionais e, sobretudo, do papel do habitus, do *capital social* e da vida política de Bourdieu. Com base nisso, apresentam-se sete elementos centrais da teoria dos campos: (1) campos de ação estratégica; (2) responsáveis, desafiadores e unidades de governança; (3) habilidade social e funções existenciais do social; (4) mais amplo ambiente de campo; (5) *shocks* exógenos, mobilização e início de disputa; (6) episódios de contenção; (7) acordos. Neste trabalho, aprofundaram-se os primeiros três elementos, que são os mais importantes na hora de se

pensarem a estabilidade e as mudanças dos campos.

O primeiro são os campos de ação estratégica, que para os autores são as unidades fundamentais de ação coletiva na sociedade. Um campo de ação estratégica é uma ordem social construída em nível médio na qual os atores se sintonizam uns com os outros e compartilham uma base de entendimentos sobre os propósitos e os objetivos do campo, as relações com outros e as regras que regem a ação. Todos os atores coletivos, como organizações, sistemas governamentais, clãs, movimentos sociais, entre outros, são feitos de campos de ação estratégica.

Fligstein e McAdam (2012) veem esses campos de ação estratégica como arenas construídas socialmente, nas quais atores com diferentes dotações de recursos competem por vantagem. Os atores salientam que essas arenas se constroem socialmente em três aspectos importantes: primeiro, a membresia está baseada mais em critérios subjetivos que objetivos; segundo, os limites dos campos de ação estratégica não são fixos e dependem da definição da situação e das diferentes questões em jogo; e por último, os campos de ação estratégica são capazes de transformar um conjunto de entendimentos formados ao longo do tempo pelos membros do campo.

O segundo elemento-chave da teoria dos campos são os responsáveis, os desafiadores e as unidades de governança. Os responsáveis são aqueles atores que exercem influência desproporcional dentro de um campo e cujos interesses e pontos de vista tendem a estar fortemente refletidos na organização dominante do campo de ação estratégica. Os desafiadores ocupam nichos menos privilegiados dentro do campo e normalmente exercem pouca influência sobre o seu funcionamento. Já as unidades de governança são as encarregadas de supervisionar o cumprimento das regras do campo e facilitar o bom funcionamento geral e a reprodução do sistema. A questão é que essas unidades reforçam a perspectiva dominante e guardam os interesses dos responsáveis. O conceito de unidades de governança interna é um dos elementos que Fligstein e McAdam (2012) trazem como novos à teoria proposta. O conceito de governança ao qual os autores se referem é a governança no interior dos grupos.

Um terceiro elemento da teoria dos campos é o das habilidades sociais. Para os autores, o conceito de habilidade social destaca a maneira pela qual os indivíduos ou atores coletivos possuem uma capacidade cognitiva desenvolvida para a leitura de pessoas e ambientes, enquadrando linhas de ação e mobilização de pessoas a serviço de concepções mais amplas. Tendo em conta esses três elementos Fligstein e McAdam

(2012) propõem uma teoria dos campos de ação estratégica que ajude a compreender se as estruturas sociais no nível médio estão emergindo, são estáveis ou vivenciam algum processo de transformação. De acordo com os autores, o principal foco da teoria dos campos de ação estratégica é entender como as pessoas cooperam, como os grupos realizam ações e como acontece a interação entre os grupos, quer dizer, uma nova forma de entender a ação coletiva.

A teoria dos campos de ação estratégica poderia permitir entender melhor a ação coletiva de maneira integrada e, para isso, as contribuições aqui levantadas podem ser orientadoras. Compreender os mercados como campos de ação estratégica nos leva não só a indagar sobre sua construção social, sobre os atores que intervêm e o seu papel neles, mas também os diferentes contextos e a diversidade de perspectivas e formas para descrevê-los.

1.1.2 Ação Coletiva e Circuitos de Comércio

As ações coletivas são aquelas realizadas por pessoas dentro dos movimentos sociais, ações que promovem mudanças ou que resistem a elas. As perspectivas teóricas têm enfatizado o propósito da ação coletiva e suas diferentes formas de ação dentro dos movimentos sociais, como protestos, encontros públicos, marchas pacíficas, vigílias, protestos espontâneos, entre outros. As pesquisas em ação coletiva buscam identificar os princípios gerais ou padrões e estão focadas nas condições que as promovem ou as impedem e as formas nas quais uma ação coletiva influencia ações futuras. Dentro da pesquisa dos movimentos sociais, isso é comumente chamado de problema de mobilização, quer dizer, como as pessoas junto aos recursos se juntam e coordenam suas ações (OLIVER, 2013).

O termo ação coletiva veio a ser mais usado depois da publicação, em 1965, da obra de Mancur Olson *The Logic of Collective Action*. Olson explica o comportamento de indivíduos racionais que se associam para a obtenção de algum benefício coletivo que se converta em vantagens individuais. Segundo Olson (1965), o interesse comum dos membros de um grupo para obter um benefício coletivo nem sempre é suficiente para que cada um deles contribua na obtenção de tal benefício. O indivíduo pode não participar, deixando que os outros paguem pelo custo da obtenção do seu benefício, pois sabe que, participando ou não, não lhe será negado o benefício que é coletivo.

Segundo Ostrom (2000), com essa publicação Olson desafiou a fundação do pensamento democrático moderno, oferecendo a provocativa afirmação de que pessoas autointeressadas não contribuiriam para a produção de um bem público. Esse argumento se converteria na conhecida Tese de Zero Contribuição, que sustenta, segundo a autora, que o indivíduo não pode superar os problemas de ação coletiva e precisa ter regras aplicadas externamente para alcançar o seu próprio interesse em longo prazo. No entanto, Ostrom vem contestar essas e outras teses sobre a ação coletiva que, segundo ela, apresentam várias contradições.

O trabalho de Ostrom (2000) parte da questão fundamental da diversidade de tipos de indivíduos, alguns com maior vontade que outros de iniciar alguma reciprocidade para alcançar benefícios da ação coletiva. Por isso, uma das suas preocupações centrais foi a de como potenciais cooperadores sinalizavam uns aos outros e desenhavam instituições que reforçavam em vez de destruir a cooperação condicional. Para a autora, enquanto não houvesse uma verdadeira teoria da ação coletiva, as teorias evolucionárias pareceriam mais capazes de explicar as várias conclusões e trazer o núcleo de uma teoria geral. Segundo Ostrom (2000), a maioria dos estudos dos economistas políticos assume um modelo único de ação individualmente racional (ou que ela chama de egoístas racionais). Uma ampla gama de experiências econômicas tem afirmado que o pressuposto egoísta racional funciona bem para prever o resultado de situações competitivas de mercado, mas, com relação a situações de ação coletiva, os resultados são complementemente diferentes.

Experiências públicas são amplamente utilizadas para examinar a disposição dos indivíduos para superar os problemas da ação coletiva. Ostrom (2000) apresenta uma experiência em que cada indivíduo está dotado com um conjunto de ativos fixos e deve decidir quantos desses ativos contribuem para o bem público. Quando um indivíduo faz, por exemplo, uma contribuição de dez unidades para o bem público, cada um dos participantes do grupo, incluído o indivíduo, recebe um benefício de, por assim dizer, cinco unidades. Nesse cenário, o resultado ótimo para o grupo de participantes como um todo é para que todos possam contribuir para fornecer os bens públicos. Esses fatos são difíceis de explicar usando a teoria padrão de que todos os indivíduos que enfrentam a mesma estrutura de jogo avaliam decisões da mesma forma.

Ao construir uma Teoria da Ação Coletiva com múltiplos tipos de jogadores ou participantes, Ostrom (2000) assume a existência de dois tipos de jogadores utilizadores

da norma: os “cooperadores condicionais” e os “castigadores dispostos”. Os cooperadores condicionais são indivíduos que estão dispostos a iniciar uma ação de cooperação quando estimam que outros também serão recíprocos e repetem essas ações tanto quanto seja a proporção suficiente para que os outros se envolvam reciprocamente. A questão é que alguns ficam facilmente desapontados se outros não contribuem e assim começam a reduzir sua contribuição. Por outro lado, os castigadores dispostos transmitem um nível considerável de desprezo e raiva para com os outros que não tenham correspondido plenamente a sua confiança e incentivam positivamente os outros quando as taxas de cooperação são elevadas.

A questão central para a autora é: como podem esses tipos de jogadores ter emergido e sobrevivido num mundo de egoístas racionais? O maior problema ao tentar compreender as instituições é compreendê-las na sua diversidade. Como podemos ver embaixo da imensa diversidade de interações e regulações sociais em mercados, hierarquias, famílias, esportes, legislaturas, eleições e outras situações para identificar blocos de construção universais utilizados na elaboração de tais situações estruturadas? (OSTROM, 2000).

Para Ostrom (2005), os atores em geral têm informações incompletas sobre a estrutura da situação na qual interagem uns com os outros, mas podem adquirir informações mais completas e confiáveis com o tempo. Além disso, as preferências dos atores para conseguir seus benefícios são combinadas com outras normas e preferências relacionadas aos outros. Esses atores usam uma variedade de fatores para tomar suas decisões que podem levar à maximização de benefícios para si e para os outros em algumas situações competitivas, mas são altamente cooperativos em outras situações. Com base no anterior, vê-se como os atores, nos ambientes de recursos que são de uso comum, raramente têm informações completas para tomar uma decisão, mas eles as aprendem. Esse aprendizado assume muitas formas; eles aprendem normas e regras sociais, o modo como indivíduos se comportam tipicamente (reputações), além de práticas sobre como guiar o comportamento em situações específicas.

Para manter e construir a cooperação durante longos períodos, Ostrom (2000) apresenta cinco princípios que ajudam nesse fim. O primeiro princípio é a presença de regras claras de fronteira, princípio que permite aos participantes de um grupo saber quem está dentro e quem está fora de um conjunto definido de relações e com quais cooperar. Um segundo princípio são as regras de utilização em locais onde se têm

restringência de quantidade, de tempo, tecnologia de colheita do recurso, a alocação de benefícios proporcionais aos insumos. O terceiro princípio se refere à participação na tomada e na modificação das regras de utilização pelos indivíduos afetados por um regime de recursos. O quarto princípio tem a ver com a seleção dos próprios monitores, responsáveis pelas condições dos recursos e sobre o comportamento dos usuários. O quinto princípio destaca que estes regimes de recursos devem usar sanções que dependem da gravidade e do contexto.

Alguns dos princípios apresentados por Ostrom (2000), como a definição de regras claras de fronteira entre grupos e de tarefas entre os atores, coincidem com parte das características fundamentais dos circuitos de comércio definidos por Zelizer (2011a). Ostrom apresenta algumas ferramentas analíticas para entender como atores que agem coletivamente estão dispostos a cooperar, a estabelecer regras e quais princípios permitem que essas relações se estabeleçam num longo prazo. Zelizer (2011a), por sua vez, apresenta os circuitos de comércio como uma forma de ação coletiva, define-os, caracteriza-os e aprofunda-os na sua forma de organização, dando aos aspectos culturais uma maior importância. Circuitos econômicos são uma forma distinta e generalizada de interação econômica que se repete em toda uma enorme variedade de circunstâncias e, para reconhecê-los, Zelizer (2011a) nos apresenta características mostradas abaixo (quadro 2).

Quadro 2 – Características dos Circuitos de Comércio.

Características dos Circuitos de Comércio	
(a)	relações sociais distintivas entre indivíduos específicos;
(b)	compartilham atividades econômicas exercidas por meio de estas relações sociais;
(c)	criação de sistemas comuns de contabilidade para avaliar as trocas econômicas, por exemplo, formas especiais de dinheiro, moedas sociais;
(d)	entendimento compartilhado do significado das transações dentro do circuito, incluindo a sua valoração moral;
(e)	uma fronteira que separa os membros dos circuitos de não membros, com algum controle sobre as operações que cruzam a fronteira;

(f)	conhecimento mútuo dos participantes.
-----	---------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora com base em Zelizer (2011a, p. 303-304).

Nesta pesquisa, importa analisar o conceito de circuito com o propósito de entender melhor os mercados agroalimentares locais. Nos circuitos, acontecem as relações de intercâmbio, concorrência e produção. Segundo Weber, Heinze e DeSoucey (2008), o desafio básico da criação de mercados é que os atores desenvolvam estruturas sociais para mediar os problemas que eles encontram no intercâmbio entre produtores e consumidores, na concorrência e na produção. Assim, pode-se pensar os mercados agroalimentares locais como circuitos onde produtores, consumidores e outros atores aparecem cumprindo algum papel.

Os circuitos desenvolvem suas próprias atividades, relações e têm dinâmicas específicas, dependendo do seu objetivo. Além disso, podem ser curtos ou longos (VAN DER PLOEG, 2008), podem ser circuitos de comércio (ZELIZER, 2011a) ou podem também ser chamados de circuitos de proximidade, mercados de proximidade, circuitos curtos de comercialização, entre outros².

Esses mercados e circuitos não são um tema recente, o que é novo é o interesse agora dado, pois contrastam com os mercados globais. A concepção de circuitos curtos e mercados de proximidade começou no Japão no ano de 1965, quando um grupo de mulheres preocupadas com o uso massivo de agrotóxicos e com a industrialização fundaram as Teikei. A palavra Teikei, cooperação ou aliança em japonês, designava um movimento que associou produtores agrícolas e consumidores. O camponês se comprometia a proporcionar alimentos sem químicos em troca da compra por subscrição da sua colheita, devido à crise que atravessava o Japão.

Essa experiência se difundiu por todo o país e influenciou outras experiências na Suíça (Food Guilds); no Canadá e nos Estados Unidos, desenvolveram-se as CSA (Community Supported Agriculture) ou Comunidades que Sustentam à Agricultura. Na França, algo parecido às CSA se desenvolveu em 2002 e tem tido muita influência em outras experiências: as AMAP (Associations pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne) ou associações para manutenção da agricultura camponesa. Na América Latina, as experiências de circuitos curtos mais representativas são as biofeiras, os

² Assim como outros conceitos, sua utilização depende do contexto e da origem (academia, organizações internacionais, políticas públicas, movimentos sociais).

mercados ecológicos, orgânicos, como em Cuenca e Loja no Equador, Jalisco e Xalapa no México. Na área compras públicas (mercados institucionais), no Brasil, por lei se estabelece que ao menos 30% das compras públicas para merenda escolar devem ser feitas diretamente à agricultura familiar (CEPAL, 2014).

Algumas dessas experiências têm em comum a relação de longo prazo entre produtores e consumidores (compradores). Segundo Dubuisson-Quellier e Lamine (2008), esses sistemas de subscrição a longo prazo tomam diferentes formas com vários graus de alternatividade e localismo³. O princípio desses contratos locais é que os consumidores pagam pelas suas caixas de produtos agrícolas (frutas e legumes, entre outros produtos) antecipadamente, o que permite dividir os riscos entre agricultores e consumidores. Essa é um experiência de responsabilidade e de empoderamento por parte desses atores de mercado.

Os circuitos de comércio podem ajudar a compreender a forma de como algumas comunidades se organizam. Como Zelizer (2011a) explica, circuitos parecem operar de forma mais eficaz quando os participantes já compartilharam alguns laços de parentesco, proximidade, etnia, religião ou alguma atividade econômica comum. É pelo anterior que vários movimentos sociais incentivam os circuitos como forma de organização das atividades econômicas em comunidades que têm algum tipo de laço e proximidade. Movimentos como os de agroecologia e de economia social e solidária atuam nesse incentivo junto a outras organizações nacionais e internacionais. Com isso, esse tipo circuitos tenta reduzir os intermediários e trabalhar numa relação mais próxima entre produtor e consumidor. Pela experiência de trabalho em circuitos na América Latina, a CEPAL (2014) apresenta dez tipos de circuitos curtos, como se mostra no quadro 3.

Quadro 3 – Tipos de circuitos curtos na América Latina.

Tipos de circuitos curtos	Exemplos
Venda direta	Cesta, colheitas.
Venda direta em feiras locais	Feiras agroecológicas, orgânicas.
Venda em lojas	Pontos de venda coletivos, restaurantes, comércios.

3 Prioriza a produção e o consumo de bens locais.

Venda direta em supermercados	Diferenciação de produtos nos supermercados.
Entrega em domicílio	Feiras semanais em domicílio.
Venda antecipada	Comunidades de apoio à agricultura.
Venda por correspondência	Internet, outros.
Consumo direto	Agroturismo, turismo comunitário.
Venda ao setor público	Compras públicas, merenda escolar.
Exportação sob normas do comércio justo.	Lojas de comércio justo no exterior.

Fonte: CEPAL (2014).

Os analistas de redes têm se preocupado mais com entender as conexões econômicas e com entender as relações sociais relativamente estáveis mediante um conjunto de ferramentas. Mais os circuitos são pensados para compreender relações sociais instáveis como as dos movimentos sociais. Os circuitos envolvem redes, mais também diversas formas específicas de transações econômicas assim como trabalho relacional. O trabalho relacional postula que em todas as áreas da vida econômica as pessoas estão criando, mantendo, simbolizando e transformando relações sociais significativas (ZELIZER, 2011b). Por isso se pensa que os circuitos podem ajudar a entender os mercados agroalimentares locais, pois estes estão estreitamente ligados a movimentos sociais que têm, de certa forma, uma dinâmica instável.

O sistema predominante de distribuição de alimentos atual é o de circuitos longos, caracterizado por ter participação de um alto número de intermediários e uma baixa diversidade nos produtos. Segundo Van der Ploeg (2008), os circuitos longos ou impérios alimentares são compostos de grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que operam cada vez mais em escala global e têm exercido, cada vez mais, um maior controle e apropriação sobre os mercados locais e seus processos. Por isso, os circuitos curtos de comercialização constituem uma alternativa a tais sistemas, articulam a oferta das demandas locais de alimentos e são uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social. Os mercados de proximidade mostram que os mercados podem ser executados de uma maneira diferente do que os anônimos mercados globais e são muitas vezes capazes de resistir a serem tomados por

grandes grupos de capital; e sua construção é frequentemente uma resposta aos efeitos sociais negativos de tais mercados (VAN DER PLOEG; YE; SCHNEIDER, 2012).

Os circuitos curtos são descentralizados e, segundo Van der Ploeg (2008), estão focados na ligação desde a produção até o consumo de alimentos e, de modo mais geral, na ligação entre a agricultura e a sociedade regional. Essa ligação é uma das características dos novos mercados de proximidade, os quais frequentemente estão relacionados com recursos locais e regionais. Eles também são próximos das novas formas associadas de governança, as quais têm suas raízes nos movimentos sociais, marcos institucionais e/ou programas de políticas dos quais eles emergem. Além disso, frequentemente estão apoiados por agências estatais e envolvem a redistribuição de recursos para atingir objetivos específicos (VAN DER PLOEG; YE; SCHNEIDER, 2012). As formas associativas de governança ou a governança associativa seria uma forma voluntária de autorregulação coletiva, baseada em negociações entre atores e posições e interesses comuns. Nela a participação, a representação e o controle seriam os principais componentes (FONTELLA, 2010).

Diversos atores têm tido um papel no apoio à criação ou à reestruturação de mercados de proximidade, apoio que depende também do contexto econômico e político onde esses mercados se encontram. A ausência de autoridades centrais que facilitem acordos entre grupos e comunidades é um fator para que mais pessoas se envolvam em circuitos que enfrentam problemas coletivos, sobretudo aqueles onde a confiança tem um papel central. Problemas de confiança tornam-se mais graves quando as pessoas têm atividades coletivas consequentes de longo prazo. Historicamente, a maioria das pessoas tem resolvido implicitamente tais problemas, restringindo a confiança a quem tem uma interação frequente, mas, quando as relações se tornam mais intermitentes, as pessoas estabelecem essas relações nos circuitos comerciais (ZELIZER, 2011a).

Na construção social, os mercados são definidos no plural (“mercados”) e, por isso, entende-se que existem vários mercados, e não um único como única entidade abstrata. Isso quer dizer que os mercados diferem em variáveis como o tamanho, a estrutura, a extensão, a integração, as dinâmicas, entre outras. Os mercados não são autorregulados, são socialmente construídos, assim como são definidos e moldados de acordo com racionalidades, vontades, poderes, disputas, conhecimento e recursos que atores sociais e grupos têm nos seus processos de interação social (GAZOLLA; PELEGRINI, 2010). O papel dos movimentos sociais na construção social de mercados

alimentares locais é particularmente relevante no Equador e na Colômbia, assim como também em outros países latino-americanos com uma forte cultura indígena e camponesa e onde os circuitos curtos de produção e mercados locais são uma forma de organização alternativa aos longos circuitos e incentivos para o desenvolvimento rural.

Estudiosos têm tratado de entender a relação entre a construção social de mercados e os movimentos sociais desde as perspectivas dos novos movimentos sociais (PORTILHO 2009; SCHILLER-MERKENS, 2013), desde a teoria da mobilização de recursos (GENDRON; BISAILLON; RANCE, 2009) até a perspectiva do papel da controvérsia nos movimentos sociais (KING; PEARCE, 2010). Contribuições como a de circuitos de comércio (ZELIZER, 2011a) também ajudam a ver como se estabelece essa relação.

Estudos como o de King e Pierce (2010) observam as mudanças institucionais e a inovação dos mercados, influenciadas pelo papel que a controvérsia dos movimentos sociais pode trazer. Essa controvérsia no mercado ajuda a refazê-los, modificá-los ou criar outros mercados. Segundo os autores, os mercados são contestados por atores que estão insatisfeitos com os seus resultados e usam o mercado como uma plataforma para a mudança social. O sucesso da criação de alternativas de mercado estaria na habilidade em mobilizar recursos coletivos e identidades e legitimar novas categorias. Os Novos Movimentos Sociais Econômicos (GENDRON; BISAILLON; RANCE, 2009) adaptam os mecanismos econômicos e os modelam de acordo com os seus valores, e isso resulta numa redefinição, repolitização e ressocialização das transações econômicas. Esses movimentos têm acesso a diferentes classes de recursos dependendo do contexto onde se encontram seus atores, seus objetivos e limites, entre outras causas.

Weber, Heinze e DeSoucey (2008) sugerem que os movimentos sociais podem dar soluções a três desafios na criação de novos segmentos de mercado, como a produção empresarial, a criação de identidades coletivas dos produtores e o estabelecimento de intercâmbio regular entre produtores e consumidores. No seu trabalho *Mobilizing Codes*, afirmam que os movimentos mobilizam amplos códigos culturais e que esses códigos motivam os produtores a entrar e persistir em um mercado nascente, permitindo uma identidade coletiva. Outros estudos, como os de Fligstein e McAdam (2012), referem-se ao ativismo como uma força perturbadora nos mercados existentes ou usam a literatura dos movimentos sociais para conceituar a criação de mercado como um processo de mobilização coletiva.

Muitos dos recentes avanços nos temas de mercado ganham seu significado a partir de valores morais sedimentados originalmente nas esferas dos movimentos sociais. Valores, normas, crenças, ou *frames*, formam o material cultural para a construção social dos mercados. No entanto, não se sabe muito sobre o papel dos movimentos sociais como fornecedores de cultura material para a estruturação cultural dos mercados, em particular se os valores morais partilhados por esses movimentos tornam-se parte da justificação desses novos mercados. Por isso é que compreender o legado cultural de esferas sociais não econômicas é muito importante, especialmente nas sociedades contemporâneas onde mais e mais mercados se constroem no limite de campos não econômicos, como é o caso dos movimentos sociais (SCHILLER-MERKENS, 2013).

Beckert (2009b) lembra a relação das desigualdades sociais dos mercados e os movimentos sociais, ressaltando que a iniquidade extrema pode resultar em protestos sociais que afetam diretamente o sistema de mercado. Assim, os mercados e o seu funcionamento somente podem ser compreendidos dentro do amplo contexto da sociedade, sendo os mercados tanto cenários políticos como econômicos.

Os mercados de uma maneira geral têm sido vistos tradicionalmente como vetores de aumento da desigualdade no contexto neoliberal. Segundo Stiglitz (2008), a abertura ao comércio não melhorou a situação de toda a população de um país; ao contrário, só aumentou e continua aumentando a distância entre uns e outros, por isso a liberalização do comércio tem sido fortemente criticada. As assimetrias entre o comércio dos países do norte e do sul global são evidentes nas trocas de *commodities*⁴. A liberalização comercial pode prejudicar as indústrias locais que concorrem com as importações, e os exportadores locais se veem em dificuldades de ampliar sua oferta. Não entanto, frente às assimetrias no comércio internacional e às diferentes formas de exclusão, tem-se construído ou incentivado experiências de comércio local pela América Latina e pelo mundo (CASTILLA CARRASCAL, 2011).

Nesta pesquisa, é dado um enfoque a esses mercados locais, aos mercados como ferramenta para a redução das desigualdades. Na ótica de Wilkinson (2002), os mercados são vistos como prolongamento de relações familiares ou diretamente, como consumidores ou como canais de comercialização, onde a confiabilidade do produto é

4 Produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores (CASTILLA CARRASCAL, 2011).

resultado da confiança nos produtores, podendo-se dispensar, em muitos casos, as garantias formais de qualidade; mercados em que parentesco, vizinhança e conhecimentos tradicionais consolidam lealdades. Mercados como os mercados de proximidade e os circuitos curtos.

1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E TRANSITIVIDADES DE RECURSOS

Entre os atores sociais mais importantes e objeto desta pesquisa estão os movimentos sociais. Eles representam lutas orientadas para as mudanças por parte de grupos que têm um acesso desigual ao poder ou que se opõem ao *status quo* (MCADAM; TARROW; TILLY, 1996). Até o final da década de 1990, os trabalhos teóricos sobre movimentos sociais tendiam a considerá-los como opositores ao Estado. Os trabalhos mais recentes apontam para outra direção, indicando que, de fato, muitos movimentos orientados para o mercado têm procurado intervenções estatais para prevenir que os mercados causem resultados econômicos nocivos (KING; PEARCE, 2010).

O termo movimento social começou a ser usado no século XIX para referir-se a revoltas, manifestações e diferentes formas de ação coletiva relacionadas à organização da classe trabalhadora (SARRIA, 2009). Esse surgimento se deu nos grandes centros dos países industrializados, articulados com diversas redes como a igreja, os sindicatos e alguns partidos de oposição ao regime político na época. Na América Latina, por haver países de uma estrutura econômica de base mais agrária, o surgimento dos movimentos sociais se deu com caráter mais de rebeliões, mais próximos dos modelos clássicos de rebeliões populares (WOLF, 1969). A categoria de movimentos sociais na região foi inicialmente influenciada pelas construções teóricas europeias, mais em meados do século XX e começos do XXI; foi se construindo um paradigma próprio organizado contra a globalização neoliberal e a busca de alternativas. O quadro a seguir foi elaborado com base ao trabalho de Gohn (2006), que organiza de maneira sintética alguns dos principais paradigmas e categorias dos movimentos sociais.

Quadro 4 – Paradigmas dos movimentos sociais.

Paradigmas	Descrição	Categorias
Norte-americano	<p>Centrado nas estruturas das organizações dos sistemas sociopolíticos e econômicos.</p>	<p>1) Originárias: sistema, organização, ação coletiva, comportamento organizacional.</p> <p>2) Desdobradas: privação cultural, escolhas racionais, mobilização de recursos, <i>frames</i> e outros.</p> <p>3) Originárias: classes sociais, contradições, reprodução da força de trabalho, lutas, interesses de classes, experiências, Estado, consciência.</p>
	Marxista	<p>Centrado no estudo dos processos históricos globais.</p>
Europeu	<p>Baseia-se nas explicações conjunturais localizadas no âmbito político ou nos microprocessos da vida cotidiana.</p>	<p>5) Originárias: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações.</p> <p>6) Desdobradas: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, impactos das interações políticas e redes sociais.</p>
	Novos movimentos sociais	

Latino- americano	Marxista	Baseia-se nos estudos	7) Originárias: categorias de hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais.
	Novos movimentos sociais	sobre os movimentos libertários ou emancipatórios de índios, negros, mulheres e as minorias em geral.	8) Originárias: autonomia, identidade. 9) Desdobradas: novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva e espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Gohn (2006).

Os movimentos sociais são resultado da ação de um conjunto de pessoas que se identificam com códigos, valores, necessidades ou ideias comuns e que apresentam um projeto de mudança mediante mobilização, para conferir visibilidade e legitimidade social àquilo pelo que lutam (SARRIA, 2009). São também sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos de ação social (MELUCCI, 2001). Assim como essas duas definições, existem outras que se relacionam com diferentes paradigmas e eixos analíticos. Os estudos sobre os movimentos sociais são múltiplos, e, assim também o são as definições e as abordagens sobre o tema.

O movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora do seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura, e há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída (GONH, 2008). Além disso, eles estão envolvidos em relações de conflito com oponentes claramente identificados, relacionam-se com densas redes informais e compartilham uma identidade coletiva especial (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Para se ter uma noção do amplo leque de teorias, apresenta-se o quadro 5, elaborado com base no trabalho de Gohn (2008). A autora afirma que em cada paradigma encontram-se também várias teorias e, dentro delas, alguns eixos analíticos, como se observa.

Quadro 5 – Eixos analíticos dos movimentos sociais.

Teorias que orientam	Descrição eixos analíticos	Alguns trabalhos
Eixos culturais	Relativas ao processo de construção de identidades em que diferentes tipos de pertencimento são fundamentais a um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesses, etc.	Mellucci, Tourain, entre outros.
Eixo da justiça social – Teorias críticas	Destacam as questões do reconhecimento (das diferenças, das desigualdades, etc.) e as questões da redistribuição (de bens ou direito) como formas de compensar as injustiças historicamente acumuladas.	Escola da Frankfurt, Axel Honneth, Nancy Fraser, entre outros.
Capacidade de resistência – Teoria crítica	A partir de elaborações sobre o tema da autonomia, de formas de lutas em busca da construção de um novo mundo, de novas relações sociais não focadas ou orientadas pelo mercado, da luta contra o neoliberalismo.	CLACSO, Seoane, Sader, Catani e Cimadamore, Boron e Lechini, entre outros.
Institucionalização das ações coletivas – Teorias da privação social.	Preocupam-se com os vínculos e as redes de sociabilidade das pessoas, assim como com o desempenho das pessoas em instituições e organizações, etc.	Escola de Chicago, Tarrow, McAdam, MacCarthy e Zald entre outros.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Gohn (2008, p. 442-443).

Os quadros anteriores podem auxiliar na compreensão mais abrangente sobre os estudos dos movimentos sociais, mas o foco se dá agora para as teorias dos novos movimentos sociais. Essa teoria emerge para analisar novos movimentos sociais que apareceram depois de 1960 e que são vistos como “novos” em contraste com os “velhos” movimentos da classe operária. Os principais temas desses novos movimentos sociais estão organizados ao redor de gênero, raça, etnicidade, contraculturas, meio

ambiente, pacifismo, direitos humanos e outros relacionados (BUECHLER, 2013). Já os novos movimentos sociais econômicos na América Latina têm tido características específicas como as colocadas por Portilho (2009): os atores dos novos movimentos sociais constroem uma nova ação cultural com a reapropriação do mercado, desde seus próprios valores, questionam assimetrias do comércio mundial e buscam construir alternativas e propostas de um comércio alternativo que busque reduzir as desigualdades. Assim, o mercado mais que o Estado passa a ser objetivo central de atuação dos chamados novos movimentos sociais econômicos (GENDRON; BISAILLON; RANCE, 2009).

Exemplos desses movimentos, segundo Wilkinson (2008), são os movimentos de economia social e solidária, o comércio justo, o Slow Food e outros movimentos de consumidores organizados. Eles focam nos problemas de redistribuição, desde propostas de mudança social até demandas pelo reconhecimento. Organizam redes de comercialização alternativas, enfatizam diferentes formas de certificação de produtores e têm criado propostas de circuitos curtos de intercâmbio, como feiras livres e vendas diretas em que os produtos vão do produtor para o consumidor.

Dentro dessa perspectiva, pode-se encontrar o movimento agroecológico e o movimento orgânico, que foram introduzidos anteriormente, e os movimentos de economia solidária e de comércio justo. Esses movimentos têm adquirido cada vez mais um papel de incidência nas políticas públicas e na organização do trabalho dos pequenos agricultores. As diferenças de contextos de país para país são muitas; assim, uma caracterização geral de cada um deles em termos de América Latina já é suficiente para facilitar a compreensão de como eles se organizam, quais seus objetivos e principais atores.

O comércio justo é definido como uma relação comercial e também como um movimento. É um processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo que procura beneficiar os produtores excluídos, possibilitando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. Procura estabelecer um vínculo de cooperação e parceria entre produtores e consumidores. Primeiro surgiu o comércio justo norte-sul, chamado também internacional, e depois se ampliou, estendendo essa definição para comércio justo sul-sul, que revaloriza o mercado local e a comercialização entre os países do sul (COTERA; ORTIZ, 2009).

A história do comércio justo internacional remonta aos anos 1940. Naquela

década, algumas organizações ligadas à igreja começaram a comprar produtos de comunidades na América Central, a preços justos, e os vendiam a consumidores de países do norte global interessados em apoiar essa iniciativa. Essas primeiras iniciativas se denominaram Organizações de Comércio Alternativo. Ao final dos anos 1960, inaugurou-se na Holanda a primeira loja de Comércio Justo e, em dois anos, cresceu para 120 lojas nos Países Baixos e se expandiu rapidamente pela Europa. Nos anos 1980, desenvolveram-se alguns padrões por parte das organizações do Comércio Justo para tentar garantir a origem dos produtos, a qualidade e outras questões de sustentabilidade. A partir da década de 1990, as certificadoras começaram a verificar esses critérios e, desde então, cresceram as diversas marcas e selos que garantem que os produtos e as organizações cumprem tais princípios.

Os atores do comércio justo em nível internacional se organizaram em lojas, organizações de importação e exportação, certificadoras, organizações de suporte aos produtores e organizações de promoção e conscientização. Tudo isso como parte da estrutura do comércio justo norte-sul que tem normas internacionais específicas de importação e um sistema de certificação. Na América Latina, estabeleceram-se organizações relacionadas ao sistema internacional de comércio justo para agrupar as organizações de produtores; uma das principais é a Organização Mundial do Comércio Justo para Latino-América (WFTO-LA), que conta com 63 membros provenientes de 13 países de América Latina.

O comércio justo também tem se estabelecido em relações sul-sul, ou seja, entre países do sul global e o interior dos próprios países e comunidades. O comércio sul-sul está baseado nos princípios do comércio justo internacional, mas é adaptado a cada realidade econômica, cultural e social dos territórios. Nesse tipo de comércio justo, a economia solidária tem um papel importante na articulação de redes de produtores e demais organizações. Em alguns países latino-americanos, o movimento de comércio justo faz parte de uma proposta integral de economia solidária, devendo-se articular com outros movimentos e atividades. Entre esses estão as finanças solidárias, o desenvolvimento local, o turismo responsável, o consumo ético, a troca e a moeda social, entre outros (COTERA; ORTIZ, 2009).

A história da Economia Solidária data da época pré-colombiana, com experiências de trabalho coletivo como as *mingas*. As *mingas* eram uma espécie de rodízio para se trabalhar a terra, uma forma de trabalho solidário que acontecia nas

comunidades indígenas e camponesas; muitas dessas formas resistem até hoje. Outro momento marcado como um dos principais antecedentes para a economia solidária foi a formação da cooperativa de consumo em Rochdale, Grã-Bretanha, em 1844. Essa cooperativa, que chegou a ter 10.000 sócios, foi criada após uma greve na fábrica de tecelões dessa cidade com o objetivo de se converter numa colônia autossuficiente. Mas o termo economia solidária só foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de diversos atores, deram-se a conhecer atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (LAVILLE; GAIGER, 2009).

O conceito de economia solidária é complexo e depende do lugar de prática. No sul global, a finalidade da economia solidária muitas vezes é assegurar as condições materiais indispensáveis à sobrevivência dos que não estão integrados à economia de mercado e ao gozo dos direitos sociais mediante alternativas de trabalho. No norte global, trata-se de enfrentar a crise do Estado de bem-estar social e reagir à exclusão a partir da capacidade de iniciativa e de engajamento solidário (LAVILLE; GAIGER, 2009). Mas essa dicotomia não é fixa, as experiências e os fins transitam, pois não há uma única economia solidária, são diversos fins, significados, atores e propostas. Na Europa, por exemplo, o conceito dado é de Economia Social, assim como no Canadá. Nas experiências latino-americanas também se deu o nome de Economia Popular e Economia Solidária, mas hoje o conceito que tenta articular diversas práticas para além das suas especificidades é o de Economia Social e Solidária.

Para além disso, há uma definição de economia solidária que a explica em três dimensões: econômica, política e cultural. Na dimensão econômica, é uma forma de realizar as atividades de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseadas na democracia, na cooperação e na autogestão. Na dimensão cultural, é uma forma de consumir produtos locais, saudáveis, da economia solidária, que não afetam o meio ambiente, sem transgênicos e sem beneficiar as grandes empresas. Na sua dimensão política, é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento (FBES, 2005).

O cooperativismo é um dos principais antecedentes da economia solidária. Na América Latina, a influência do cooperativismo como processo autogestionário foi tomando força em suas diferentes origens. Teve um peso relativamente grande no debate sobre o desenvolvimento da América Latina e do Caribe antes da tomada de

poder pelas ditaduras na região, principalmente as militares. Com as ditaduras, grande parte do cooperativismo passou a ser controlada pelo Estado (BERTUCCI et al., 2011).

Nos últimos 20 anos, alguns ramos cooperativos têm desafiado padrões e começaram a ter uma maior autonomia ao se juntarem a outras organizações e movimentos que têm um papel na criação de alternativas. Cooperativas de trabalho associado, cooperativas financeiras, de moradia, entre outras, juntam-se na atualidade com outras expressões de economia solidária que têm se multiplicado, como associações de produtores, fundos solidários, bancos comunitários, clubes de troca, organizações de apoio (universidades, igreja, governos, outras organizações), grupos de produção ecológica, redes de comercialização, entre outros.

Na América Latina, especialmente na Região Andina, todas essas práticas e movimentos se articulam e não é estranho que atores participem de dois ou três movimentos ao mesmo tempo. Por exemplo, os produtores muitas vezes participam tanto do movimento agroecológico como do de economia solidária ou participam nos movimentos de comércio justo e agricultura orgânica. Essas articulações dependem de afinidades, princípios e objetivos compartilhados. Segundo Della Porta e Diani (2006), múltiplas afiliações de atores jogam um importante papel na integração de diferentes áreas de um movimento, facilitam e desenvolvem redes informais as quais encorajam a participação individual e a mobilização de recursos de qualquer tipo. Partindo disso, entende-se que, num contexto de grandes transformações, os movimentos sociais tenham alterado seu foco, demandas e estratégias, procurando formas inovadoras de ação política e usando mecanismos econômicos para obter benefícios sociais.

A teoria de mobilização de recursos visa a uma melhor compreensão de como os grupos são capazes de superar os padrões prevalecentes de desigualdade de recursos em seus esforços para obter objetivos de mudança social (EDWARDS; MACCARTHY, 2004). Essa teoria de mobilização de recursos levou pesquisadores a estudar as bases individuais das atividades de movimentos sociais, a estudar a importância dos recursos organizacionais para mobilizar processos, o que levou a uma mudança radical no estudo dos movimentos sociais (SOULE, 2012).

Os recursos têm um papel na mobilização de ação coletiva e são desigualmente distribuídos entre os grupos sociais. Os padrões de desigualdade são duradouros e, em geral, alguns recursos só estão disponíveis para alguns grupos sociais. No entanto, organizações não governamentais, atores do Estado e outros indivíduos fazem esforços

por alterar os padrões vigentes de estratificação de recursos e reorientá-los. Por isso é importante saber que tipos de recursos existem para, assim, abordar questões do seu valor de uso para os movimentos sociais e como esses recursos podem ser transferíveis entre os grupos ou controlados em certa medida. A tipologia de recursos dos movimentos sociais compreende cinco tipos, como se mostra no quadro 6.

Quadro 6 – Recursos de Movimentos Sociais.

Recursos de Movimentos Sociais	Inclui
Moral	Legitimidade, suporte de solidariedade, celebridade.
Cultural	Produção cultural como música, literatura, revistas, jornais, filmes e vídeos, entre outros. Conhecimento tácito.
Social organizacional	Infraestrutura (bens públicos), redes sociais, organizações.
Humanos	Trabalho, experiência, competências, liderança.
Materiais	Capital financeiro e físico: recursos monetários, propriedade, espaços de oficina, equipamento, suplementos.

Fonte: Baseado em Edwards; MacCarthy (2004, p. 125-128).

Dos recursos morais mencionados, a legitimidade tem recebido uma atenção teórica maior por ser um *link* entre os contextos macroculturais e os processos organizacionais em níveis micro e médio. Segundo Edwards e MacCarthy (2004), os recursos morais tendem a se originar fora dos movimentos sociais ou das organizações de movimentos sociais; no entanto, alguns movimentos conseguem a difícil tarefa de criar recursos morais. Segundo os autores, esses recursos são menos acessíveis e têm mais proprietários que os recursos culturais. Os recursos culturais incluem o conhecimento tácito sobre como realizar tarefas específicas, como a promoção de um evento, a realização de uma reunião, o início de um festival, entre outros. Os produtos

culturais ajudam os movimentos a manter sua capacidade de ação coletiva.

Os recursos sócio-organizacionais podem ser desde os bens públicos, como estradas, infraestrutura civil, serviço postal, entre outros, até redes sociais, grupos e organizações que mobilizam recursos sociais. Os recursos humanos são mais tangíveis e mais fáceis de apreciar e incluem recursos como trabalho, experiência, habilidades, experiência e liderança. Finalmente, os recursos materiais incluem o capital financeiro e físico, incluindo recursos monetários, bens, espaço de escritório, equipamentos e suprimentos. Esses recursos são os mais mencionados quando se fala de mobilização de recursos, por serem mais tangíveis.

De acordo com a diferenciação de tipos de recursos dos movimentos sociais, pode-se afirmar que a capacidade de mobilização depende não só de recursos materiais (trabalho, dinheiro, benefícios concretos, serviços) como de recursos não materiais (autoridade, compromisso moral, fé, amizade) disponíveis para o grupo. Esses recursos podem ser traduzidos em ações para os mercados através das suas orientações ou de seus propósitos. Por exemplo, recursos humanos podem articular ações de diversos movimentos e facilitar o fluxo de informação sobre outros recursos, como material ou sócio-organizacional (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

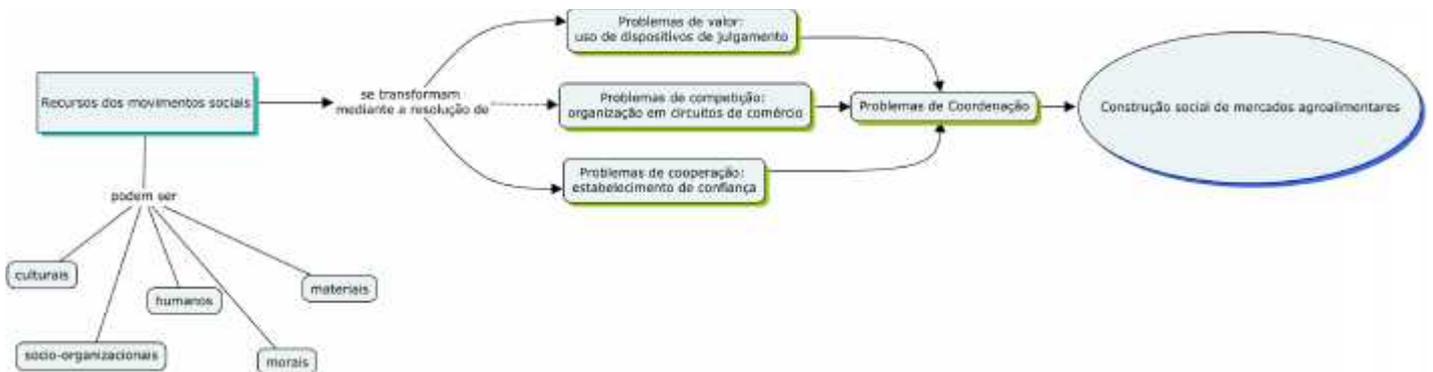
O acesso e a disponibilidade não são suficientes, de acordo com Edwards e MacCarthy (2004). São também necessários a coordenação e um esforço estratégico a fim de converter os recursos individualmente mantidos em recursos coletivos e utilizá-los em ação coletiva.

Com base na tipologia de recursos mostrada acima, pode-se identificar uma longa lista de recursos que não são financeiros e que talvez sejam mais acessíveis aos novos movimentos sociais na América Latina. Esses recursos podem ser redes comunitárias, lideranças que desenham estratégias, iniciam processos. Pessoas com diferentes tipos de experiência, que ajudam a mobilizar e coordenar ações, suporte de solidariedade a movimentos, cartas de apoio. Pessoas que criam programas de rádio incentivando o consumo de certos tipos de alimentos, manifestos, intelectuais incidem em políticas públicas para apoiar certos movimentos sociais, agências de *lobby* e organizações que se dispõem a alcançar certos recursos, entre outros. Esses tipos de recursos poderiam ajudar movimentos sociais a criar valor que possa ser transformado em ações para o fortalecimento dos espaços de mercado.

1.2.1 Compreendendo o Esquema Analítico

Como esses recursos são transformados em ações para a criação de mercados? Para entender esses processos, propõe-se um esquema analítico que explique como se dá a passagem entre os recursos desses movimentos sociais e a construção social de mercados nos mercados agroalimentares locais. Esse esquema tem como base dois construtos teóricos: os recursos dos movimentos sociais e os problemas de coordenação para explicar a construção social de mercados. Além disso são tidos em conta os códigos culturais que são criados pelos atores dos movimentos neste processo. Os recursos dos movimentos sociais e os problemas de coordenação já têm sido explicados anteriormente. Nesta pesquisa se dará um maior ênfase aos problemas de valor. Agora, os códigos culturais e os processos de valoração seriam a parte que faz falta para conectar as duas pontas do mapa.

Figura 1 – Mapa analítico.



Fonte: Elaborada pela autora.

Os códigos culturais, segundo Weber, Heinze e DeSoucey (2008), são um dos elementos centrais para a construção de mercado e são feitos basicamente por códigos que tomam a forma de oposições binárias e que contêm uma dimensão moral. Os autores afirmam que, comumente, os participantes de movimentos mencionam três códigos culturais com estruturas opostas, que são: autenticidade *versus* manipulação; sustentabilidade *versus* exploração; e naturalidade *versus* artificialidade. Os códigos culturais motivam a entrada de produtores nos mercados e dão justificativas para que permaneçam neles, estabelecem fronteiras e uma coesão nos nichos de produção, constroem pontes entre produtores e consumidores e estabelecem intercâmbios físicos e

culturais e de critérios de avaliação.

A pesquisa de Weber, Heinze e DeSoucey (2008) contribui para entender mais sobre a criação de mercados e sobre movimentos sociais. O estudo sugere que, para que novas lógicas de mercado tenham lugar, os mercados devem tornar-se imbricados nas lógicas da produção, do consumo e da troca. Como contribuição para a pesquisa de movimentos sociais, o estudo estende os trabalhos sobre o impacto dos movimentos sociais às sociedades de mercado nas quais os movimentos se propõem alcançar mudanças através da instituição do mercado, além de instituições do Estado. O estudo sugere que os desafios para os movimentos e as táticas que efetuam mudanças nos mercados são diferentes daquelas que influenciam as políticas do governo.

Os principais desafios para a criação de mercados são precisamente essa construção de pontes e relações entre produtores e consumidores, criando uma infraestrutura de canais de distribuição e um entendimento cultural entre os participantes dos mercados. Produtores e consumidores devem concordar com as dimensões de qualidade para realizar uma avaliação e valoração dos produtos. Os laços sociais preexistentes desempenham um papel importante no engajamento dos produtores, dos consumidores e na criação de comunidade. Os produtores podem mobilizar códigos culturais que transcendem a agricultura para educar os consumidores sobre as virtudes do produto deles e desafiá-los a contribuir para soluções morais por meio de seus padrões de consumo (WEBER; HEINZE; DESOUCHEY, 2008).

Segundo Beckert (2009), o reconhecimento da pluralidade das estruturas sociais contribui para entender melhor as dinâmicas dos campos, apontando para os recursos que os atores obtêm da relativa posição que eles ocupam. Assim, os recursos obtidos a partir de uma das estruturas podem ser usados para influenciar as outras. Por exemplo, a posição dentro de uma rede pode ser usada para influenciar as regras institucionais e ideias dominantes; as instituições podem ser um recurso para forçar mudanças nas redes e influenciar mapas mentais; e as ideias que são influentes no campo podem ser usadas para defender mudanças nas regras institucionais e nas composições das redes.

De acordo com Fligstein e McAdam (2012), quando o tempo é estável, as posições estruturais podem determinar o destino dos atores e os desafiadores vão fazer o possível para melhorar sua posição. Mas quando os recursos e as regras estão em disputa, a ordem existente não se sustenta e atores estratégicos qualificados vão lutar duro para produzir ordens alternativas. Essas duas perspectivas, tanto de Beckert (2009)

quanto de Fligstein e McAdam (2012), mostram uma transitividade de recursos entre estruturas e entre atores estratégicos dos mercados.

Nessa transitividade é que se constroem mercados, novos campos com novas identidades e novas regras. Quando as identidades e os significados estão sendo compartilhados por atores de mercados, a valoração está sendo construída. A valoração é vista como um elo entre os recursos nos movimentos sociais e a construção social de mercados junto aos códigos culturais. É nesse momento que novas identidades e entendimentos compartilhados definem os interesses emergentes para produzir novas formas sociais (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012).

Cada cultura tem um esquema para classificar e interpretar processos, relações e objetos que fluem dentro e fora como um resultado, e os significados estão abertos ao debate. Isso quer dizer que as culturas são relacionais, ou seja, se definem no contato com outras pessoas e estão permanentemente abertas à invenção. Encontrar sentido do mundo é um processo aberto aos atores, que podem usar a cultura e as suas categorias de pensamento e julgamento para avançar nas interpretações específicas sobre o lugar, o papel e o significado das instituições, processos e objetos (NAHOUM, 2013).

Cada ator pode usar as ferramentas que tem à sua disposição para realizar esses processos, esses julgamentos. Os produtores dos mercados agroalimentares locais, nesta pesquisa, são na sua maioria produtores de alimentos sem agrotóxico, seja em processos de produção orgânica, seja em transição para o orgânico, ou seja, na produção agroecológica que, como explicado anteriormente, envolve também a população local. Consumidores organizados, alguns em grupos, organizações de movimentos sociais, também fazem parte. E estes últimos têm um importante papel de dar aos consumidores informações sobre os produtos ou sobre os processos que os produtores levam a cabo.

Na linguagem da sociologia econômica, essas informações que ajudam a que os consumidores tomem decisões de compra se chamam dispositivos de julgamento. Para Karpik (2010), eles têm o papel de dissipar a opacidade do mercado, reduzindo os déficits cognitivos de atores dos mercados. Esses déficits cognitivos são resultado de conhecimento incompleto sobre os produtos, e os dispositivos podem prover motivos e informações para realizar as escolhas (ASPERS; BECKERT, 2011).

Para Flisgtein e Calder (2015), os dispositivos de mercado são instituições que ajudam a criar, avaliar e colocar preços nos produtos. A literatura que trata desses dispositivos de mercado inclui duas abordagens, uma que trabalha com a ideia das

convenções para fazer julgamentos de preço e qualidade e outra que trabalha com a “performatividade” da economia. Segundo os autores, essa é uma área de trabalho que tem desenvolvida como os princípios e os modelos quantitativos de economia podem estruturar mercados financeiros.

O tipo de dispositivo depende muito do tipo de mercado, padrões ou de status. Nos mercados *standards* há uma escala de avaliação do que é oferecido nos mercados, e essa escala existe independentemente de compradores e vendedores; exemplo desses mercados são os mercados de *commodities* como café, banana, e matérias-primas em geral. Por outro lado, os mercados de bens singulares estão num mercado de status (ASPERS, 2009) onde não é o valor usado para avaliação o que está mais arraigado para a construção social de mercados, mas a estrutura social dos atores que têm identidades com os compradores e os vendedores. Exemplo é o mercado para bens de luxo, vinhos finos, trabalhos de arte, turismo especializado, entre outros.

Apesar de os produtos dos mercados agroalimentares locais não serem considerados como bens singulares ou de um mercado de status, eles permitem que os atores do mercado estabeleçam relações identitárias entre compradores e vendedores. Além disso, a produção agroecológica ou orgânica colocada nos mercados por atores de movimentos sociais e organizações têm características específicas. Ela não é uma produção padronizada. Por isso, a estrutura analítica utilizada por Karpik (2010) para bens singulares serve como referência para se pensar uma nova categorização em que os mercados agroalimentares locais possam ser contemplados. Talvez um ponto intermediário entre bens singulares (status) e comuns, na linha de Aspers (2009), que afirma que os mercados existentes na atualidade são uma mistura desses dois tipos, o de status e o estândar.

Nos mercados de status, são usados principalmente dispositivos pessoais e impessoais. Os impessoais são os rankings, as apelações, os cicerones e as confluências; os dispositivos pessoais são todo tipo de redes, aquelas realidades invisíveis que asseguram a circulação de conhecimento através das relações interpessoais (KARPIK, 2010). No quadro 7, é explicado um pouco mais sobre cada um desses dispositivos.

Quadro 7 – Dispositivos de Julgamento.

Tipo de Dispositivo	Nome	Breve descrição
Pessoal	Redes	Uso das redes de amigos ou colegas como guias para avaliar qualidade.
Impessoal	Cicerones	São críticos e livros-guias, como, por exemplo, guias de viagem, de restaurantes, etc. Os cicerones são aqueles expertos num mercado específico que formam juízos através da avaliação.
	Confluências	São as técnicas usadas pelas empresas para mudar a opinião de compradores.
	Rankings	São arranjos hierárquicos em formas de listas de acordo com um ou muitos critérios. Distinguem-se entre ranking de expertos e rankings para compradores.
	<i>Appellations</i> (denominações)	São toda classe de selos, como designações de origem, certificações, marcas e títulos profissionais. Referem-se não somente à origem dos produtos, mas aos <i>standards</i> de produção.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Karpik (2010, p. 45-46).

Os dispositivos de julgamento são usados como estratégias para prover os atores de informações e influenciar suas escolhas. Dispositivos como selos, marcas, publicidades, preços e embalagens permitem aos atores de mercado realizar atividades de identificação e categorização (DUBUISSON-QUELLIER, 2013). Essas atividades de categorização ajudam a relacionar certos bens com um tipo de valor, que pode estar relacionado a movimentos sociais, a princípios como sustentabilidade, produção local, sazonalidade, entre outros, que definem o objetivo de quem produz e vende. Por isso é tão importante explicar como se dão certos processos de valoração.

Por exemplo, os movimentos sociais preocupados com o meio ambiente desenvolvem estratégias como a de envolver as organizações ativistas que sugerem novos princípios de valor para produtos baseados no seu desempenho ambiental. Essas organizações se articulam com empresas e as convencem a ver novas oportunidades de negócios na produção ecoamigável ao demonstrar que os consumidores estão agora avaliando produtos de maneira diferente com relação ao desempenho com o meio ambiente e a natureza (DUBUISSON-QUELLIER, 2013).

Isso tem relação com o que Beckert (2011) chama de valor imaginativo, o qual aparece quando o dono do bem o vê como uma “conexão” com ideais simbolicamente representados no objeto. Esse valor é dado a alguns bens que são representações simbólicas de ideais defendidos e valores que podem ser apropriados imaginariamente por meio da compra dos bens. Os movimentos sociais e os atores relacionados a eles têm valores e práticas que procuram traduzir tais valores. Por exemplo, o movimento da economia solidária e o movimento agroecológico têm em comum valores como a reciprocidade, que se traduz nos intercâmbios entre produtores e consumidores não somente de produtos, mas de distintas experiências coletivas que, segundo Beckert (2011), são as que mantêm vivo esse valor imaginativo.

O valor é dado por todas aquelas estruturas sociais como redes, instituições, convenções (onde se incluem tanto os circuitos de comércio como os dispositivos de julgamento). Eles podem ser usados para explicar as preferências dos consumidores nos mercados locais e também têm um papel na assinação de valor e preços de produtos (ASPERS; BECKERT, 2011). Como se viu até agora, essas convenções são construídas em grande parte com a participação de movimentos sociais. Esses movimentos incentivam a entrada de produtores, provendo-os de informações, de justificações que aumentam seu comprometimento com os mercados específicos onde seus produtos

circulam e também conectam produtores e consumidores, estabelecem uma infraestrutura física e cultural e critérios de valoração (WEBER; HEINZE; DESOUCY, 2008).

Nos processos de valoração, a qualidade é determinante e os atores de mercado determinam o valor de um bem mediante uma avaliação na qual a qualidade tem papel central e na qual diferentes princípios de valor se incorporam nos dispositivos específicos de mercado. Existem múltiplos mecanismos sociais que auxiliam na tarefa de produtores e consumidores de realizar juízos de valor no mercado. Os dispositivos de julgamento criam uma ordem nos mercados sinalizando as diferenças na qualidade dos produtos e entre o status dos produtores.

Segundo Aspers e Beckert (2011), as pesquisas em sociologia econômica sobre dispositivos de julgamento tem tomado uma perspectiva mais da sociologia cultural. Mas, de acordo os autores, é fundamental integrar a sociologia política de maneira mais forte, enfatizando as lutas políticas que usam tais dispositivos de julgamento específicos. Se o valor depende da avaliação das qualidades do produto, a classificação de bens é parte de uma luta de mercado. A classificação de bens não é somente uma questão de coordenação, mas também de distribuição (BECKERT, 2009a).

Como se evidencia, a tarefa de emitir juízos de valor recai sobre produtores e consumidores. De acordo com a perspectiva microconstrucionista sobre criação de mercados, os mercados funcionam quando participantes do intercâmbio, produtores e consumidores estabelecem uma organização social com papéis e nichos (FLIGSTEIN; DAUTER, 2007). Os consumidores têm cada vez mais um papel central nas escolhas e no funcionamento dos mercados, como atores dinamizadores nos mercados locais.

Tendo em conta as contribuições teóricas vistas até agora, seria possível argumentar que os diferentes recursos que os movimentos sociais têm à sua disposição influenciam a construção de novos mercados. Esses recursos podem ser transformados em ação mediante a resolução de problemas de coordenação. Para que resulte em ação de novos mercados, esses atores identificam e legitimam produtos agroalimentares que representam diferentes princípios de valor e usam a classificação dos bens como um mecanismo de redistribuição. Os circuitos influenciam como os mercados trabalham, como o valor é construído e quais as formas específicas em que os movimentos estruturam seus mercados. Sendo assim, nesta pesquisa se procurará saber quais as formas específicas em que os movimentos valoram bens, quais os recursos específicos

que permitem aos movimentos fazer as coisas diferentes e sair das cadeias tradicionais de *commodities* e como seria possível uma redistribuição.

1.2.2 Consumo, bem-estar e *Buen Vivir*

Por outro lado, é de ressaltar o papel que o consumo tem em tudo isso. As escolhas do consumidor estão sempre enraizadas nas experiências práticas de pertença a uma comunidade moral particular – no sentido antropológico, isto é, um grupo de indivíduos que compartilham a mesma base – onde algumas escolhas são consideradas moralmente corretas e superiores a outras (PORTILHO, 2009). Portanto, o consumo é definido como uma área cercada por regras de comportamento e valores morais. Existem diversos perfis de consumidor. Dubuisson-Quellier e Lamine (2008) apresentam duas visões da ação do consumidor, que são os regimes de delegação e de empoderamento. No regime de delegação, os consumidores contam com a presença de uma etiqueta ou um padrão para fazer as suas escolhas de compra. No regime de empoderamento, o produtor e o consumidor reconhecem a importância de classificar dispositivos como etiquetas e denominações, mas as vendas são baseadas, principalmente, em relações recíprocas e intercâmbios nos grupos a que pertencem.

Muitos dos consumidores que participam dos mercados agroecológicos na Região Andina – mesmo que sejam apenas aqueles que só compram o fundamental para a sobrevivência – fazem um processo de valoração que pode ir mudando com tempo, pode se alterar com a prática. Podem passar de consumidores que delegam a consumidores empoderados e vice-versa. A parceria local entre produtores e consumidores pode, simultaneamente, envolver regimes de delegação ou de empoderamento. Para os consumidores individuais, essa parceria envolve uma delegação completa da escolha dos produtos recebidos nas transações. Ao mesmo tempo, se as compras se fazem coletivamente, os consumidores estão, necessariamente, empoderados na negociação com o produtor e nas condições de produção antes da compra (DUBUISSON-QUELLIER; LAMINE, 2008).

Consumidores que inicialmente querem comprar alimentos a um baixo custo, de forma organizada, e depois começam a se preocupar sobre quem e como foi produzida essa comida mudam suas prioridades e começam a promover certo tipo de produção e consumo, a incentivar a proximidade entre atores. Todos esses atores e seus mercados

revelam uma forte conexão com os recursos dos movimentos sociais, especialmente com recursos humanos e culturais. Mostram também, segundo Portilho (2009), uma politização do consumo tanto na esfera doméstica convencional quanto na esfera institucional, em que Estado, empresas, ONGs e outras organizações passam a ser consideradas consumidores, dentro do enfoque do consumo organizacional.

O consumo orientado a produtos sustentáveis, ecológicos, saudáveis, que envolvem a atividade familiar ou que têm algum impacto positivo na sociedade tem sido incentivado cada vez mais. Não somente por atores dos movimentos sociais como também por consumidores que se preocupam com a saúde e o bem-estar, o que não deixa de ser político. O bem-estar tem sido pensado em diferentes formas, com diferentes indicadores, teorias e abordagens. O trabalho de Fischer *The Good Life: Aspirations, Dignity and the Anthropology of Wellbeing* aporta no sentido de entender as pessoas como mais que agentes autointeressados preocupados somente com ganhos materiais. Segundo Fischer (2014), muitas vezes se entende “felicidade” como abreviação para o bem-estar, mas há pelo menos dois tipos de felicidade, a hedônica e a eudaimonia. A hedônica é a felicidade que podem dar as atividades diárias, e a eudaimonia tem mais a ver com satisfação na vida que se julga com os critérios de “bem-estar” e “boa vida”. E é deste segundo tipo de felicidade que Fischer trata no seu trabalho.

Segundo Fischer (2014), os recursos materiais, a saúde física e a segurança, as relações familiares e sociais são elementos essenciais do bem-estar, mas são insuficientes. Existem outros três elementos que o autor considera muito importantes e que são qualidades não materiais que definem a boa vida: oportunidades e aspirações, justiça e dignidade e compromissos com propósitos maiores. As oportunidades e as aspirações como a capacidade de aspirar, de ter opções, de ter escolhas e estar empoderados, ou seja, ter controle sobre o próprio destino. Sabe-se que a agência sobre as aspirações está frequentemente limitada pelas estruturas de oportunidade disponíveis. A justiça e a dignidade são outros elementos sobre os quais o bem-estar se constrói; direitos como a liberdade da discriminação e a exclusão, o respeito e o sentido de estar sendo tratados justamente. O terceiro elemento é de ter um compromisso com um propósito maior, que quer dizer ser parte de projetos significativos que vão para além do autointeresse. O que constitui “significativo” é definido por valores culturais e um senso de propósito com base no que mais importa na vida.

Em alguns países da América Latina, como Equador e Bolívia, o bem-estar tem sido objeto de políticas públicas e tem se usado a concepção de *buen vivir*. Essa concepção baseia-se numa visão holística de bem-estar sobre os valores da plenitude da vida em uma comunidade, entendidos para incluir saúde, abrigo, alimentação, educação e participação da comunidade, com ênfase na harmonia ambiental e nos direitos de Pachamama (FISCHER, 2014). A desigualdade social opera tanto no nível de legitimidade e dignidade quanto na distribuição de recursos materiais e sociais. O foco tanto na distribuição de recursos como no reconhecimento é crucial. O fato de ser reconhecido e ter legitimidade, valor, dignidade e uma associação cultural completa é tão igual importante quanto os recursos (LAMONT; BELJEAN; CLAIR, 2014).

A presente pesquisa foi realizada em dois países da região andina, na América do Sul. Precisamente no Equador, onde a concepção de *buen vivir* tem permeado as políticas públicas, e na Colômbia, onde comunidades indígenas e camponesas têm se organizado com formas próprias de governança. A seguir, apresentam-se conceitos e reflexões teóricas que servirão de base para a compreensão dos capítulos subsequentes, onde esses países são estudados, analisados e comparados.

1.3 REGIÃO ANDINA, CAMPESINATO E AGRICULTURAS ALTERNATIVAS.

Quando se fala da Região Andina, usualmente se pensa nas dimensões geográficas e/ou culturais. Geograficamente, a Região Andina é uma cordilheira que atravessa Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e parte da Venezuela. Mede aproximadamente 8.000 km e sua altura média é de cerca de 4.000 metros. Culturalmente, a Cordilheira dos Andes foi o lugar de nascimento dos Incas, civilização que, entre 1476 e 1534 d.C., expandiu seus territórios desde Cusco (Peru) até a fronteira do Equador e a Colômbia, pelo norte, e no sul até o Chile central e o noroeste da Argentina. Hoje em dia, os países da região têm um passado comum de herança colonial e de resistência num contexto social, político, cultural e econômico complexo.

Na história recente da região, a ascensão e a consolidação do modelo neoliberal nos anos 90 no campo trouxe um conjunto de transformações estruturais que mudaram a fisionomia da agricultura. Segundo Rubio (2008), os camponeses têm enfrentado um forte processo de exclusão da sua forma produtiva, como resultado de uma transformação nos mecanismos de domínio e exploração sobre a classe trabalhadora.

Entre as mais importantes transformações, Rubio (2008) destaca: um processo de re-primarização excludente, uma mudança no capital dominante que comanda as transformações econômicas do setor, uma transformação da estrutura produtiva agropecuária, novas formas de inserção dos produtores rurais no agronegócio e novas formas de reprodução e resistência dos camponeses ao neoliberalismo.

Estas novas formas de reprodução e resistência organizam-se em cooperativas, associações de camponeses e indígenas que estão articulados em diversas organizações e movimentos sociais. Entre os principais objetivos desses movimentos sociais está a defesa da agroecologia, da soberania e da segurança alimentar, da economia social e solidária, da produção orgânica, o consumo consciente, a luta contra os agrotóxicos, entre outros. Os camponeses, como atores centrais desses movimentos, também são chamados de agricultores familiares, pequenos produtores, agricultores campesinos, dependendo do contexto ou da origem (academia, organizações internacionais, políticas públicas, movimentos sociais). A questão central é que esses atores atuam em contraposição à agricultura organizada de maneira industrial.

Os pequenos produtores são, segundo Cheng (2014), os mais vulneráveis à insegurança alimentar ao não poderem manter em condições favoráveis sistemas agro-diversos nas suas terras e ao não obterem renda suficiente da venda dos seus poucos produtos no mercado. Embora a produção camponesa seja a principal fornecedora de alimentos nas zonas rurais e urbanas, enfrenta problemas de acesso aos mercados. Segundo o autor, ao se verem detalhadamente a forma e as condições de venda a que chegam os produtos, dos agricultores até os consumidores, constata-se que o sistema predominante é o dos circuitos longos de comercialização, os quais têm um alto número de intermediários e uma baixa diversidade nos produtos. A exclusão do mercado, que tem sido histórica para a agricultura camponesa andina, afeta não só o acesso a terra, água, crédito, educação formal, mas também, em muitos casos, provoca extensas migrações para as cidades.

A crise alimentar em várias regiões do mundo tem tido fatores como o grande número de importações de alimentos, a pouca valorização dos produtos nacionais, o grande número de intermediários entre produção e consumo e os altos preços dos alimentos. Provavelmente, os preços exorbitantes dos alimentos devem-se à subida dos preços do combustível, à remoção de áreas de cultivo fértil para a produção de plantas para biocombustíveis e à redução de alimentos devido ao câmbio climático, entre outros

fatores (KUAN, 2009). Como consequência desse fenômeno, segundo Cheng (2014), tem se reduzido a produção de alimentos próprios da cultura andina, como grãos, tubérculos andinos e leguminosas, acrescentando outro fator às mudanças alimentares na população. Reconhece-se que na Região Andina, segundo a CAN (2011), os altos índices de desnutrição, má nutrição e insegurança alimentar têm mais a ver com o problema do acesso e do uso dos alimentos do que com a disponibilidade destes.

Além disso, o modelo agrícola convencional utiliza de forma crescente agrotóxicos e fertilizantes químicos, o que tem um impacto negativo sobre a saúde dos agricultores e dos consumidores; também depende cada vez mais de combustíveis fósseis e tem uma baixa eficiência energética; diminui a biodiversidade com a simplificação dos agroecossistemas e se tem uma perda de técnicas da cultura e saberes tradicionais dos agricultores. Todos esses problemas ecológicos, sociais e ambientais questionam cada vez mais essa forma de fazer agricultura (SARANDON, 2009). Problemas e transformações que estão relacionados com as mudanças nos regimes alimentares.

O conceito de regime alimentar liga as relações internacionais de produção e consumo de alimentos a formas de acumulação amplamente distinguidas nos períodos de transformação capitalista desde 1870 (FRIEDMANN; MCMICHEL, 1989). Os regimes alimentares ressaltam as relações sistêmicas entre as dietas alimentares e os fenômenos econômicos e políticos, que resultaram na formação dos Estados Nacionais no século XIX e na expansão mundial das relações capitalistas, com a consequente construção de um sistema agroalimentar mundial (RAMOS; STOREL JR., 2001).

O primeiro regime alimentar (1870-1930) se concentrou nas importações tropicais coloniais para a Europa de grãos básicos e de gado de colônias para prover as classes industriais emergentes europeias. No segundo regime alimentar (1950-70), os Estados Unidos redirecionaram o superávit de alimentos, em forma de ajuda alimentária subsidiada, e os Estados em desenvolvimento internalizaram o modelo de agroindustrialização nacional, adotando tecnologias da Revolução Verde. O agronegócio elaborou ligações transnacionais entre os sectores agrícolas nacionais, com a finalidade de construir agriculturas especializadas dentro de uma cadeia de fornecimento global (por exemplo, o complexo de proteína animal transnacional ligando grãos/carboidratos, soja/proteína e lote-alimentação). O terceiro regime alimentar estaria vigente desde os anos 80 e é aquele que incorporou novas regiões na cadeia da proteína

de origem animal, incluindo um emergente complexo agrícola mundial de alimentos/combustível (MCMICHEL, 2009).

De acordo com a perspectiva de Friedmann e McMichael (1989), um terceiro regime alimentar não estaria ainda estabelecido em grande escala, mas, em contraposição, McMichael (2009) vê a recente ordem neoliberal como um regime alimentar corporativo que traz a herança do regime anterior, mas está organizada em torno de uma divisão do trabalho agrícola, construída politicamente onde os grãos básicos são produzidos no norte e os produtos de alto valor, como carnes, frutas e vegetais, no sul global (MCMICHEL, 2009).

Por outro lado, Van der Ploeg (2008) resume os três regimes alimentares da seguinte maneira: o primeiro, no qual se reduziram as dietas muito ricas e altamente diversificadas à centralidade da carne e do pão. O segundo regime alimentar acrescentou progressivamente gorduras e adoçantes aos alimentos, suplementados por amidos, espessantes, proteínas e sabores artificiais. E o terceiro regime alimentar, ou o regime alimentar imperial, centra-se na artificialização dos alimentos.

Diante desse cenário, os novos movimentos sociais e seus atores têm avançado no reconhecimento de agriculturas alternativas, questionando os limites do atual modelo de standardização de produtos, artificialidade e industrialização da produção e do consumo de alimentos. O movimento de agroecologia e o movimento orgânico emergem com agriculturas alternativas ao modelo convencional. As alternativas estão relacionadas à segurança e à soberania alimentar. A agricultura orgânica e a agroecologia têm seus fundamentos em paradigmas distintos, mas ambas questionam o modelo tecnológico implantado durante o século XX (ABREU et al., 2012).

A agricultura orgânica, de acordo com IFOAM (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica), é um sistema de produção que sustenta a saúde dos solos, os ecossistemas e as pessoas; baseia-se em processos ecológicos, biodiversidade e ciclos adaptados às condições locais, em vez do uso de insumos com efeitos adversos. Tem se evidenciado uma incorporação da produção orgânica por parte dos impérios alimentares, os quais, em muitos países, levaram os produtos a perder sua associação com o local e com as práticas tradicionais (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013). Mas, ao mesmo tempo, movimentos têm buscado articular práticas inovadoras em resposta a processos de apropriação de valores.

Por outro lado, a ideia-chave da agroecologia é ir além de práticas agrícolas

alternativas e desenvolver agroecossistemas com dependência mínima de insumos elevados agroquímicos e de energia. Agroecologia é uma ciência e um conjunto de práticas. Como ciência, a agroecologia consiste na aplicação da ciência ecológica com o estudo, concepção e gestão de agroecossistemas sustentáveis (ALTIERI, 2002). Na América Latina, a expansão da agroecologia tem iniciado um processo interessante de inovação relacionado com novos cenários políticos que incluem a emergência de governos progressistas ou de movimentos de resistência de pessoas indígenas e camponeses (ALTIERI; TOLEDO, 2011). O que se procura desenvolver com a agroecologia são iniciativas que estruturam processos diferenciados de desenvolvimento rural, baseados na construção de sistemas agroalimentares alternativos em escala local, articulações regionais, nacionais e internacionais, tendo como um dos pilares de sustentação a construção de circuitos de proximidade de comercialização e a valorização dos mercados locais (PEREZ-CASSARINO; DUARTE, 2013).

Agroecologia tem alguns princípios, como a baixa dependência de insumos externos, o uso de recursos naturais renováveis localmente, o mínimo impacto ao meio ambiente, a manutenção em longo prazo da capacidade produtiva, a preservação da diversidade biológica e cultural, a utilização do conhecimento e da cultura da população local e a satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda. Por sua parte, a agricultura orgânica se sustenta em princípios de equidade, saúde e justiça e em paradigmas da ciência do solo (ABREU et al, 2012). No quadro 8, pode-se ver uma comparação mais detalhada entre os dois tipos de agricultura.

Quadro 8 – Comparação entre Agricultura Orgânica e Agroecologia.

	Agricultura orgânica	Agroecologia
Definição	Sistema geral de gestão agrícola e de produção de alimentos.	Estudos interdisciplinares e desenho de sistemas agroalimentares.
Paradigmas iniciais	Fertilidade do solo (ciências do solo).	Ecologia (e entomologia).
Conceitos-chave	Sistemas de produção,	Agroecossistemas e

	cadeia de valores.	soberania alimentar.
Modelos de referência	Sistemas integrados de policultivo e gado.	Sistemas tradicionais multiestratificados.
Formas de agricultura associadas	Biológica, biodinâmica, orgânica.	Alternativa, agricultura sustentável, manejo integrado de pragas.
Atores-chave	Produtores, consumidores, processos e certificadores.	Diversidade de produtores familiares e a relação com consumidores.
Tecnologias	Uso de substâncias naturais e não uso de transgênicos. Aceita-se o uso de adubos químicos durante o período de conversão.	Valorização dos ciclos de nutrientes, práticas de proteção vegetal e possibilidades de uso de adubos químicos durante o período de conversão.
Alimentação	Qualidade dos produtos, saúde dos consumidores.	Sistemas agroalimentares e soberania alimentar.
Biodiversidade	Impacto orientado (efeito das práticas sobre biodiversidade).	Recursos orientados (valorização da biodiversidade como fator de produção).
Regulações	Reconhecimento histórico, princípios IFOAM e regulações nacionais.	Sem padrão internacional, regras aceitas localmente.
Certificação	Na sua maioria, de terceira parte.	Sistemas participativos de garantia.

Fonte: Bellon et al. (2011).

Uma das principais críticas feitas aos sistemas da agricultura orgânica é que alguns deles não desafiam a natureza monocultora de plantações e dependem de

insumos externos, assim como de selos de certificação estrangeiros e caros ou sistemas de comércio justo destinados apenas para agroexportação. Esses sistemas oferecem pouco para pequenos agricultores, os quais também se tornam dependentes de insumos externos e mercados estrangeiros voláteis (ALTIERI; TOLEDO, 2011). Como esta, existem algumas outras controvérsias entre a agroecologia e a agricultura orgânica. Abreu et al. (2012) advertem que é preciso levar em conta as heterogeneidades das formas produtivas orgânicas, suas lógicas de funcionamento, assim como as condições para produzir e os desafios colocados para os produtores.

Na literatura sobre formas alternativas de agricultura, associa-se mais o conceito de segurança alimentar com a agricultura orgânica, e o conceito de soberania alimentaria com a agroecologia. A segurança alimentar se preocupa com dar conta da quantidade necessária de alimentos sãos que a população precisa para se alimentar e se nutrir. Por outro lado, a soberania alimentar tem a ver com o controle dos fatores que intervêm na cadeia de produção dos alimentos, como os processos genéticos e as condições produtivas.

A segurança alimentar é um conceito que surge na década de 1970, quando, depois de duas guerras, acontece novamente uma crise alimentar de grandes magnitudes. Em 1974, realiza-se então a Primeira Conferência Mundial sobre a Alimentação organizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), na qual se proclamou que “todos os homens, mulheres e crianças têm direito a não padecer de fome e má nutrição com o fim de desenvolver plenamente e conservar suas faculdades físicas e mentais”. O conceito de segurança alimentar hoje em dia tem servido como ferramenta estrutural de programas e projetos na luta contra a fome. Está composto por quatro componentes, que são a disponibilidade, o acesso, a estabilidade e o consumo e utilização biológica.

A soberania alimentar⁵ é um conceito que vem sendo usado desde 1996, quando foi introduzido pela Via Campesina⁶ na Cúpula contra a Fome da FAO naquele ano. É definida como o direito de povos, países e regiões de definir suas próprias políticas agropecuárias e de produção de alimentos, conceito complementar ao de segurança

5 Para um conceito aprofundado de soberania alimentar, ver HEINISCH, 2013.

6 La Via Campesina é um movimento internacional que agrupa 150 organizações que representam 200 milhões de camponeses (homens e mulheres rurais, sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas). Tem como objetivo principal a defesa e o reconhecimento da soberania alimentar. Outros temas de trabalho são reforma agrária, biodiversidade, recursos genéticos, mulheres camponesas, direitos humanos, entre outros.

alimentar que apareceu nos anos 70. É apresentada como alternativa às políticas neoliberais, visando a um comércio internacional mais justo que dê prioridade a uma produção agrícola local para alimentar as populações. As populações participam na eleição das políticas agrícolas e alimentares e se reconhece o direito dos camponeses a produzir alimentos e receber um preço justo, assim como o direito dos consumidores a escolher seus alimentos com preços acessíveis (HEINISCH, 2013).

Existem duas principais diferenças entre a soberania e a segurança alimentar. A primeira tem a ver com a utilização do conceito “segurança” alimentar; este não pressupõe a concentração do poder econômico nos elos da cadeia alimentar nem no comércio internacional de alimentos. O conceito de “soberania” alimentar parte de constatar a assimetria nos mercados e apela ao papel equilibrador que pode ter um Estado democrático. A segunda diferença entre a soberania e a segurança alimentar é sobre como se produzem os alimentos. Na segurança alimentar, reconhecem-se diversas formas de produção: agricultura industrial, agricultura biológica e a agricultura orgânica. Por outro lado, o conceito de soberania alimentar está orientado para a agricultura em pequena escala, não industrial, preferentemente orgânica, que se relaciona, sobretudo, com a concepção de agroecologia. O que se tem proposto recentemente é uma concepção de soberania alimentar que contemple a capacidade dos Estados para definir autonomamente suas políticas alimentares e que tenham como prioridade as políticas da agricultura em pequena escala, o direito à alimentação e o discurso dos direitos humanos e o conceito da FAO de segurança alimentar como ponto discursivo (FAO, 2013).

Essas vêm sendo algumas das mais importantes pautas dos atores da sociedade civil, principalmente movimentos agroalimentares, e também de alguns governos e organismos de integração como a CAN na região andina. ONGs, governos e instituições acadêmicas estão atuando em pro da segurança e segurança alimentar, na conservação dos recursos naturais e no empoderamento aos movimentos e organizações de camponeses, indígenas e em geral pequenos produtores. A CAN, por exemplo, vem impulsando nos quatro países-membros a Agricultura Familiar Agroecológica Camponesa (AFAC).

O conceito de agricultura familiar tem suas origens nos trabalhos de Aleksandr Chayanov, que aportou uma teoria da unidade econômica camponesa, descrevendo sua forma de organização, suas relações de produção, vinculação com o sistema econômico

e com as economias dos países. Para Chayanov, a família é o fundamento da empresa camponesa, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica (ASSIS COSTA, 2014). Na América Latina, o conceito de agricultura familiar provém do conceito de unidade econômica familiar, criado em meados do século XX como normativa para a assinação de terras aos camponeses beneficiários das reformas agrárias. A unidade econômica familiar foi pensada como uma pequena terra com tamanho suficiente para fornecer o sustento de uma família e que não precisasse de trabalho assalariado, pois seria usada a força de trabalho da própria família. Foi nos anos 2000 que se colocou especial atenção à agricultura familiar, chamada de setor do campesinado até os anos 1990. A expressão foi reconhecida no ano 2004 em reunião da REAF (Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosur), na qual se implementou uma definição para Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai com a finalidade de posicionar o setor na agenda dos governos (SALCEDO et al., 2014).

Estudos recentes mostram que a agricultura familiar na América Latina representa 14% da população total, gera entre 30% e 40% do PIB agrícola e mais de 60% do emprego rural. Ao menos 100 milhões de pessoas dependem desse setor, que é o principal abastecedor da cesta familiar de consumo de alimentos em todos os países (CAN, 2011). A agricultura familiar tem como uso prioritário a força de trabalho familiar, com acesso limitado a recursos da terra e capital de trabalho, assim como o uso de múltiplas estratégias de sobrevivência e geração de renda e uma heterogênea articulação com os mercados de produtos e acesso e uso de diferentes agroecossistemas. Na última década, outros países da região adotaram a agricultura familiar como parte de um processo de ajuda ao desenvolvimento rural e que se relaciona diretamente com a segurança e a soberania alimentar. Não somente governos, como organizações não governamentais, universidades, movimentos sociais do campo e outros atores tomaram para si a agricultura familiar como ferramenta de gestão de programas e políticas especiais para o campo e o pequeno agricultor.

Agricultura familiar é a categoria mais usada na atualidade, mas não deixa de ser uma agricultura camponesa que por muitas décadas ficou num segundo plano. Isso devido à modernização da agricultura, às novas tecnologias e ao impulso da agricultura empresarial, à priorização da exportação e, com isso, houve a exclusão dos pequenos produtores de programas e projetos. É preciso resgatar, então, o conceito de camponês, de campesinato. O conceito de camponês segue sendo válido para analisar a realidade

do campo, pois é concreto e, ao mesmo tempo, tem uma conotação política. Esse conceito é mais útil que termos genéricos, como produtores rurais ou agricultores, que não remetem a relações de produção.

A discussão teórica sobre o campesinato tem se centrado em três temas, a sua natureza, dinâmica e estrutura interna, nos mecanismos de articulação e funcionalidade e na sua evolução e tendências (HERNÁNDEZ, 1994). Para Chayanov, as características fundamentais da produção camponesa são a configuração da família como unidade de produção e consumo em que o camponês detém a posse dos meios de produção. E nessa economia camponesa o fundamental não é a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção de sua subsistência (GERARDI; SALOMONI, 2014). Nessa mesma via, pode-se considerar a definição de camponês para Rubio (2008, p. 20):

Camponês é uma forma produtiva constituinte do capitalismo, que possui os meios de produção; produz para o mercado e o autoconsumo com força de trabalho familiar e em ocasiões contratada; tem autonomia no processo produtivo; é uma unidade de produção e consumo; é explorada através da extração do excedente no mercado de produtos e de dinheiro e a extração de mais-valia na venda parcial da sua força de trabalho no mercado de trabalho, à vez que enfrenta um processo de reprodução-disolução da sua forma produtiva.

Dos movimentos sociais do campo também têm surgido definições. La Via Campesina considera camponês a pessoa que tem uma relação direta e especial com a terra e a natureza, por meio da produção de alimentos e outros produtos agrícolas. Ser camponês significa um determinado modo de viver, produzir e se relacionar com a natureza e a sociedade, contemplando os mais variados grupos sociais presentes no mundo rural e que são portadores de identidades culturais próprias, incluindo aos grupos indígenas, sem terra, entre outros⁷.

As populações indígenas na Região Andina que trabalham no campo são comumente chamadas de indígenas – camponeses. Ou seja, são grupos com uma ascendência pré-colombiana que ocupam uma posição particular como agricultores na estrutura social. Os agricultores indígenas estão organizados sob a forma de comunidades dotadas de uma autonomia relativa dentro da sociedade e são, assim, objeto de um controle social, de uma exploração econômica e de uma dominação política por parte da sociedade. Atualmente, o grande número de camponeses de

7 Definição da Declaração dos Direitos das Camponesas e Camponesas (Seul, março de 2009).

ascendência indígena pratica também formas de propriedade coletiva no marco de instituições comunitárias (GROSS, 2000). A região andina é um espaço de integração e de surgimento de movimentos sociais para as comunidades indígenas e camponesas. Ser um indígena camponês dos Andes representa culturalmente quem trabalha nas terras altas desses países e quem considera o indígena como recurso identitário, ainda que também como pobreza, marginalidade, com a reivindicação de direitos econômicos, sociais e culturais (DEVES VALDÊS, 2012).

Essa reivindicação tem sido mais notável nas últimas duas décadas, quando cada vez mais o campesinato tem aumentado sua presença cultural, social e política na região e tem tido um papel importante na resistência contra o avanço da agricultura industrial e as políticas neoliberais (ALTIERI; TOLEDO, 2011). Além disso, contra todo prognóstico, tem aumentado o número de pessoas no campo. Esse fenômeno é conhecido como recampanização dos espaços rurais. A recampanização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência. Implica um aumento quantitativo do número de camponeses através de um influxo exterior ou de reconversão de agricultores empresariais em camponeses e implica uma mudança qualitativa, pois a autonomia é aumentada ao mesmo tempo em que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados (VAN DER PLOEG, 2008).

2 MÉTODO

O objetivo principal deste trabalho é entender a relação entre movimentos sociais e a construção social dos mercados agroalimentares por meio de uma análise comparativa entre os casos de Equador e Colômbia. Para conseguir esse objetivo geral, são colocados três objetivos específicos:

- 1) Entender como os recursos dos movimentos sociais são usados para a ação social e econômica na construção social de mercados de proximidade;
- 2) Entender a trajetória da construção social dos mercados dos movimentos sociais da Região Andina, as suas dinâmicas, práticas e valores; e
- 3) Avançar no entendimento de como os movimentos sociais podem influenciar dispositivos de julgamento (processos de valoração) e códigos culturais.

O problema de pesquisa é a relação entre os recursos dos movimentos sociais e a construção social de mercados de produtos agroecológicos das comunidades camponesas e indígenas. Mais especificamente, é analisada a relação entre os recursos que os movimentos podem mobilizar e a construção de mercados, como são as diferentes relações de poder entre os atores e qual é a relação entre produtores e consumidores, entre outras coisas.

A hipótese principal para responder à pergunta de pesquisa é que os recursos obtidos com a ação coletiva dos movimentos sociais são mobilizados para a construção social de seus mercados mediante a resolução dos problemas de coordenação dos mercados, entre esses os problemas de valor, de competição e de cooperação. A ação coletiva dos movimentos sociais agroecológicos e de economia solidária na Colômbia e no Equador tem se organizado em redes, coletivos e grupos da sociedade civil que têm como um dos seus principais objetivos a construção de mercados locais. Nesse sentido, é relevante investigar se os recursos humanos, culturais, sócio-organizacionais, materiais e morais dos movimentos sociais podem ser mobilizados para a construção dos mercados de proximidade e de circuitos alternativos de comercialização.

Esta pesquisa tem um desenho de comparação orientada ao caso, de sistemas mais diferentes, diacrônica, com uma noção de trajetória para explicar os processos de construção social de mercados e uma abordagem de fundamentação teórica ou *grounded theory*.

Na comparação orientada aos casos, identificam-se as causas e as diferenças

entre tipos e subtipos de fenômenos sociais, sublinhando-se as semelhanças entre os membros do objeto de estudo, mostrando-se o grau de causalidade das semelhanças do fenômeno e formulando-se explicações gerais. Os dois casos são o da Agrosolidaria na Colômbia e do meSSe no Equador. No capítulo 5, será realizada a comparação da trajetória histórica de cada movimento, dos meios de acesso a recursos de cada organização e das suas características como circuitos de comércio, entre outros fatores.

Segundo Ragin (1989), as técnicas de concordância e diferença são parte da estratégia de pesquisa comparativa orientada ao caso. O método de concordância tem como objetivo procurar aqueles marcos que não variam, identificar as variáveis causais que são constantes num fenômeno. O método indireto de diferença é uma dupla aplicação do método de concordância, em que se estabelecem causas e efeitos de um fenômeno numa tabela e se comparam os pares e se rejeitam hipóteses. Assim, os casos negativos podem reforçar algumas conclusões dos casos positivos e pode-se traçar explicações para os fenômenos.

A comparação é de sistemas diferentes porque Colômbia e Equador, apesar de serem países vizinhos, têm contextos políticos, econômicos e sociais muito diferentes. Como afirmam Przeworski e Teune (1970), os desenhos de sistemas mais diferentes eliminam fatores de diferenciação social dos sistemas pela formulação de declarações que são válidas independentemente dos sistemas nos quais são feitas as observações. O desenho de pesquisa comparativa de sistemas mais diferentes busca a máxima heterogeneidade entre as amostras de sistemas. Segundo os autores, apesar da diferenciação intersistêmica, as populações serão diferentes somente no que diz respeito a um número limitado de variáveis ou relações.

Esta será uma comparação diacrônica, na qual se comparam propriedades, estados e valores que adotam as variáveis em momentos diversos da história. Segundo Morlino (2010), é quando se opta por analisar o mesmo caso ou vários casos em momentos diferentes e sucessivos com o objetivo de ver a influência de vários fenômenos. O ponto central aqui é que não se vê um momento só, mas se observa a mutação no tempo através de uma aproximação de diferentes momentos.

O período estudado foi de 1990 a 2014, o que contempla desde o começo da abertura neoliberal nesses países, passando pela consolidação do modelo econômico orientado à exportação, entrando nos anos 2000, nos quais a crise financeira, social e econômica na região se agudizou, somando-se a isso o processo de dolarização do

Equador, as extensas migrações no país e o conflito armado colombiano. Finaliza-se no ano de 2014, quando parece haver, dos governos equatoriano e colombiano, maior apoio a iniciativas de agroecologia, agricultura familiar e economias camponesas e indígenas e tendo como cenário internacional 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

A noção de trajetória é dada por um olhar histórico-comparativo que serve para entender o surgimento de organizações e movimentos agroecológicos e de economia solidária, o contexto econômico, político e social da região no período analisado e a sua relação com os novos mercados de proximidades nas economias locais desses países. Esse tipo de análise tem ênfase nas relações causais e está preocupada com comparações sistemáticas de poucos casos.

Segundo Ritter (2014), a abordagem histórico-comparativa analisa grandes unidades sociais, na maioria Estados-nações, mas isso não é uma obrigatoriedade. Têm sido estudados também territórios supranacionais, cidades e até mesmo comunidades culturais. Além disso, esse tipo de abordagem assume que os fatores causais relevantes a serem identificados estão de alguma forma enraizados e influenciados pelas trajetórias históricas, e as explicações causais são descobertas com uma atenção aos processos de longo prazo. Uma das técnicas de investigação mais utilizadas para estabelecer tais explicações causais é o *process tracing*, que será explicado na coleta de dados.

O processo de análise histórico-comparativo proposto por Ritter (2014) tem cinco etapas consecutivas. Primeiro, a de escolher um tema ou caso a resolver; segundo, os dados são identificados e, em terceiro lugar, apresenta-se evidência para apoiar a tese do autor, assim como contraevidência para problematizar tal tese. Em quarto lugar, os dados são analisados para a preparação de escrita, finalmente, compõe-se a narrativa histórica (RITTER, 2014). A leitura faz parte de recolher dados e sugere que na análise histórico-comparativa se analisem os textos em três categorias, como textos sobre o país, texto do tema e textos de causas (RITTER, 2014).

Finalmente, a última característica deste desenho de pesquisa é a abordagem que será dada com *grounded theory*. A fundamentação teórica ou *grounded theory* é um estilo de fazer análise qualitativa que inclui um número de características distintas, tais como amostragem teórica, e algumas orientações metodológicas, como a realização de comparações constantes e o uso de um paradigma de codificação para assegurar o desenvolvimento conceitual, além de uma íntima relação com os dados vistos como

instrumentos dessa teoria (STRAUSS, 2003).

São diversas as técnicas utilizadas nesta pesquisa tanto para a coleta como para a análise de dados. Elas foram escolhidas por causa da sua relação com os principais conceitos da pesquisa e a melhor compreensão do mapa analítico proposto no capítulo anterior. Tendo em conta o mapa analítico, consideram-se a ação coletiva dos movimentos sociais (recursos), os dispositivos de julgamento (problemas de valor), os circuitos de comércio (problemas de competição), o estabelecimento de laços de confiança (problemas de cooperação) e as variáveis explicativas para a construção social de mercados (que seria a variável resposta). Além disso, serão considerados os códigos culturais criados em cada organização. Para a operacionalização dos recursos dos movimentos sociais, serão consideradas as cinco dimensões propostas por Edwards e MacCarthy (2004): dimensão moral, humana, sócio-organizacional, material e cultural. Por outro lado, serão analisadas três categorias de dispositivos de julgamento: denominações, redes, cicerones (KARPIK, 2010). Os problemas de competição serão operacionalizados a partir dos circuitos de comércio e os problemas de cooperação, a partir dos laços de confiança.

Na continuação, apresentam-se as técnicas que ajudaram a operacionalizar os conceitos do mapa analítico e a orientar a compreensão dos objetivos e os resultados que serão apresentados ao final da pesquisa.

2.1 COLETA DE DADOS

Os métodos para rastrear processos (mais conhecidos pelo seu nome em inglês, *process tracing*) são ferramentas para estudar os mecanismos causais num caso de pesquisa. O *process tracing* para construir teoria é uma das três variantes dentro do método; existem também outras duas: *process tracing* para provar teoria e *process tracing* para explicar resultados (BEACH; PEDERSON, 2013). São assim métodos para testar proposições que se derivam de processos dedutivos, sendo que o processo de pesquisa, como afirma Ritter (2014), se converte na missão de encontrar evidência dos laços entre a causa e o fenômeno.

As técnicas para coleta de dados foram principalmente pesquisa documental e entrevistas em profundidade. A pesquisa documental e bibliográfica revisa as fontes e possibilita conferir maior grau de cientificidade aos estudos (MAY, 2004). Essa

pesquisa é fundamental para ver o estado do tema da pesquisa e delimitá-lo de forma correta. Por outro lado, as entrevistas em profundidade são uma técnica usada para coletar dados, permitindo reunir as reflexões dos entrevistados e, assim, gerar conhecimento empírico. Esse tipo de pesquisa se faz relevante em especial nos estudos de movimentos sociais, em que se tem uma escassez de documentos coletados sistematicamente ou de bases de dados fiáveis (DELLA PORTA, 2014).

Sobre a pesquisa documental, foi feito um levantamento de documentos produzidos pelos próprios movimentos sociais, por organizações não governamentais, pelos governos nacionais, além de artigos e pesquisas relevantes ao tema. A quantidade de documentos com informação das organizações pesquisadas é limitada; portanto, isso foi complementado com as entrevistas em profundidade realizadas no trabalho de campo, com observação participante e publicações dos movimentos em Facebook e nos sítios de internet de Agrosolidaria e meSSe. As entrevistas em profundidade permitiram recolher dados e reflexões que o entrevistado fazia ao respeito.

A pesquisa de artigos e textos relevantes ao tema da tese começou desde 2013 por meio de acesso virtual a jornais especializados, teses e artigos disponíveis. Em 2014, houve acesso físico também à biblioteca da FLACSO, no Equador, e em 2016 à biblioteca da Universidade Javeriana, em Bogotá, Colômbia. No final de 2015 e começo de 2016, a autora obteve, do Max Planck Institute for the Study of Societies, acesso virtual e físico a bibliotecas, revistas e jornais especializados. Grande parte desses textos eram sobre sociologia econômica, economia política e outros temas relacionados com a pesquisa.

O trabalho de campo se realizou no Equador nos meses de agosto e setembro de 2014. Foram realizadas dez entrevistas e sete visitas a espaços de comercialização e/ou reunião de atores do meSSe entre os dias 26 de agosto até o 16 de setembro de 2014. O trabalho de campo no Equador recolheu informações mais precisas sobre como o meSSe (Movimento de Economia Social e Solidaria) se organiza internamente, relaciona-se com atores do governo, da sociedade civil, com outros movimentos e também sobre os desafios que diz enfrentar na atualidade. O perfil das pessoas entrevistadas é bastante diverso. Foram entrevistados atores do Estado e da sociedade civil. Do governo foram entrevistados a coordenadora-geral de Circuitos Alternativos do Ministério da Agricultura, passando por outra pessoa da sua equipe, que é o diretor de Normativa Técnica de Circuitos Alternativos de Comercialización.

Dos atores da sociedade civil entrevistados, todos são membros do meSSe, sejam como dinamizadores ou articuladores das três zonas do país (norte, centro e sul), sejam como produtores e/ou consumidores. Os entrevistados são os seguintes: na zona norte do país, em Quito, um dinamizador nacional do meSSe, membro do Conselho Nacional e que também faz parte de uma ONG (SERPAJ-E) ligada ao movimento. Em Cayambe, a entrevistada foi uma das articuladoras da Canasta (cesta) da cidade, também dinamizadora do meSSe na zona norte do país e agricultora da organização Biovida.

Na zona centro do país, foi entrevistada a coordenadora da Fundación Utopia, que desde o ano 2000 organiza junto à associação do mesmo nome a Canasta Utopia em Riobamba. Ela também é dinamizadora do meSSe na zona centro. A outra pessoa entrevistada é uma das que começaram com a experiência das Canastas desde 1987, faz parte da associação da Canasta Riobamba Utopia e do movimento Colectivo Agroecológico Nacional. Na zona sul do país, foram entrevistadas quatro pessoas, três vinculadas à Redesol que é a rede que comercializa produtos agroecológicos na região; duas das pessoas são produtoras. O quarto entrevistado é da Rede Pacariñan de Turismo Comunitário e faz parte do Conselho Nacional do meSSe.

O trabalho de campo na Colômbia se realizou no mês de maio de 2015 e no mês de maio de 2016. No total, foram dez entrevistas. Na primeira visita, realizaram-se seis entrevistas com pessoas relacionadas diretamente à Agrosolidaria na seccional da Confederação Nacional na cidade de Tibasosa – Boyacá e na seccional de Agrosolidaria Engativa na cidade de Bogotá. Em Tibasosa, foi entrevistado Mario Bonilla, diretor da Confederação; Elsy Sierra, assistente administrativa da Confederação; e Yolanda Rincón, representante do Comité del Fondo de Ahorro y Crédito da Seccional Tibasosa, assim como um pesquisador francês que fazia um estágio na Agrosolidaria. Já na seccional de Engativa, Bogotá, foi entrevistado Nilson Morales, coordenador de Distribuição das Canastas Solidárias.

Na segunda visita de trabalho de campo, realizada em maio de 2016, foram realizadas entrevistas em profundidade com outros atores relacionados indiretamente com a Agrosolidaria. Os entrevistados foram Colombia Perez, diretora do Indesco (Instituto de Economía Social y Cooperativismo); Harrison Martínez, diretor de pesquisas do Instituto e Secretário Executivo de REDESS (Rede de Economia Social e Solidaria). Foi entrevistada também a professora doutora Marietta Bucheli, diretora do Instituto de Desenvolvimento Rural da Universidade Javeriana e pesquisadora da

economia solidária e agroecologia na Colômbia. Finalmente, foram entrevistados dois consumidores das Canastas Solidárias de Engativa. As entrevistas planejadas com atores de governo, como a Unidad Administrativa Especial de Organizaciones Solidarias, adscrita ao Ministério do Trabalho, não foram confirmadas.

No Apêndice A, consta o quadro com o detalhe das pessoas entrevistadas e a duração das gravações.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, utilizaram-se diferentes técnicas. A primeira foi análise de redes para análise dos movimentos sociais. Segundo Soule (2012), essa abordagem reconhece que as organizações de movimentos sociais não são entidades delimitadas; pelo contrário, estão incorporadas numa teia de conexões com outras organizações (tanto dentro do movimento quanto fora dele). Segundo a autora, esta teia de conexões ou rede promove a partilha de recursos, as colaborações, e permite a partilha de ideias, *frames*, táticas e pessoal através das fronteiras organizacionais.

A ferramenta de sociogramas do NVivo 11 plus permitiu a elaboração de quatro sociogramas, dois para o caso da Colômbia e dois para o caso do Equador. Um sociograma para mostrar quais recursos são mais acessíveis ao meSSe (proximidade ou *closeness*) e outro para mostrar quais atores circulam melhor entre os recursos e os demais atores (valência ou *betweenness*). A proximidade é a velocidade com que a informação pode chegar a outros casos a partir de um dado ponto de partida. Para calcular a proximidade, NVivo usa a soma das distâncias mais curtas do vértice específico em questão para todos os outros vértices conectados na rede. Por outro lado, a valência é a frequência com que o vértice se encontra no caminho mais curto entre dois outros vértices. Por exemplo, qual é a pessoa com mais probabilidade de ter mais informações fluindo através deles. No Nvivo 11, esta é calculada como uma proporção dos caminhos mais curtos.

Outra abordagem para análise dos dados será o *frame analysis*. Segundo Goffman (1974), os *frames* são roteiros nos quais se reconhecem eventos e acontecimentos e nos quais se organizam e identificam experiências. São também elementos da cultura individual ou coletiva e experiências vivenciadas e, por conseguinte, relativamente estáveis. São crenças, esquemas interpretativos internamente

coerentes que tornam significativos os eventos, guiam o comportamento e motivam a ação. Pesquisas sobre enquadramento de processos em movimentos sociais estão focadas na forma como os atores sociais produzem e mantêm crenças coletivas que inspiram e legitimam atividades e mobilizam recursos (SCHILLER-MERKENS, 2013).

O *frame analysis* se foca em como se estabelecem as construções ideológicas e em como se utilizam estrategicamente para enquadrar um determinado tema. Ressalta a linguagem como uma ferramenta estratégica usada pelos atores dos movimentos sociais e ajuda a compreender o processo de construção social da realidade. O processo de “enquadrar” refere-se ao trabalho significativo e consciente realizado por atores dos movimentos sociais (LINDEKILDE, 2014). Esse enquadramento teria três tarefas essenciais, de diagnóstico, prognóstico e motivacional. No enquadramento diagnóstico, os atores identificam o problema e atribuem causalidade ou culpa. No enquadramento prognóstico, propõem-se soluções para os problemas identificados e se indicam estratégias, táticas e objetivos. Finalmente, no enquadramento motivacional, registram-se os motivos para a ação (SNOW; BENFORD, 1988).

Nessa linha, o interesse desta pesquisa é utilizar esse tipo de análise para identificar como acontece a criação de mercados na fronteira dos movimentos sociais, neste caso, o da economia solidária e da agroecologia na Colômbia e no Equador. Nas palavras de Schiller-Merkens (2013), quando a criação do mercado acontece na fronteira dos movimentos sociais, *master frames* tornam-se disponíveis como modelos culturais para construir o significado do mercado emergente. Nesse caso, os movimentos sociais mobilizam moralmente consumidores e trabalham no sentido de mudar as práticas críticas em mercados convencionais.

Para analisar os dados foi utilizado um o Nvivo 11, um *software* que permitiu organizar as entrevistas e codificá-las em três dimensões principais: atores, recursos e as bandeiras dos movimentos sociais. Dentro de cada dimensão, foram criadas categorias, sendo que o número de categorias para cada dimensão varia de acordo com os dados de codificação realizada. (Apêndice B – Lista de dimensões e categorias). As dimensões recursos e atores foram utilizados na análise de discurso de redes sociais para visualizar a relação entre eles e foram desenhadas redes com ajuda do Nvivo 11. No Nvivo se assignam atores e categorias aos dados e se visualizam redes sociais a partir desses dados estruturados.

A dimensão bandeiras dos movimentos sociais foi utilizada para o *frame*

analysis com o objetivo de compreender como os movimentos sociais constroem uma relação com os dispositivos de julgamento e como estes poderiam resultar em mercados. No *frame analysis*, depois de ter codificado as entrevistas, identificam-se os elementos do núcleo de enquadramento (diagnóstico, prognóstico, motivação), a partir de diferentes posições para ver como esses elementos se desenvolvem ao longo do tempo. Uma segunda parte do *frame analysis* é identificar como os diferentes elementos contribuem para o debate público e como se relacionam constituindo, assim, as principais posições argumentativas no debate (LINDEKILDE, 2014).

Por outro lado, a análise de fontes secundárias como textos especializados utilizados na análise histórico-comparativa foi feita manualmente, ou seja, ressaltando trechos importantes, dividindo os tipos de textos, entre outras coisas. Ritter (2014) afirma que nenhum *software* pode produzir “resultados” para o pesquisador, e na análise manual de dados o propósito é descobrir o mecanismo que liga a causa e o resultado. No entanto, os *softwares* como Nvivo e Atlas também podem ser úteis para codificar notas ou acessar a informação de forma mais rápida.

Os textos especializados foram separados em três categorias; os textos sobre cada país, Colômbia e Equador, de uma maneira mais geral. Esse tipo de texto, como afirma Ritter (2014), pode não enfatizar o fenômeno, mas envolve relatos históricos do desenvolvimento de um país ao longo do tempo. A segunda categoria de textos são os textos que desenvolvem o tema específico da pesquisa (textos tema). Esses textos são detalhados e neles pode-se ver também anteriores tentativas de explicar o tema de interesse. Finalmente, os textos sobre causas, estas fontes tratam especificamente sobre as possíveis causas e ajudam a construir a narrativa.

3 CASO EQUATORIANO

A análise do caso equatoriano que aqui se pretende desenvolver obedece a três exigências: a) descrição do contexto político, econômico e social que permitiu a emergência e a consolidação do Movimento de Economia Social e Solidária (meSSe); b) compreensão do modo como o meSSe mobiliza uma série de recursos na construção social de mercados; c) identificação de motivações e estratégias de atores vinculados ao meSSe, com auxílio da metodologia de análise de *frames*.

No primeiro caso, a análise do contexto político, econômico e social do Equador entre os anos de 1990 e 2014 deve ajudar a entender a trajetória da construção social dos mercados dos movimentos sociais naquele país (suas dinâmicas, práticas e valores). Para isso, a parte do contexto histórico será dividida em três. Primeiro se colocam os eventos mais importantes da vida do país, depois se trazem os eventos mais importantes relacionados aos atores e aos movimentos do campo, indígenas e camponeses, entre eles os movimentos agroecológicos e de economia social e solidária. Finalmente, trata-se da construção de mercados agroalimentares por parte do meSSe.

No segundo caso, o objetivo é entender como os recursos culturais, sócio-organizacionais, humanos, morais e materiais mobilizados pelo meSSe são usados para a ação social e econômica na construção social de mercados. Para isso, recorre-se à análise de discurso das redes sociais com vistas à identificação dos tipos específicos de recursos utilizados pelos atores e o modo como esses recursos e esses atores se relacionam.

A terceira e última parte deste capítulo, dedicada à investigação das motivações e das estratégias dos atores do meSSe, recorre à análise dos *frames* e propõe alguns códigos culturais relacionados aos diversos atores. Mais especificamente, a análise dos *frames* do meSSe apresenta frases de diagnóstico, prognóstico e motivação que ajudam a compreender melhor os estímulos dos movimentos sociais. Nas frases de diagnóstico, mostra-se como os atores identificam o problema e atribuem causalidade; nas frases de prognóstico, mostra-se como se propõem soluções para os problemas identificados e como se desenvolvem estratégias para solucioná-los e, finalmente, nas frases de motivação, são ilustrados os objetivos por trás das ações desses atores.

3.1 TRAJETÓRIA E CONTEXTO DO MESSE NO EQUADOR

3.1.1 O Equador entre 1990 e 2014

Em 1990, o Equador, assim como os demais países latino-americanos, já tinha entrado no programa de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁸. Em 1995, ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC) e se consolidaram algumas políticas neoliberais que resultaram em transformações significativas para o país. Segundo Moreano (2006), o programa neoliberal significou ao mesmo tempo um retrocesso industrial, uma redução nos gastos de saúde, educação, moradia e bem-estar social, assim como alarmantes índices de pobreza e desigualdade.

Um ano depois do ingresso na OMC, o salário mínimo real no Equador diminuiu 47,7% em relação à década anterior. Em relação, especificamente, à adoção de políticas agrárias, merece destaque a *Ley de desarrollo agropecuario* (1994). Na contramão da tendência até então favorável à reforma agrária e à democratização do acesso à terra⁹, a *Ley de desarrollo agropecuario* significou, de um lado, o desaparecimento de entidades públicas de apoio aos agricultores – como a Empresa Nacional de Almacenamiento y Comercialización (ENAC) e a Empresa Nacional de Semillas (ENSEMILLAS) – e, de outro, a redução do Ministério de Agricultura. Com essa redução ministerial, a política agrária no Equador levou ao crescimento dos subsídios para a agroexportação e à redução dos estímulos à produção para o mercado interno (MUÑOZ, 2011).

Nessa mesma tônica, Rubio (2008) afirma que a implantação das políticas neoliberais no campo trouxeram cinco grandes transformações estruturais. A primeira foi a revalorização das *commodities* na economia, fortalecendo as atividades agropecuárias com foco na exportação. Isso aconteceu em contraste com a capacidade dessas atividades de gerar emprego e meios de sobrevivência para a população rural,

8 O programa do Banco mundial continha políticas que significaram a saída do Estado da gestão produtiva, a liberalização econômica e o enfraquecimento dos serviços de segurança social e de políticas sociais como educação e saúde. Além disso, concedeu um apoio sem restrições ao capital transnacional como eixo da acumulação de capital (RUBIO, 2008).

9 O Equador teve duas principais reformas agrárias: em 1964 a Lei da Reforma Agrária e Colonização criou as Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs); e a Lei de Reforma Agrária, de 1973, foi mais radical e facilitou em alguns casos o acesso de comunidades indígenas à terra, particularmente nas partes altas da cordilheira interandina. Essas reformas, segundo Fausto (2003), fizeram com que a estrutura agrária do Equador mudasse de forma significativa. O processo de reformas agrárias, inicialmente, era papel do Estado e passou às mãos do mercado em 1979, quando se promulgou a Lei de Fomento e Desenvolvimento Agropecuário.

aprofundando as desigualdades sociais. A segunda mudança se relaciona com a passagem da exportação de bens tradicionais como café e banana a bens não tradicionais, como palma africana, flores e brócolis¹⁰. Esse novo setor de empresas transnacionais se sustentou na concentração dos recursos produtivos como água e serviços mais do que na concentração de terra.

Uma terceira transformação estrutural está relacionada ao incremento da pecuária e dos cultivos que constituem insumos para a produção de alimentos balanceados. Com a estrutura agrícola e agroindustrial girando cada vez mais em torno da pecuária, foram comprometidos os cultivos básicos para o consumo humano. A quarta mudança decorre das transformações nos modos de produção de camponeses e produtores rurais. Com a degradação das condições de produção dos camponeses que cultivavam alimentos básicos e cultivos tradicionais de exportação, ocorreu uma desestruturação de suas unidades de produção, obrigando-os a entrar como abastecedores de insumos para as agroindústrias (agricultores integrados) ou como trabalhadores assalariados das exportadoras. Uma última transformação estrutural que mudou a fisionomia da agricultura no Equador entre 1994 e 2006 se refere às formas de reprodução e resistência camponesa. Essas formas se relacionam ao fortalecimento da produção de autoconsumo, às formas de produção agroecológica, à diversificação produtiva e à venda da força de trabalho para complementar a renda familiar (RUBIO, 2008).

Korovkin (2001) também mostra algumas das transformações do campesinato no começo da fase neoliberal. Durante o período desenvolvimentista (década de 1970), os camponeses trabalharam migrando entre as terras altas e baixas do país de acordo com o calendário de semeadura e colheita. No momento em que os trabalhadores voltavam para adquirir suas próprias terras nas comunidades de origem, acontecia uma recampenização individual, vantajosa inclusive para os jovens que faziam o movimento de retorno. Mas a situação mudou na década de 1980 e, sobretudo nos anos 1990, quando o preço das terras subiu consideravelmente, impossibilitando a recampenização individual. As comunidades que pareciam ser de indígenas camponeses em meados do século XX, no início do século XXI haviam sido transformadas em comunidades de

10 Isso se tornou um novo setor de empresas nacionais e estrangeiras de caráter transnacional formado por agroindústrias fabricantes de produtos balanceados para animais, como a PRONACA, ou de produtos lácteos, como a Nestlé, ou ainda por exportadoras de cultivos não tradicionais como flores (Florexpo S.A.) ou brócolis, como Provefurt S.A. (RUBIO, 2008).

trabalhadores migratórios e comerciantes ambulantes em pequenas propriedades.

Apesar disso, muitos indígenas camponeses decidiram participar das atividades externas às suas comunidades, sem abandonar a agricultura de subsistência e as redes comunitárias. As comunidades das terras altas tentaram uma recampanização coletiva como uma forma de avançar na economia familiar. Assim a agricultura camponesa tem demonstrado uma notável resistência frente à expansão capitalista, dando aos trabalhadores indígenas e comerciantes um mínimo de segurança econômica e identidade cultural (KOROVKIN, 2001).

As redes comunitárias permitiram que os trabalhadores migratórios conservassem seus terrenos agrícolas por meios coletivos. No começo tiveram apoio de créditos de algumas organizações, como o Fundo Equatoriano Populorum Progressio (FEPP)¹¹, que, junto aos Ministérios de Agricultura e Pecuária e de Bem-Estar Social, ofereceram empréstimos familiares. FEPP e CARE Internacional também ofereceram assistência técnica às associações quando os créditos acabaram. Mas o que resultou desse processo nos anos 1990 foram associações de indígenas camponeses mais coesas, graças ao trabalho familiar e com vizinhos através das *mingas* (intercâmbio de mão de obra no trabalho coletivo). Para pagar as dívidas, as associações vendiam a maior parte dos produtos no mercado e o resto se guardava para as comidas comunitárias e se dividia entre os sócios (KOROVKIN, 2001).

Para as culturas andinas, a terra, a água, as plantas, os minerais e os seres naturais não são apenas garantidores de sobrevivência econômica. Mais do que isso, são considerados elementos centrais da sua vida espiritual e cultural e, portanto, não cabem práticas de exploração e de apropriação privada para o enriquecimento pessoal ou de um grupo, pois não se mantem com esses elementos uma relação de tipo utilitarista. As *chakras* indígenas são os lugares onde acontece o trabalho coletivo, que é também uma atividade sagrada em que se manifestam relações de reciprocidade e cooperação. É por isso que na economia indígena camponesa as atividades de produção, intercâmbio e consumo sempre estão acompanhadas de rituais que estimulam simbolicamente a vida e as relações. Essa filosofia e forma camponesa de economia foi invisibilizada e lançada às margens durante várias décadas, mas nos anos 1990 reapareceu com o conceito de Sumak Kawsay (bem viver) e como proposta de vida de alguns povos indígenas para se

11 Organização católica que trabalhava com o desenvolvimento rural.

opor às iniciativas desenvolvimentistas (ANDINO, 2013).

Todas essas transformações econômicas se deram num cenário de profunda instabilidade política. Entre 1990 e 2014, o Equador teve oito presidentes e duas Constituições (em 1998 e em 2008). Três presidentes foram derrocados consecutivamente por diferentes motivos. O primeiro foi Abdala Bucaram Ortiz, que assumiu a Presidência em agosto de 1996, mas que em fevereiro de 1997, sob pressões e protestos populares, foi deposto pelo Congresso Nacional sob a alegação de “incapacidade mental”. Durante a campanha, Bucaram fez acordos com sindicatos e se opôs às políticas neoliberais, mas quando assumiu o poder colocou em marcha um programa econômico que aprofundou as reformas neoliberais. Além disso, não estabeleceu pactos com os grupos empresariais, os militares, a igreja, outros partidos políticos e demais atores institucionais chave para assegurar sua governabilidade (DE LA TORRE, 2000).

Depois da queda de Bucaram, as organizações sociais e movimentos promoveram junto com os partidos políticos uma Assembleia Nacional Constituinte que foi eleita por voto popular e cujos representantes eram vinculados a partidos políticos então existentes¹². Os movimentos sociais unificaram suas propostas numa Assembleia Popular. E a nova Constituição do Equador entrou em vigência em 10 de agosto de 1998. Nesse momento, também começou o mandato do novo presidente eleito, Jamil Mahuad, que foi deposto em janeiro do ano 2000. Os acontecimentos que levaram ao golpe de Estado estiveram relacionados com a intensa crise pela qual atravessou o país em 1999 e com as medidas que Mahuad tomou para enfrentá-la.

Segundo Ramírez Gallegos (2010), o novo governo de Mahuad teve um plano econômico abalado pelo FMI que se centrou em enfrentar a fragilidade sistêmica do setor financeiro e fiscal. Em março de 1999, Mahuad decretou um feriado bancário que durou cinco dias e em que todas as operações financeiras foram suspensas. Isso aconteceu no contexto de uma crise financeira internacional e de queda do preço do petróleo (sendo o petróleo uma das principais riquezas do país). Depois disso, Mahuad decidiu dolarizar a economia, o que fez rearticulando o empresariado, a bancada e os partidos de direita. Isso não evitou a sua saída da Presidência, pois Mahuad foi destituído em 21 de janeiro de 2000 num levantamento composto pelo movimento

12 Foram 70 representantes dos partidos políticos que fizeram parte da Assembleia Nacional Constituinte: Partido Social Cristão (30%), Democracia Popular (17%), Pachakutik (10%) e Partido Roldosista (10%) (SEGURA; BEJARANO, 2004).

indígena¹³ em aliança com militares de média patente (DÁVALOS, 2000).

Em meio a essa crise, produziu-se uma migração massiva de equatorianos(as) para Espanha, Estados Unidos e Itália, o que chegou a ser a segunda fonte mais importante de divisas para o Equador depois das exportações de petróleo. Segundo Larrea (2004), em 1993 as divisas recebidas eram de 200 milhões de dólares e, em 2003, chegaram a ser de 1.432 milhões de dólares. Mas logo esse exponencial ingresso diminuiria devido à crise internacional e à imposição de mais requisitos para vistos aos equatorianos.

Em 21 de janeiro de 2000, assumiu de maneira provisória uma “Junta de Salvación Cívico Militar” conformada pela coalizão entre o movimento indígena representado pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e os militares, cuja figura principal foi o coronel Lúcio Gutierrez. Em 22 de janeiro de 2000, o poder foi devolvido ao vice-presidente, Gustavo Noboa. Presidente responsável por ratificar a dolarização, Noboa terminou seu mandato em janeiro de 2003.

O coronel Lúcio Gutierrez chegou em 2003 ao poder eleito democraticamente. Contrariando as expectativas da população e sua coalização¹⁴, durante seu governo continuou com a política fiscal ortodoxa e assumiu rapidamente traços patrimonialistas, autoritários e clientelistas, com denúncias de corrupção e nepotismo (RAMÍREZ GALLEGOS, 2010). Gutierrez deu prioridade a seu círculo militar, aos setores bancários e produtivos. Em abril de 2005, aconteceram intensas manifestações pedindo a sua saída; esses atos duraram mais de dez dias na capital Quito. A pressão da população e as denúncias contra ele resultaram em sua destituição em abril de 2005 pelo Congresso Nacional. Assumiu como presidente seu vice, Alfredo Palacio, que ocupou esse cargo até 2007, quando foram realizadas as eleições para novo presidente.

Durante o governo de Palacio, o movimento indígena (debilitado e dividido no governo do Gutierrez) se reorganizou em torno de algumas reivindicações. Segundo Larrea (2006), as quatro reivindicações mais importantes foram: a) a rejeição às negociações do Tratado de Livre Comércio (TLC) com Estados Unidos; b) a finalização do contrato entre a petroleira OXY (Occidental Exploration and Production Company) e

13 No ano anterior à saída de Mahuad, o movimento indígena equatoriano tinha realizado duas grandes mobilizações, em março e julho, que foram decisivas para fortalecer o movimento indígena politicamente.

14 Para chegar ao poder tinha se aliado com a CONAIE, mas durante o seu governo destituiu funcionários do Pachakuti (reconhecido partido político indígena conformado desde 1996).

o governo equatoriano; c) a reivindicação de que o país não se envolvesse mais no Plano Colômbia e que a Base de Manta passasse às mãos equatorianas; e d) finalmente, pediam uma convocatória a uma Assembleia Nacional Constituinte para reformar a Constituição política do país. Em 2006, com essas bandeiras, o movimento organizou jornadas de mobilização que foram fortemente reprimidas, mas, apesar disso, se colocou o tema nas negociações do TLC em debate nacional e outras pautas que não eram somente indígenas.

De certo modo, Rafael Correa atendeu a algumas dessas demandas e, também por isso, foi eleito presidente em 2007 e reeleito duas vezes consecutivas. A chegada de Rafael Correa ao poder foi imprevisível, pois no começo só contava com 3% de intenção de voto. Foi ministro de Economia e Finanças no início do governo de Alfredo Palácio e, antes disso, professor de Economia na Universidad San Francisco de Quito, onde ficou conhecido pelas suas intervenções contrárias à dolarização e pelas suas críticas ao modelo neoliberal. Quando saiu do governo de Palacio, organizou o Movimiento Alianza País em 2005 (DE LA TORRE, 2010).

De la Torre (2010) afirma que, apesar de o governo de Rafael Correa ter implantado políticas pós-neoliberais, ele tem se oposto às organizações autônomas dos movimentos sociais. Para Muñoz (2011), o projeto político de Correa, denominado de Revolução Cidadã, é um projeto próximo da sociedade civil, mas não é próprio dela. Isso porque, por um lado, o governo tem vontade de distribuir a riqueza e ser responsável socialmente, mas, por outro lado, tem nuances autoritários e clientelistas. De uma parte, está tentando reposicionar o Estado e, de outra, não estabelece acordos com movimentos e organizações sociais; ora propõe deixar o petróleo sob a terra num parque nacional protegido, ora promove os agrocombustíveis e a mineração. Essas têm sido as principais razões das inconformidades dos movimentos sociais no país. Contudo, segundo Muñoz (2011), não podem ser negadas as transformações positivas que a sociedade equatoriana tem vivenciado: mais saúde, mais educação, maior redistribuição da riqueza, entre outras.

O principal ganho do governo de Correa é, talvez, a Assembleia Constituinte de 2008. Nela foi redefinido um modelo de desenvolvimento com uma nova concepção e centralidade nos direitos, na necessidade de construir justiça social, de ativar a participação social na gestão do público, proteger a natureza, recuperar a soberania nacional, buscar um equilíbrio territorial e promover a diversidade cultural (MUÑOZ,

2011).

Na Constituição, é dado protagonismo aos temas de soberania alimentar e bem viver. O artigo 281, em particular, ressalta que será responsabilidade do Estado impulsar a produção, a transformação agroalimentar e pesqueira das pequenas e médias unidades de produção, comunitárias e de economia social e solidária; promover políticas redistributivas que permitam o acesso do campesinato à terra, à água e a outros recursos produtivos; fortalecer o desenvolvimento de organização e redes de produtores e consumidores, assim como as de comercialização e distribuição de alimentos que promovam a equidade entre espaços rurais e urbanos, entre outras coisas.

O artigo 13 da Constituição dá, entre outros, o direito do Bem Viver, que prescreve que:

[...] as pessoas e coletividades têm direito ao acesso seguro e permanente a alimentos saudáveis, suficientes e nutritivos; preferivelmente produzidos a nível local e em correspondência com suas diversas identidades e tradições culturais, para o qual o Estado promoverá a soberania alimentar.

Assim, em 2009, aprova-se a *Ley Orgánica del Régimen de la Soberanía Alimentaria (LORSA)*. Nessa lei se envolvem aspectos como o acesso aos fatores de produção alimentar como terra e água; a proibição da apropriação do conhecimento coletivo e de saberes ancestrais associados à biodiversidade nacional; fomento à produção para pequenos produtores e a eliminação de importações de alimentos de produção nacional, entre outros aspectos. Dentro dessa lei, estava prevista a criação da Conferência Plurinacional e Intercultural de Soberania Alimentar (COPISA), que é um importante espaço de debate na construção de propostas de políticas públicas sobre soberania alimentar e onde a sociedade civil e outras instituições participam, como é o caso do Coletivo Agroecológico.

O governo de Rafael Correa propôs um Plano Operativo de reativação da agricultura (2008-2011) que definia aspectos de ação imediata como a cesta básica alimentar, biocombustíveis, produtos tradicionais, produtos de agroexportação não tradicionais e pecuária. Para Bustos e Bustos (2010), as políticas, as estratégias e as tendências do setor agropecuário no que se refere à atenção do pequeno produtor são pouco alentadoras, pois não se tem mostrado suficiente a articulação com as ações correspondentes, apesar do ganho de um espaço discursivo.

Por outro lado, a poucos meses de estar no poder, o governo de Correa anunciou a criação da Subsecretaria de Economia Social e Solidária como parte do Ministério de

Economia e Finanças. Essa subsecretaria foi depois transladada ao Ministério de Inclusão Econômica e Social (MIES) e, em 2009, foi criado o Instituto Nacional de Economía Popular y Solidária (IEPS), que se encarregou de executar, propor e promover a economia solidária como um setor da economia (ANDINO, 2013).

Em resumo, a história recente do Equador (1990-2014) pode ser formalizada na linha do tempo abaixo (fig. 2), destacando alguns dados fundamentais.

Figura 2 – Linha do tempo 1990-2014.



Fonte: Elaborado pela autora.

3.1.2 Instituições e organizações ligadas à agroecologia e à economia social e solidária

Nesse contexto político e econômico, as organizações sociais no Equador têm se estruturado ao redor de diferentes bandeiras ou temas prioritários, como a economia social e solidária, a agroecologia e a soberania alimentar. E dois movimentos têm se envolvido na construção de mercados de proximidade: o movimento agroecológico e o de economia social e solidária. Os dois surgiram e se fortaleceram em momentos diferentes, mas desde a última década articulam suas atividades para que incidam nas políticas públicas, na construção de espaços de comercialização e no fortalecimento de práticas agroecológicas, comunitárias, de soberania alimentar e que condigam com o

incentivo às práticas do bem viver.

A soberania alimentar e a agroecologia são temas discutidos no Equador desde aproximadamente 25 anos atrás. A circulação das ideias e dos conceitos sobre agroecologia por meio de intercâmbios internacionais foi o primeiro passo. Em seguida, os movimentos camponeses e urbanos de agricultores se acercaram dessas discussões e, especificamente desde os anos 2000, já surgiram experiências e iniciativas cujo foco era a comercialização associativa e a agroecologia.

Para se ter uma ideia da economia solidária organizada como setor em nível nacional, pode-se dizer que, do total das iniciativas a ela relacionadas, 37,9% se relacionam com a produção, 10% com a transformação e 35,9% com a comercialização de alimentos. Também podem ser identificados dois atores do governo que exercem um papel mais direto para a construção de mercados e que têm relação com a agroecologia e/ou com a economia social e solidária: o Instituto Nacional de Economia Popular y Solidaria (IEPS) e a Coordenação-Geral de Redes Comerciais do Ministério de Agricultura¹⁵ (MAGAP). Esta última tem um papel ativo e apoia o fortalecimento dos circuitos alternativos de comercialização das agriculturas camponesas. Nascida em 2010 de um projeto chamado CIALCO (Circuitos Alternativos de Comercialização)¹⁶, essa Coordenação-Geral reflete uma demanda da nova Constituição (2008) ao mesmo tempo em que responde a algumas das questões relacionadas ao tema da soberania alimentar. Por exemplo, começa a trabalhar eixos que até então não eram prioridade, como o tema da terra, da irrigação e a da comercialização camponesa.

Tabela 1 – Experiências CIALCO.

	Número de experiências	%	Número de produtores	%	Valor das vendas USD (em 2009)	%
Feiras camponesas	87	62	6.365	24	5.301.405	9,9
Cestas de consumidores	13	9	222	1	128.838	0,2
Lojas camponesas	18	13	6.869	26	3.195.134	6,0

15 As informações da Coordenação-Geral de Redes Comerciais do MAGAP são baseadas nas entrevistas realizadas com Cecilia Ponce e Pablo Izquierdo, em agosto de 2014.

16 O grupo do projeto CIALCO se encarregou de realizar intercâmbios de experiências com circuitos de comercialização na França, sistematizar as práticas de circuitos no Equador e escrever as linhas de política pública para institucionalizar o tema da comercialização camponesa.

Compras públicas	4	3	4.150	16	7.923.991	14,8
Exportação camponesa	19	13	9.014	34	36.902.131	69,0
Total	141	100	26.620	100	53.451.499	100,00

Fonte: Chauveau e Taipe (2012).

Para o ano de 2013, a Coordenação-Geral de Redes Comerciais do MAGAP estava dando ênfase às cestas institucionais para fomentar o consumo dos próprios trabalhadores do ministério, apoiando a Rede de Economia Solidária e Soberania Alimentar do Povo Kayambi (RESSAK), Cayambe, que fazem parte do meSSe. Além das cestas, estavam incentivando as compras públicas para produtos da agricultura familiar camponesa. No mesmo ano de 2013, conformou-se uma instituição que ficou encarregada de realizar as compras públicas e prover alimentos a todas as instituições como escolas, hospitais, presídios, entre outras. Essa instituição é o Instituto de Provisão de Alimentos (PROALIMENTOS) que funciona no MAGAP e que tem priorizado a agricultura familiar camponesa.

Além da agricultura familiar camponesa, o enfoque de pequeno produtor para o comércio justo também tem tido sua importância. Uma organização que desde 2003 reúne pequenos produtores principalmente de café, quinoa, cacau e plantas medicinais com esse fim é a Coordenadora Equatoriana de Comércio Justo. A coordenadora está articulada em nível latino-americano com a CLAC (Coordenadora Latino-Americana de Pequenos Produtores de Café). A Coordenação-Geral de Redes Comerciais do MAGAP tem também realizado algumas parcerias com eles. O comércio justo no Equador tem uma estratégia de promover um símbolo de pequeno produtor, algo como certificado de origem, para retomar a proposta inicial do comércio justo com a transformação do consumo e da produção.

Organizações FEPP – Camari e Maquita Cushunchic – MCCH têm se focado mais no comércio justo para exportação, cujo principal destino são os países europeus. Outras organizações e empresas do comércio justo que têm tomado maior importância nestes últimos anos são a Rede de Redes Café Orgânico para exportação – FAPECAFES (café), Ethiquable (café e banana), Jambi Kiwa (ervas aromáticas), Pacari (chocolate), Arazá Equador (vários), Fundación Familia y Mujer Andina (grãos e cereais e seus processados), entre outros.

Em geral, os consumidores nas feiras de produtos agroecológicos não priorizam esse tipo de selos ou certificações, seja do comércio justo, seja de produção orgânica, por exemplo. Nas feiras se prioriza um diálogo intercultural¹⁷ entre campo e cidade e se vive de maneira mais direta o tema da interculturalidade. Os selos são mais usados em lojas ou pontos fixos de comercialização e em alguns casos de exportação que exigem as ditas certificações. No Equador existe um acordo (Acordo nº 299, de 2013) para regulamentar a produção orgânica, ecológica e biológica, mas esse acordo não contempla a produção agroecológica. Dentro do movimento de agroecologia tanto do Equador como da América Latina, tem se incentivado o uso de Sistemas Participativos de Garantia (SPG), um conjunto de normas, procedimentos e controles técnicos que permitem garantir a qualidade agroecológica dos produtos que se vendem nos mercados, envolvendo a participação de produtores e consumidores.

Por outro lado, existem cerca de 130 feiras¹⁸ de produtos agroecológicos no Equador, dentro das quais pode se contar também com algumas cestas (*canastas*) organizadas por produtores ou consumidores, dependendo da região. Algumas com o apoio do governo, de ONGs, outras sem apoio, mas com o compromisso dos próprios consumidores e produtores de fazê-las funcionar. A guia de feiras agroecológicas faz parte da campanha de consumo responsável *¡Que rico es!*. Essa campanha se realiza em nível nacional e é uma parceria entre quarenta e três das principais organizações do Equador que trabalham pela soberania alimentar. Entre essas estão o Coletivo Agroecológico do Equador, meSSe, Slow Food, Feira La Carolina (Quito), Utopia, Minga por la Pachamama, El Poder del Cucharón, Fundação Sedal, Rede de produtores BioVida de Cayambe e Programa de rádio *Mama Cuchara*, entre outras¹⁹.

Feiras, lojas, cestas básicas e outras modalidades de comercialização têm sido caracterizadas como circuitos curtos pelo estudo de Agrônomos e Veterinários sem Fronteiras, tal como se mostra no quadro 9.

17 Os termos “intercultural” e “interculturalidade” são utilizados aqui conforme o sentido atribuído pelos atores do meSSe, que entendem que o intercâmbio entre os(as) produtores(as) e consumidores(as) é de caráter intercultural porque os(as) primeiros são majoritariamente indígenas e os demais se dividem entre indígenas e não indígenas.

18 Estas 128 feiras identificadas fazem parte de uma publicação de 2013 da campanha *¡Qué rico es!*. Foi publicada com o apoio de algumas organizações, como Ayuda em Acción, Fundación Intercultural NOR SUID, Agencia de Cooperación Española, Agrônomos e Veterinários sem Fronteiras, União Europeia e Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio (FEPP).

19 A lista completa das organizações que organizaram e incentivam a Campanha *¡Qué rico es!* está no Apêndice C.

Quadro 9 – Tipos de circuitos curtos no Equador.

Tipo de circuito curto	Descrição
Feiras agroecológicas e solidárias	São espaços onde produtores vendem seus produtos por meio de um trabalho associativo e comunitário.
Lojas camponesas	São espaços para a venda e a comercialização de produtos de associações ou cooperativas de produção e são, na sua maioria, administradas pelos dirigentes das organizações ou técnicos administrativos. Nelas se mantêm os princípios de margens de uma negociação justa e com uma visão do comércio solidário.
Cestas comunitárias	É uma organização popular urbana de consumidores, principalmente dos setores populares do país. Nelas, as famílias se organizam para comprar produtos frescos, mais baratos e em volumes que se repartem nas cestas equitativamente.
Compras públicas ²⁰	Por meio das compras públicas, as organizações de pequenos produtores ofertam seus produtos ao Estado, especialmente para os programas alimentares onde se têm uma demanda de produtos básicos e de primeira necessidade, como escolas, restaurantes comunitários.
Exportação associativa	As organizações de pequenos produtores com volumes importantes de produção procuram fazer alianças com outros países em mercados de comércio justo. Para acessar esse tipo de mercados, as organizações camponesas precisam da certificação que garante cumprimento obrigatório de certos parâmetros e requisitos.

Fonte: AVSF, 2012.

20 Em 2013 se criou uma instituição vinculada ao Ministério da Agricultura encarregada de realizar as compras públicas e prover alimento para instituições como escolas, hospitais, prisões, entre outros. É o Instituto de Provisão de Alimentos (Proalimentos) e prioriza a agricultura familiar camponesa. A experiência foi inspirada no PAA do Brasil.

Por outro lado, organizações da sociedade civil têm tido seu papel na construção social de mercados e no seguimento e na incidência das políticas públicas para a agroecologia, a soberania alimentar e a economia social e solidária. Um importante ator do movimento agroecológico é o Coletivo Agroecológico, já mencionado. O Coletivo é um espaço de articulação e coordenação que desde 2008 reúne a múltiplas redes, organizações, associações e grupos de agricultores e consumidores que trabalham pela agroecologia e pela soberania alimentar. Eles realizam campanhas de promoção e sensibilização e têm alguns eixos estratégicos de trabalhos como circuitos econômicos comerciais, agrobiodiversidade livre de transgênicos, consumo agroecológico, formação – educomunicação e incidência política. O meSSe é outra das principais organizações que trabalham com esses temas como bandeiras.

3.1.2.1 Movimento de Economia Social e Solidaria do Equador - meSSe

O meSSe se define como um coletivo de presença nacional que articula, compartilha e fortalece as iniciativas de atores, práticas e experiências da economia solidária, respeito à natureza e ao ser humano. Promove e constrói diálogos, conhecimentos e saberes mediante os aprendizados comunitários. Gera, difunde e posiciona propostas em nível local, nacional, regional e global para transformar a sociedade. O movimento se estruturou desde o início de 2007 ante a necessidade de espaço de encontro e articulação de experiências, projetos, práticas e processos urbanos e rurais que realizam atividades vinculadas à economia popular, comunitária, solidária, entre outros, e que em conjunto reconheceram a importância da articulação para a construção de novas formas de vida ou de um novo modelo de desenvolvimento (AGUILAR, 2015).

O meSSe hoje é resultado da junção de quase 200 organizações que realizaram uma ação coletiva para incidir na reforma constitucional no ano de 2008. Ele nasce liderado por organizações relativamente fortes no Equador, como Maquita Cuschinchic (MCCH) e Fondo Ecuatoriano Populorum Progreso (FEPP) e outras organizações que queriam, além da incidência política, articular as práticas de economia solidaria no país. Segundo Andino (2013), mais de 2.500 organizações de 15 províncias do Equador têm se articulado em algum momento com o meSSe. Algumas das principais organizações

do meSSe constam no quadro 10.

Quadro 10 – Organizações que fazem parte do meSSe.

Zona	Nome da organização
Zona norte	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Asociación Mujeres APROCUYC</i> • <i>CEPCU de Otavalo</i> • <i>Comunidad de Paquiestancia</i> • <i>Federación Indígena Campesina de Imbabura –FICI</i> • <i>Federación de Comunidades Negras de Imbabura y Carchi – FECONIC</i> • <i>Asociación Integral para el Desarrollo de Productores Lita</i> • <i>Recolectores del Manglar FEDARPROBIM</i> • <i>Fiesta Pueblo Natabuela</i> • <i>Trueque Afro-Kishwa Pimampiro</i> • <i>Cooperativa de vivienda “Alianza Solidaria. Quito.</i>
Zona centro	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Federación paperos de Guamote</i> • <i>Canastas de Utopía</i> • <i>Federación Artesanal de SIMIATUG</i> • <i>Ñukanchik Kawsaypi Yallishun</i> • <i>ONG Chuquiragua</i>
Zona sur	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Finquero de Loja - Federación Provincial de Productores Orgánicos y Artesanales</i> • <i>Red Económica Solidaria del Azuay REDESOL</i> • <i>Red de Turismo Comunitario Pakariñán</i> • <i>Grupo de Empresas Salinerito</i>
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Grupo de comunicadores Corresponsables</i> • <i>Federación Shuar</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Atualmente, a rede meSSe está organizada em três zonas – norte, centro e sul – do Equador e, como se pode ver no quadro 10, está composto por organizações não só de produção agroalimentares, mas também de criação de animais pequenos como o

*cuy*²¹, artesanato, feira de trocas, turismo comunitário, cooperativas de habitação, cooperativas de profissionais da comunicação, entre outras experiências. É importante destacar que a maior participação é de mulheres, sobretudo, indígenas camponesas. Além disso, a maior parte das organizações está localizada na serra²² que é a parte andina do país e é também onde está a maior parte da população indígena (as principais etnias equatorianas da serra são *kichwas* e *shuar*).

Cada zona tem seus dinamizadores e articuladores que por sua vez fazem parte das organizações de produção, comercialização ou das organizações de apoio, como ONGs locais. O movimento tem uma assembleia nacional que ocorre anualmente. Trata-se de um espaço de encontro e celebração que reúne todas as organizações. O Conselho Nacional do meSSe também se reúne anualmente e é o espaço de tomada de decisões. Nele participam os dinamizadores (que são 80 em nível nacional) e se definem as ações estratégicas, além de escolherem os integrantes da Comissão Executiva. A Comissão está formada por 15 pessoas das três zonas do país; elas executam as ações do Conselho Nacional e se reúnem a cada três meses. Além desses espaços, existem outros que são mais específicos e que atuam diariamente, como as comissões de interaprendizagem, de gestão, de comunicação, de práticas solidárias e de incidência política.

Recentemente, o meSSe definiu uma agenda política estruturada nas principais linhas de ação que integram as atividades do movimento que são a soberania alimentar, os intercâmbios solidários, o consumo solidário e responsável, as finanças populares e solidárias, a economia do cuidado e o turismo comunitário e solidário. Para cada linha de ação, estabeleceram-se propostas e atividades mais concretas, além de definirem-se quais são os princípios²³ que orientam sua ação.

Por outro lado, para falar das articulações e das parcerias que o meSSe tem feito, podem ser mencionados desde organizações agroecológicas nacionais, passando pelos atores de governo (IEPS, MIES e MAGAP), até a cooperação internacional. As parcerias mais importantes têm sido com o Coletivo Agroecológico, o Servicio Paz y Justicia del Ecuador (Serpaj), o MAGAP, organizações não governamentais como a

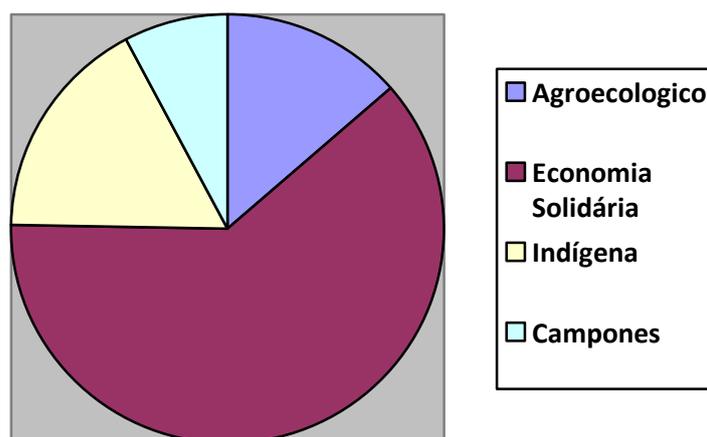
21 O *cuy* é um roedor, sua carne faz parte da comida típica dos andes equatorianos, especialmente nas comunidades indígenas.

22 Por exemplo, na Guia de Feiras Agroecológicas de 2013, das 128 feiras mapeadas, 108 estão localizadas na serra, 9 na região costeira e 9 na região da Amazônia.

23 Na última agenda política do meSSe se definiram os princípios de distribuição e redistribuição, reciprocidade, complementariedade, respeito à natureza, associatividade, democracia e participação, autonomia, autogestão, diálogo de saberes, valorização do trabalho, honestidade e interculturalidade. Para ver mais: <http://www.messe.ec/2016/05/agenda-politica-del-messe.html>.

Corporación Ecuatoriana de Agricultores Biológicos (Probio), o Swiss Aid, a União Europeia, a VECO, a AVINA, o Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional HEGOA do País Vasco, entre outras. Essas organizações têm um papel no fortalecimento do meSSe como um espaço nacional e como ferramenta para difusão das experiências que fazem parte do movimento. A articulação com outros movimentos sociais também faz parte da agenda do meSSe. Em algumas regiões, quando os atores do meSSe falam do movimento de economia solidária e do movimento agroecológico, parecem se referir à mesma coisa, porque os dinamizadores e as lideranças são os mesmos, afinal, o meSSe surge da interseção de vários movimentos. Os movimentos sociais mais importantes com que o meSSe tem relação são mostrados a seguir (fig.3).

Figura 3 – Articulação de movimentos sociais meSSe.



Fonte: Elaborada pela autora, com uso de Nvivo 11 plus.

Por outro lado, entre as articulações das quais o meSSe faz parte está a campanha de consumo responsável *¡Que rico es!*. O consumo é um tema central dentro do movimento. A preocupação com o consumo de alimentos saudáveis sem agrotóxicos tem crescido nos últimos cinco anos entre os consumidores. Entre os produtores, a narrativa se organiza em torno da preocupação com a soberania alimentar, com os direitos ambientais, sociais e econômicos e com o modelo de desenvolvimento em si. Em algumas feiras, são usados os sistemas participativos de garantia, mas não são prioridade, pois nas feiras os atores trabalham mais na base das relações de confiança

com os consumidores. Muitos produtores participam dos sistemas, independentemente de procurar ter o selo ou não²⁴.

As feiras são consideradas pelo meSSe espaços para a vida, porque se cuida da saúde tanto dos produtores como dos consumidores, por meio da produção agroecológica. Além disso, são espaços culturais onde se resgatam saberes e conhecimentos ancestrais, também são espaços de capacitação e aprendizagem, nos quais se intercambiam experiências, conhecimentos e técnicas de outras organizações e pessoas envolvidas nos processos solidários²⁵. Segundo material de promoção distribuído pelo meSSe, na hora de promover as feiras de economia solidária deve-se ter em conta:

- 1) que exista uma organização de produtoras(es) que participe ativamente tanto na produção como na comercialização;
- 2) que a feira construa princípios (como a honestidade, o preço justo, a solidariedade, o cuidado com o meio ambiente, entre outros) e que eles sejam aplicados;
- 3) que a feira seja um espaço de encontro entre pessoas, e não somente de comércio;
- 4) que seja um espaço de intercâmbios justos;
- 5) que os produtores promovam a produção agroecológica ou orgânica;
- 6) que se mantenham relações de confiança entre os consumidores;
- 7) que se mantenha a identidade da feira de economia solidária; não é recomendado se confundir com um mercado já existente;
- 8) que se recuperem os saberes e os produtos ancestrais, uma vez que a feira é um espaço de encontro cultural.

3.1.3 Construção social de mercados agroalimentares

Desde 2010, o meSSe organiza os Circuitos Econômicos Solidários Interculturais. Esses são espaços de articulação das práticas e dos atores da economia solidária relacionados com a produção saudável, as finanças solidárias, o comércio justo, o consumo responsável, o turismo comunitário e a saúde ancestral. São todos

24 De acordo a entrevista com Pablo Izquierdo do MAGAP em ago. 2014.

25 De acordo com a entrevista com Emma Illescas, da REDESOL Cuenca, em 31 ago. 2014. Cuenca, Equador. Essa organização faz parte do meSSe.

princípios da economia solidária a partir dos quais os atores dos circuitos decidem se articular para satisfazer necessidades fundamentais do ser humano e construir uma sociedade de cultura de paz.

O meSSe adota os circuitos curtos como uma forma de distribuição que, além de aproximar produtores e consumidores, incorpora elementos de interculturalidade; fala-se de Circuitos Econômicos Solidários Interculturais. Esses circuitos são uma proposta metodológica e política que está em construção. Intentam reunir todos os atores da economia solidária no espaço da comercialização, não somente físico, mas também de rede. Há um envolvimento desde o produtor até o consumidor, passando por não somente quem produz, mas também pelos que prestam serviços ou trabalham com educação, finanças, etc.²⁶ Para Silva Urbina (2013), os Circuitos Econômicos Locais Solidários (CELS) são um conjunto integrado de unidades socioeconômicas que se aderem a critérios da economia solidária e têm vínculos sociais, políticos e culturais com um território.

O meSSe tem trabalhado para entender melhor seus Circuitos Econômicos Solidários e seu impacto nos grupos e na organização do movimento. Exemplo disso foi a sistematização e a análise de experiências de circuitos que realizadas durante dois anos com um grupo de apoiadores e no marco de um projeto de cooperação internacional. Essa pesquisa, coordenada por Vazquez e Jimenez (2013), teve três afirmações feitas pelo próprio movimento que colocam primeiro as práticas de economia solidária como um patrimônio cultural dos povos. Por sua vez, o patrimônio cultural mobiliza nos territórios formas endógenas de desenvolvimento e, finalmente, a construção de circuitos está diretamente relacionada com o processo de empoderamento coletivo, pois consegue uma articulação e olhar crítico com o entorno.

Como parte da pesquisa coordenada por Vazquez e Jimenez (2013), Silva Urbina (2013) apresenta uma análise de algumas experiências de circuitos no interior do meSSe em que foram consideradas quatro categorias de circuitos, dependendo da identificação que as experiências têm com determinadas questões como a identidade histórica cultural, a atividade econômica, o contexto urbano ou o pertencimento a instituições e organizações de economia solidária. Esses circuitos no interior do meSSe poderiam ser resumidos como mostra o quadro 11.

26 Esta definição de circuito foi dada por Jhonny Jimenez, que faz parte do meSSe e da organização SERPAJ. Entrevista em 24 ag. 2014, Quito, Equador.

Quadro 11– Tipos de circuitos no meSSe.

Tipo de circuito	Descrição	Exemplos
Identidade cultural histórica	Refere-se aos circuitos cuja identificação acontece com povos em territórios concretos que compartilham ideias, valores, e os saberes são resultado da relação da comunidade com seu entorno.	Feiras de troca, turismo comunitário, medicina tradicional, produtores agroalimentares.
Identidade associada à empresa solidária	São experiências socioeconômicas como cooperativas, oficinas ou empreendimentos onde se utilizam ferramentas de gestão empresarial e, às vezes, de exportação.	Lojas e pontos fixos de venda, cooperativas.
Identidade urbana	Experiências que nasceram no espaço urbano, vêm de lutas urbanas ou sindicais. Têm gerado um discurso de resistência ao modelo econômico hegemônico.	Cooperativas habitacionais, cestas solidárias e aqueles empreendimentos de encontro campo-cidade.
Identidade com instituições e organizações da economia solidária	São os casos de organizações da sociedade civil que desenvolvem um trabalho de acompanhamento, capacitação, reflexão, com o objetivo de trabalhar de maneira transversal os princípios da economia solidária.	Fundações, ONGs que apoiam as associações de indígenas, camponeses e afro-equatorianos.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Silva Urbina (2013).

Como exemplo de organizações que trabalham como circuito econômico solidário, com uma identidade urbana, é apresentada, a seguir, a experiência das Canastas de Utopia²⁷ de Riobamba (na região do Chimborazo), na serra central do Equador. Esse é uns dos grupos de consumidores pioneiros em organizar suas compras de alimentos agroecológicos. Surgiu em 1987, na periferia da cidade, como alternativa ao acesso à comida a um menor custo e para a diversificação da dieta alimentar, animado pela Teologia da Libertação²⁸. No começo, foram 25 famílias e, atualmente, são aproximadamente 100 famílias que o integram.

Canasta Utopia faz parte do meSSe e tem comprovado que o custo da cesta como é vendida, por 10 dólares, pode chegar a custar no mercado convencional até 18,5 dólares; ou seja, um incremento de até 85% do valor real. No princípio, o grupo tentou obter acesso a alimentos a baixos custos e organizar o consumo do bairro. Nos primeiros anos, deixou de comprar alimentos no mercado convencional para comprar diretamente dos produtores agroecológicos. Comunidades indígenas camponesas começaram a entregar os alimentos, a cada sábado, à organização da Canasta. Progressivamente, passaram a participar com os consumidores em atividades que promoviam a alimentação saudável, a soberania alimentar, a qual provê uma educação para o consumo para a população jovem da comunidade.

A Canasta Utopia acontece aos sábados, quinzenalmente. Dias antes, 18 pessoas voluntárias reúnem o dinheiro para comprar os produtos da cesta (10 dólares) e, com esse dinheiro, compram-se 25 itens para cada família e se embalam as cestas; 40% dos produtos vêm diretamente de grupos de camponeses e 60% provêm do mercado de atacado e da feira cidadã. A Canasta Comunitária já se realiza há 27 anos, e a sua experiência tem se multiplicado em outras cidades do Equador, desde o ano 2000 que teve mais força. Cidades do país como Otavalo, Guayaquil, Cuenca, Machala, Santo Domingo, Quito e Ibarra têm adotado seu modelo.

Segundo Ruiz (2009), as Canastas surgiram de forma espontânea, com base em princípios religiosos e humanos, como fé, solidariedade e busca de bem-estar e

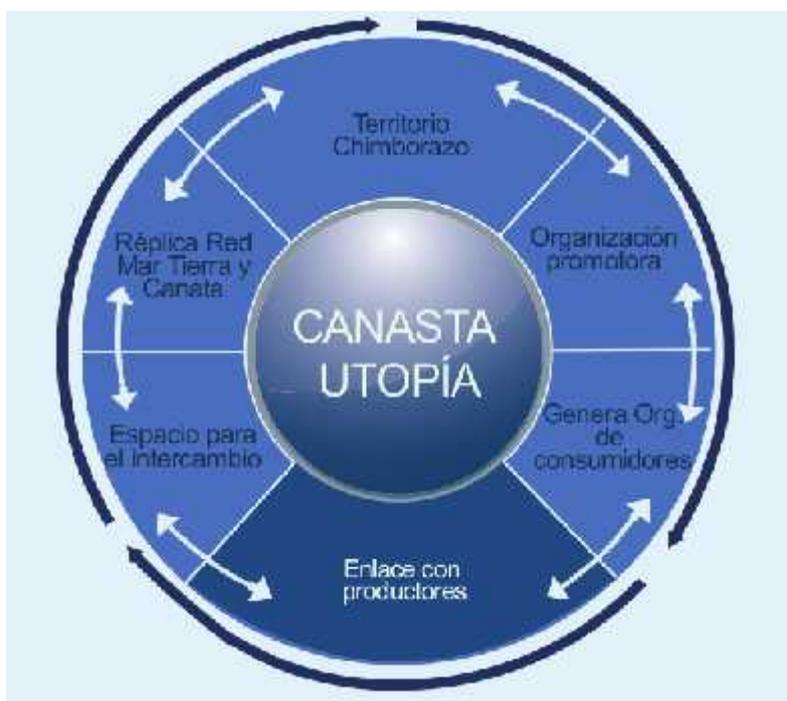
27 Informações baseadas nas entrevistas em profundidade feitas com Lupe Ruíz e Cecilia Yungan da Canastas Utopía. Entrevistas realizadas 5-6 set. 2014.

28 É um movimento teológico cristão nascido na América Latina nos anos 1960 que considerando que o Evangelho deve trabalhar para os pobres e para os desafios do povo.

otimização dos recursos econômicos. Para esses grupos, é uma inovação organizativa para enfrentar o sistema convencional de consumo e o sistema de comercialização. Atualmente, as Canastas conformam uma rede nacional formalizada como Rede Terra e Canasta, numa convenção celebrada em abril de 2008. Esse movimento das Canastas teve sua origem na necessidade, o que quer dizer que as Canastas comunitárias proporcionam minimamente uma rede de seguridade para as populações marginalizadas (KIRWAN, 2008).

Participantes da Canasta Utopia elaboraram um circuito considerando os componentes e as etapas do processo econômico e excluindo do desenho aquelas etapas que não estão dentro do setor solidário. Segundo Silva Urbina (2013), o circuito tem ativado todo o processo que permite operações relativamente sustentáveis. Eles têm alianças com redes consolidadas do setor da economia solidária, além da capacidade de gestão. Assim, o circuito da Canasta Utopia promove o modelo econômico solidário e é parte de processos que vão além do econômico. A figura 4 mostra um circuito da Canasta Utopia.

Figura 4 – Circuito econômico solidário – Canasta Utopia.



Fonte: Silva Urbina (2013, p. 103).

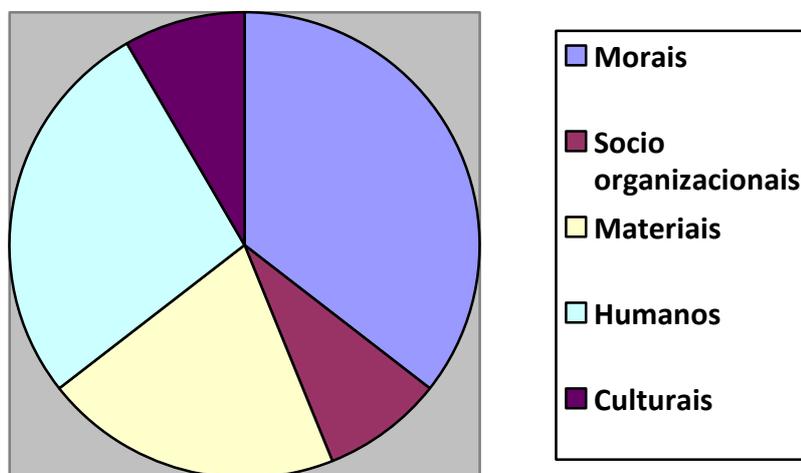
Esse circuito apresenta os atores e as relações entre eles para que as atividades econômicas aconteçam. Como foi dito antes, a Canasta Utopia está dentro do território Chimborazo e nele atua a organização promotora da *canasta* a qual por sua vez, gera uma organização de consumidores organizados que realizam o contato com os produtores. Ali acontece um espaço para o intercâmbio tanto no momento em que os consumidores compram diretamente dos produtores para a posterior organização da *canasta* quanto quando os produtores entregam diretamente à organização promotora nos dias da cesta. Utopia também faz parte de circuitos e redes maiores, como, por exemplo, a Rede Mar Tierra y Canasta, onde se integram a outras experiências em nível nacional e retroalimentam suas atividades.

O exemplo de Utopia serve para visualizar e entender como o mercado de cestas acontece especificamente nesse território do Chimborazo. E inúmeras experiências como essa acontecem no Equador dentro do meSSe. O propósito da apresentação do meSSe como movimento no qual confluem diversas experiências é analisar de perto os recursos que esses atores têm e como se relacionam entre si. Partindo da afirmação feita por Edwards e MacCarthy (2004), que afirmam que não somente a disponibilidade ou o acesso de recursos é suficiente para que as mobilizações aconteçam, mas também é preciso coordenação e um esforço estratégico com o fim de converter os recursos individuais em recursos coletivos e utilizar esses recursos em ação coletiva.

3.2 RECURSOS E ATORES DO MESSE: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REDES SOCIAIS

Foram analisados os recursos disponíveis e/ou acessíveis ao meSSe com base na tipologia apresentada no capítulo 1, a qual diferencia cinco tipos de recursos mais comuns nos movimentos sociais, que são: recursos materiais, humanos, culturais, sócio-organizacionais e morais. Com base nisso e com a ajuda do Nvivo 11, foram codificadas as entrevistas em profundidade, identificando-se nelas o tipo de recurso. Assim, apresenta-se um primeiro gráfico (fig. 5) dos recursos mais utilizados pelo meSSe para a construção social dos seus mercados.

Figura 5 – Recursos identificados ao interior do meSSe.



Fonte: Elaborado pela autora.

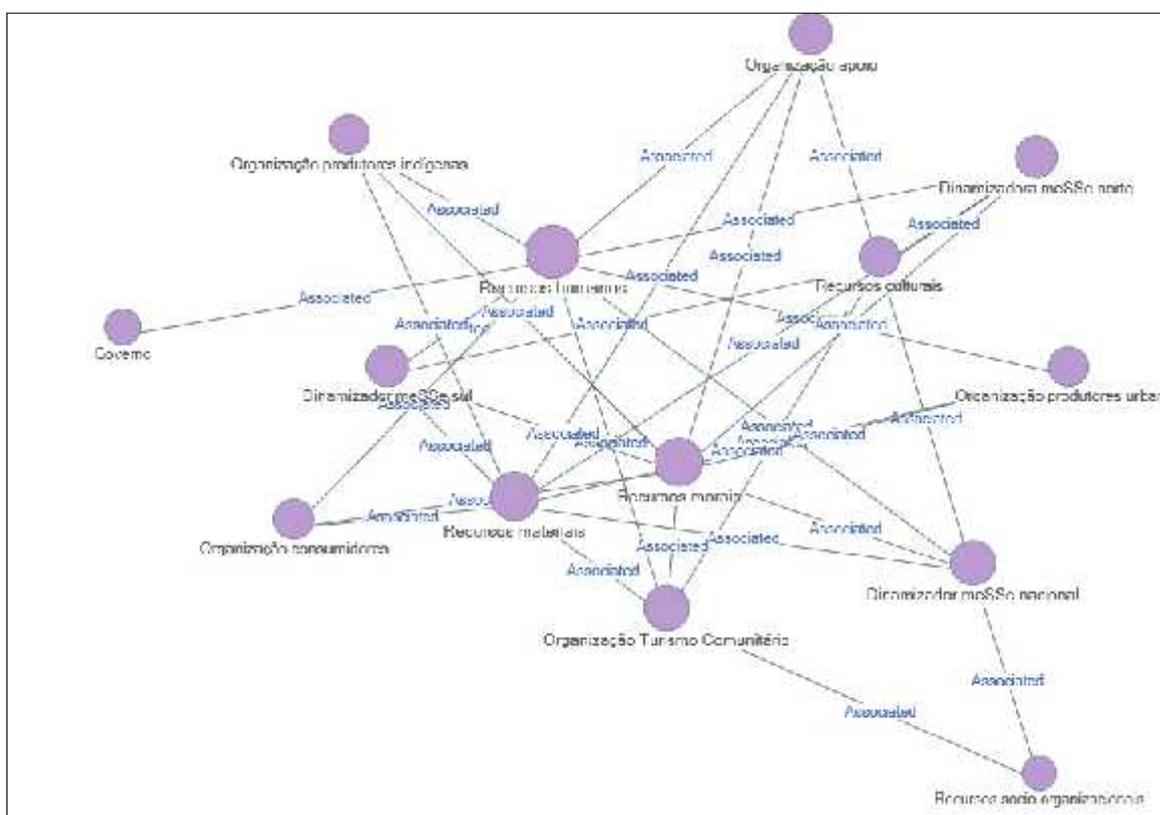
A identificação de recursos foi feita com organizações de produtores indígenas, de consumidores, de produtores urbanos, de turismo comunitário, organizações de apoio, com governo nacional e local, com dinamizadores das três zonas do meSSe. Como se constata na figura 5, os recursos mais usados são os morais, seguidos de recursos humanos, materiais, sócio-organizacionais e culturais. Para Edwards e MacCarthy (2004), os recursos morais tendem a se originar fora dos movimentos sociais ou das organizações de movimentos sociais; no entanto, alguns movimentos conseguem a difícil tarefa de criar recursos morais, como é o caso do meSSe. A legitimidade conseguida como movimento tão rapidamente desde sua criação vem de um processo anterior de laços comunitários, redes de solidariedade e suporte. Legitimidade como um dos principais recursos frente a grupos de consumidores e de produtores torna a construção de mercados agroalimentares mais acessível.

Por outro lado, para analisar a relação entre os atores do meSSe e os recursos que utiliza, recorre-se à ferramenta de análise do discurso de redes sociais. Interessa saber quais recursos são mais acessíveis ao meSSe (proximidade ou *closeness*) e quais atores circulam melhor entre os recursos e os demais atores (valência ou *betweenness*).

Os recursos mais acessíveis são os recursos humanos, seguidos dos recursos materiais, morais, culturais e sócio-organizacionais (a proximidade de cada um é,

respectivamente, de 0,59; 0,53; 0,53; 0,40 e 0,32)²⁹. Isso se explica pelo alto número de parcerias com organizações não governamentais tanto em nível nacional como internacional, além do governo. Também com o número de participantes do próprio meSSe que organizam eventos, voluntariam-se para as atividades e trazem para dentro da rede suas habilidades, experiência e liderança. Tudo isso faz os recursos humanos mais tangíveis.

Figura 6 – Recursos mais acessíveis ao meSSe (proximidade).



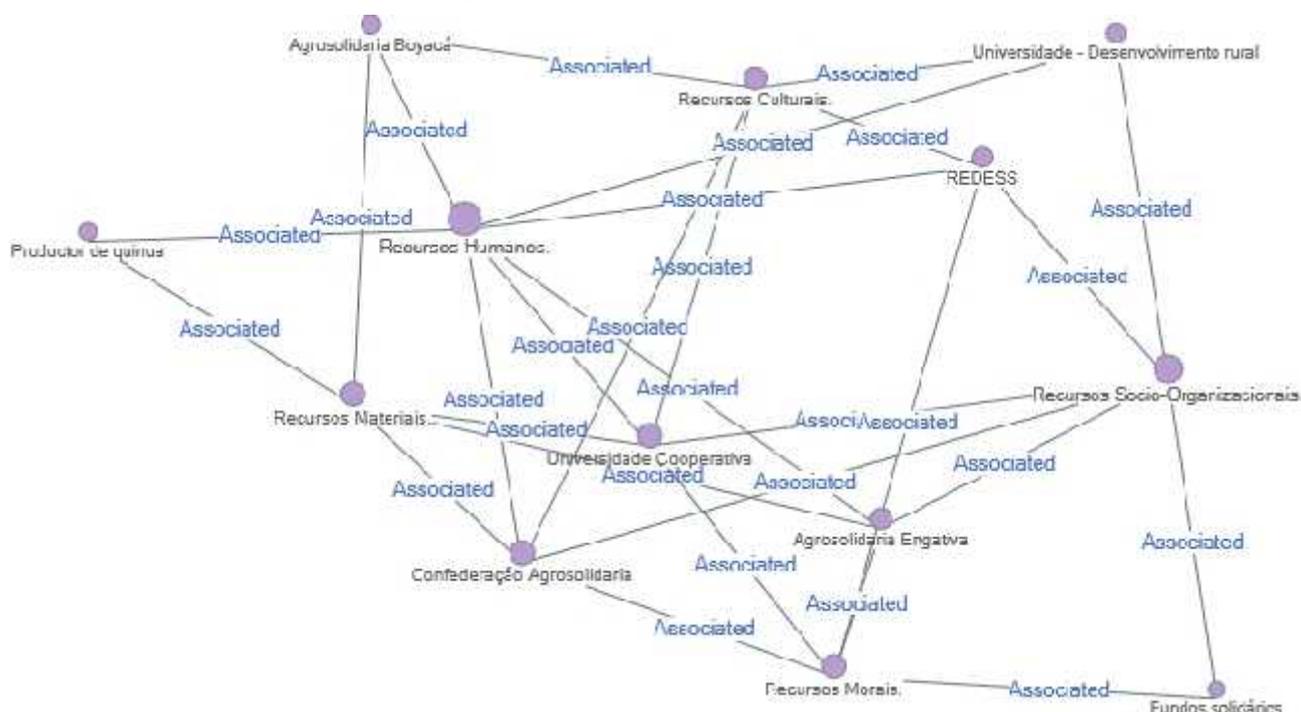
Fonte: Elaborada pela autora, com uso de Nvivo 11.

Por outro lado, os atores que circulam melhor entre os recursos e os demais atores (valência ou *betweenness*) são tanto dinamizadores do meSSe em nível nacional

²⁹ A proximidade é uma medida de alcance – é a velocidade com que a informação pode chegar a outros casos a partir de um dado ponto de partida. Para calcular a proximidade, NVivo usa a soma das distâncias mais curtas do vértice específico em questão para todos os outros vértices conectados na rede. A proximidade só é calculada entre aqueles vértices que estão conectados.

quanto atores das organizações de turismo comunitário que também trabalham em nível nacional e estão relacionados com o movimento indígena e camponês. A valência dos atores é distribuída da seguinte forma: dinamizador nacional (7,525), organização turismo comunitário (7,525), dinamizadores meSSe no sul e no norte do país (2,025 cada um) e as organizações de consumidores, de produtores indígenas e urbanos (0,625 cada uma)³⁰.

Figura 7 – Circulação de atores (valência ou *betweenness*).



Fonte: Elaborada pela autora com uso de Nvivo11.

Com base nas relações entre recursos e atores, pode ser pensada uma relação entre recursos e dispositivos de julgamento. Das cinco categorias de dispositivos de julgamento apresentadas por Karpik (2010), três são utilizadas pelo meSSe: os cicerones, as confluências, as redes pessoais e as denominações.

³⁰ A valência ou *Betweenness* é a frequência com que o vértice se encontra no caminho mais curto entre dois outros vértices. Por exemplo, qual é a pessoa com mais probabilidade de ter mais informações fluindo através deles? No NVivo, esta é calculada como uma proporção dos caminhos mais curtos.

Os cicerones são esses livros-guias que resultam de oficinas de formação, como a Guia de Feiras Agroecológicas, que tem servido como orientação para os consumidores do país todo e é distribuída gratuitamente. Os cicerones são as mesmas pessoas que propõem a organização de uma oficina, um cineforo, debates sobre os temas da comercialização solidária e atividades que se constituem em recursos culturais e sócio-organizacionais. Um exemplo é o cineforo organizado na Canasta Utopia para discutir temas relacionados com a alimentação e a indústria alimentar.

Figura 8 – Guia de Feiras Agroecológicas.



Fonte: Guia férias agroecológicas (capa).

Outro dispositivo são as redes pessoais. Têm a ver com o uso das redes de amigos, vizinhos, colegas para avaliar a qualidade de produtos ou se mobilizar para objetivos comuns ao meSSe. As redes pessoais se relacionam tanto com os recursos humanos como morais, pois os laços e o trabalho comunitário, a assessoria técnica, e as diferentes articulações dependem muito dessas conexões entre as redes no interior e fora do movimento. Exemplos dessas redes pessoais são os mutirões ou *mingas* realizadas nas terras dos produtores indígenas da zona sul do meSSe. Graças a essas redes de vizinhança e a esses laços comunitários, as produtoras conseguem ajuda para terminar o trabalho de preparo da terra, colheita de alimentos e comercialização nas feiras. Outro exemplo são as redes de vizinhança que promoveram a Canasta Utopia ou a Redesol em Cuenca; essas redes criaram proximidade com grupos de consumidores e produtores.

Finalmente, as denominações, que são selos de produção orgânica, agroecológica e outros tipos de denominações. Esse dispositivo se refere não somente à origem dos produtos, mas também a padrões de produção. É importante dizer que essa

não é a realidade da maior parte de organizações que compõem o meSSe, mas sim de algumas organizações que se focam na venda em lojas e/ou exportação. Como exemplo de denominação mais usada no meSSe estão os Sistemas Participativos de Garantia, usados, sobretudo, nos produtos processados.

Para entender melhor essas relações entre dispositivos e recursos, apresenta-se o quadro 12.

Quadro 12 – Recursos e dispositivos de julgamento.

Recursos		Dispositivos de julgamento
Cultural Sócio- organizacionais	Realização de oficinas de cineforo – debates sobre alimentação, meio ambiente e impactos da indústria da carne; campanha de consumo consciente <i>Que Rico és!</i> .	Cicerones
Humanos	Trabalho comunitário, assessoria técnica, grupos de formação, trabalho de incidência política, realização de comissões de gestão, práticas solidárias, articulações das lideranças, realização de assembleias, reuniões, entre outras.	Redes pessoais
Morais	Laços comunitários de apoio entre produtores e consumidores.	
Materiais	Centros de distribuição, terras comunitárias, apoios financeiros de projetos do governo, cooperação internacional ou parceiros locais.	Denominações

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3 ANÁLISE DOS *FRAMES* DO MESSE

Esta parte da pesquisa se foca na estrutura cultural do mercado³¹ que contém os significados, as crenças compartilhadas e os valores que guiam os processos de intercâmbio. O interesse está em conhecer como os atores sociais produzem e mantêm crenças coletivas que inspiram e legitimam atividades e mobilizam recursos (*frames*). As crenças coletivas podem ser chamadas de *master frames* quando se transformam em amplos esquemas interpretativos que resultam do trabalho cultural de movimentos sociais (SCHILLER-MERKENS, 2013).

O método e a ferramenta que permitiram identificar os processos de valoração no meSSe e os códigos culturais é o *frame analysis*. Identificaram-se sete grandes *master frames* a partir da análise de conteúdo das entrevistas em profundidade. São eles: a economia solidária; o bem viver; a agroecologia e a agricultura familiar camponesa; a articulação e a incidência política; a resistência e a autonomia comunitária; a soberania e a segurança alimentar; e os circuitos econômicos solidários.

Cada um deles engloba amplos esquemas interpretativos que representam um ou mais movimentos sociais. Por exemplo, a articulação e a incidência política não se referem somente ao movimento de economia solidária, mas também ao movimento agroecológico; da mesma forma, os *master frames* de resistência e autonomia comunitária. São esquemas em que se reflete o trabalho cultural de mais de um movimento social.

Quando as identidades e os significados estão sendo compartilhados por atores³² de mercados, a valoração está sendo construída. As afirmações dos atores que se referem aos *frames*, mas que não estão articulados com a identificação de problemas, soluções, estratégias ou motivações, são chamadas de *frames* não articulados (seguindo a conceitualização feita por Cress e Snow (2000)). A sua identificação também é importante porque faz parte do discurso dos atores na construção dos seus valores e crenças compartilhadas.

Por outro lado, cada um dos *master frames* identificados envolve algumas

31 Segundo Beckert (2009), a criação de mercados é um processo social que envolve a construção de estruturas relacionais, institucionais e culturais.

32 Estes *frames* foram identificados nas entrevistas com os atores identificados no ponto 4.2 deste capítulo: organizações de indígenas, organizações de consumidores, organizações de produtores urbanos, de turismo comunitário, organizações de apoio, com governo nacional e local, com dinamizadores das três zonas do meSSe.

categorias que se evidenciaram no discurso dos atores, tal como se mostra na seguinte lista:

- 1) economia solidária: reconhecimento, atores, mobilização, lideranças, práticas, circuitos, feiras, espaços de comercialização, economia popular, princípios, mulheres, turismo comunitário, diversidade na produção, redes, finanças solidárias;
- 2) resistência e autonomia comunitária: sobrevivência, movimentos camponeses e indígenas, princípios cristãos, trabalho comunitário, horizontalidade, relação dos pobres da cidade e do campo, produtores indígenas, poder popular, apoios externos, trocas, intercâmbio de conhecimentos e experiências, organização, território, autogestão, participação, recampanização e empoderamento;
- 3) bem viver: práticas ancestrais, reconhecimento por parte do governo, práticas cooperativas, economia solidária e popular, princípios, não mercantilização, cuidado da vida, circuitos, educação e saúde andina, produção e consumo saudáveis, fortalecimento de produtores, bem viver rural, agricultura familiar, plano nacional do bem viver, organização comunitária, confraternidade, terras, *minga*.
- 4) agroecologia e agricultura familiar camponesa: sistemas participativos de garantia, produção orgânica, ecológica e biológica, escolas agroecológicas, alimentação sã, produção agroecológica, camponesa e indígena, comercialização camponesa, política pública regional, soberania e segurança alimentar;
- 5) soberania e segurança alimentar: leis, condições de produção, comunidades camponesas, terras, redes, agroecologia, promoção, tradição cultural, sustentabilidade, movimento camponês, agricultura familiar camponesa, alimentação, lideranças, consumidores, mobilização;
- 6) articulação e incidência política: práticas, organizações sociais, lideranças, capacitações, circuitos solidários, economia solidária, estratégias, diálogo, informação, vínculos entre produtores e consumidores, redes de comercialização, movimento indígena, governo, movimento de economia solidária, cooperação internacional, turismo comunitário, coletivo agroecológico, organizações nacionais, associações indígenas camponesas, princípios, política pública;

- 7) circuitos econômicos solidários: produção, comercialização, finanças, distribuição e consumo solidário, turismo comunitário, medicina ancestral.

Nessa lista, percebe-se a relação entre alguns *master frames*, os quais, apesar de terem esquemas analíticos próprios, também compartilham categorias uns com os outros. Isso se explica em parte pela confluência de vários movimentos sociais nas atividades relacionadas ao meSSe. Por outro lado, para entender melhor a análise dos *frames*, identificaram-se algumas afirmações que se constituem em afirmações de diagnóstico, prognóstico e motivação. Essas afirmações dão uma ideia de como são utilizados os discursos para identificar problemas, prever soluções ou encontrar estratégias e para motivar a entrada de novos atores no meSSe, por exemplo. Isso pode ser observado no quadro 13.

Quadro 12 – frames analysis - meSSe.

<i>Master frames</i>	<i>Diagnóstico – prognóstico – motivação (frame analysis)</i>
Economia solidária	“[...] muchas organizaciones que hacen economía solidaria en el país se movilizaron para incidir en la reforma constitucional y lograron este avance fundamental” (Dinamizador meSSe nacional) {uso prognóstico}.
	“La feria para mi es la expresión de la economía solidaria, que seria la comercialización asociativa” (Dinamizadora meSSe sul) {uso não articulado}.
Resistência e autonomia	“La construcción de la identidad es fundamental para la economía solidaria, la interculturalidad le da un valor agregado al tema de la economía solidaria” (Dinamizadora meSSe nacional) {uso motivacional}.
	“También somos reconocidos por la fuerza que tenemos, se ha hecho análisis de que cuanto ahorraríamos por comprar directamente al

comunitária	<p>productor y la diferencia cuando hay intermediario. Esa misma canasta en el mercado te cuesta por lo menos 20 usd a 25 usd” (Organização consumidores meSSe sul) {uso diagnóstico}.</p> <p>“Los pobres del campo tienen una realidad mucho más deprimente y triste que la de los urbanos. No tiene punto de comparación. Conversando con los campesinos descubrimos que el problema es del sistema económico, que nos tiene separados a los pobres de la ciudad y del campo” (Organização consumidores meSSe sul) {uso diagnóstico}.</p> <p>“Si hay que sembrar árboles, si hay que reforestar todo el mundo hacemos una minga, vamos y damos mantenimiento a esas tierras comunales que son parte de la comunidad, es un patrimonio de la comunidad. Esto es en los andes que más o menos se maneja la misma figura (Organização turismo comunitário do meSSe sul) {uso motivacional}.</p>
Bem viver	<p>“Nunca tuvimos la intención de hacer una gran organización social, si no una organización de la comunidad que de testimonio de una manera distinta de vivir” (Organização consumidores meSSe sul). {uso não articulado}.</p> <p>“Entonces la canasta es una manera también de plasmar el tema del buen vivir, en ambos sentidos. Por un lado fortalecer a los productores, por otro promover la diversidad de producción, la producción sana” (Coordenação de redes – governo) {uso prognóstico}.</p>
Agroecologia e agricultura familiar camponesa	<p>“[...] el Estado ha tomado con fuerza el tema de la economía solidaria, pero no es un apoyo directo a los compañeros que están haciendo agroecología, o están sembrando orgánicamente, sino lo que hay es el apoyo para los agricultores que están sembrando convencionalmente” (Dinamizadora meSSe sul) {uso diagnóstico}.</p>

	<p>“Entonces primerito en las ferias identificamos al productor con nombre y apellido, sabe que lo siembra en su tierra, no le echa productos químicos, y puedes hasta ir a ver” (Dinamizadora meSSe sul). {uso motivacional}.</p> <p>“No se deben usar productos químicos porque le hacen daño hace a nuestro organismo” (Produtora indígena meSSe sul) {uso diagnóstico}.</p> <p>“[...] sabiendo que la agroecología nos trae vida, nos trae salud, pues como no hacer” (Produtora indígena meSSe sul) {uso motivacional}.</p> <p>“[...] queremos hacerles entender de la forma como uno se debe alimentar, hemos realizado los talleres del Cine Foro, pasándoles películas sobre el tema de la carne, de que comeremos mañana, de la contaminación del medio ambiente, de la industria, como la industria acapara a los pequeños productores, y cuáles son los que se benefician” (Organização apoio meSSe centro) {uso diagnóstico e prognóstico}.</p>
<p>Soberania e segurança alimentar</p>	<p>“[...] te comienza a sobrar la zanahoria pero necesitas también lechugas, papas, y otros, ya tienes para tu propio sustento, y vendes el excedente que es la idea. Pero te alimentas tu mismo, garantizas la soberanía alimentaria” (Dinamizadora meSSe sul) {uso prognóstico e motivacional}.</p> <p>“Un enfoque importante es el asunto de la Soberanía Alimentar, eso es fundamental, parte de la esencia de los circuitos es fortalecer la Soberanía Alimentaria y quien lo hace: la agricultura familiar campesina” (Coordenação de redes – governo) {uso não articulado}.</p> <p>“Nosotras de la Resakk que es la Red de Economía Solidaria y</p>

	<p>Soberanía alimentaria del territorio Cayambe nos hemos integrado y participado de eventos, de la capacitación de comunicadores radiales, la de tradiciones culturales de cada organización. El meSSE ha apoyado bastante a las organizaciones” (Dinamizadora meSSE norte). {uso prognóstico}.</p>
<p>Articulação e incidência política</p>	<p>“La red de canastas no se ha reunido últimamente, pero cada quien esta trabajando en su localidad, por eso estamos también con el tema del Colectivo Agroecológico, con el tema del meSSE, entonces ya estamos siempre articulados” (Organização apoio meSSE centro). {uso diagnóstico e prognóstico}.</p> <p>“El meSSE es una experiencia bonita que nos ha ayudado a articularnos también, no estamos solos. Pero yo lo veo más a nivel nacional, esta entre zonas, zona norte, centro y sur” (Dinamizadora meSSE norte) {uso motivacional}.</p> <p>“El meSSE nace en ese rol, de poder incidir en las políticas públicas, y por otro lado, como articulador de todas las prácticas de economía solidaria en el país” (Dinamizadora meSSE nacional). {uso prognóstico}.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Os circuitos econômicos solidários apresentam-se num quadro separado, pois o interesse é de analisar este *master frame* com maior detalhe. A análise do *frame* de circuitos diagnostica os problemas relacionados a construção de mercados, dificuldades encontradas na produção, comercialização e consumo dentro do meSSE principalmente. Também pode se identificar um discurso específico realizado por esses atores sobre a construção de mercados alternativos (agroecológicos, solidários, entre outros) (quadro 14).

Quadro 13 – *Master frame* – circuitos econômicos solidários.

	<i>Master frame</i>
Uso	Circuitos econômicos solidários
Uso geral (não articulado)	<p>“En la zona norte, la mayoría de las organizaciones tienen un énfasis en la producción agroecológica campesinas e indígenas” (Dinamizador nacional meSSe).</p> <p>“Para nosotros el tema del circuito tiene dos elementos fundamentales, construir mercados solidarios, mientras más mercados solidarios en el país existan, mejor (ferias, tiendas, canastas, ventas directas) y la otra es lo del consumo solidario” (Dinamizador nacional meSSe).</p> <p>“Uno de los que fundó la canasta Utopia es Francisco Escobar, y ahora él es productor” (Organização de apoio).</p> <p>“Hubo unos compañeros de otra ciudad que nos querian vender la quinua más barata que de otros que ya estabamos comprando, pero dijimos que no, porque competencia entre nosotros no” (Organização de consumidores).</p>
	<p>“Tener intermediarios encarece el valor del producto al final. Entonces que pasa, que el productor sigue recibiendo lo mismo que si vendiera de forma directa, y además de forma permanente, porque el centro de acopio siempre va a requerir mas gastos que tienen que salir de algún lado” (Dinamizadora meSSe sul).</p>
	<p>Diagnóstico (uso articulado)</p> <p>“Tenemos un gran deficit para trabajar herramientas de articulación, base de datos, sistemas de como puede uno de manera virtual o presencial vincular productores y consumidores” (Dinamizador nacional meSSe).</p> <p>“[...] hemos trabajado más el tema de las ferias, pero son los mismos productores que van a la comercialización, y eso limita mucho el tema</p>

	de la producción” (Dinamizador nacional meSSe).
Prognóstico (uso articulado)	<p>“Creemos que los circuitos cortos són la alternativa, que la venta directa es un beneficio para el productor y para el consumidor” (Coordenação redes – governo).</p> <p>“Los talleres se los damos a los productores y a los consumidores también, porque la alimentación es una cosa conjunta, si vemos con el alimento tu te ahorras económicamente, ahorras tiempo, tejes relaciones fuertes, vas fortaleciendo a la localidad, a las comunidades” (Organização de apoio).</p> <p>“A veces nos vamos a alguna finca de los compañeros a hacer las prácticas, o sea nuestra siembra es agroecológica, entonces los técnicos vienen a enseñarnos como se siembra, la distancia” (Produtora indígena meSSe sul).</p> <p>“Vemos que todos los circuitos que se mantienen en el tiempo es porque vienen de una propuesta de los productores o al menos, es una apropiación de ellos, y no un proyecto de una institución” (Coordenação redes – governo).</p> <p>“Nosotros como Biovida empezamos en la Fundación Sedal donde nos prestaban un cuartito para comercializar, y una o dos personas eran las encargadas de vender lo de todos los grupos, y nos turnábamos” (Produtora meSSe norte).</p> <p>“Actualmente estamos em canastas institucionales, para fomentar el consumo aca adentro, es increíble todo esto afuera, y aca se conoce poco” (Coordenação redes – governo).</p>
Motivação (uso articulado)	<p>“Es una vivencia donde llegan productores, se conocen, se saludan, venden, es una relación más familiar, no es una canasta cualquiera” (Organização de apoio).</p>

“Veíamos como una utopía en la primera canasta, la posibilidad de encontrar los productores directamente, y luego con estos compañeros que hace la fundación, generan la organización social de la canasta, y comprar los productos en mejores condiciones, porque ya con 100 familias ya no compras 10 sacos, compras los 30 y puedes negociar en mejores condiciones. Entonces eso fue posible, demoro 8 años mas” (Organização de consumidores).

“Al movimiento lo que le interesa es que se construyan los temas de principios y que esten basados en circuitos solidarios” (Dinamizador nacional meSSe).

“[...] el tema de los circuitos intenta reunir a todos los actores de la economía solidaria en un espacio de comercialización: diversos tipos de produção, consumidores, finanzas, turismo y la propia comercialización” (Dinamizador nacional meSSe).

Fonte: Elaborado pela autora.

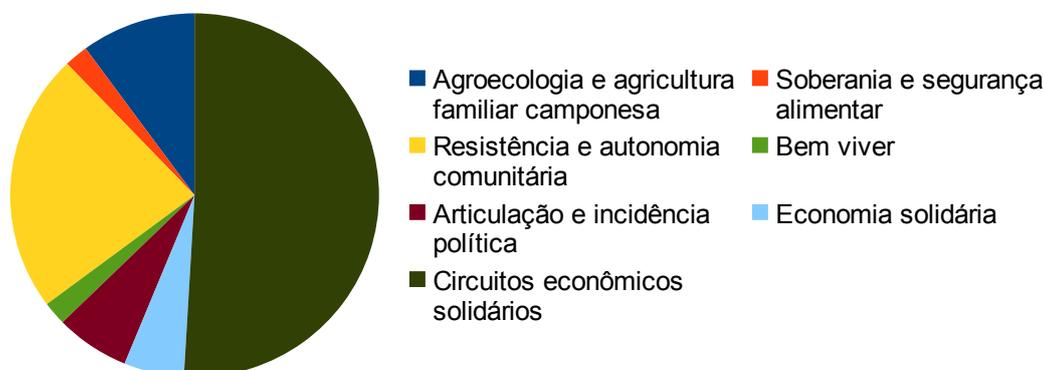
No quadro anterior, ressaltam-se as principais afirmações feitas pelos atores do meSSe no momento de categorizar mercados alternativos ou circuitos econômicos solidários. De maneira geral, os usos dados às afirmações prognósticas são feitos para procurar apresentar os circuitos econômicos solidários como soluções para questões críticas do mercado convencional. As afirmações de diagnóstico de problemas são mais focadas nos problemas dos produtores do que nos da própria comercialização.

Por outro lado, as afirmações de motivação ajudam a entender os circuitos vistos como uma ferramenta para expansão e fortalecimento do meSSe em termos de um movimento orientado a mercados alternativos e com um tipo de organização baseada em circuitos.

Com respeito às referências feitas em cada categoria dos *master frames*, sem dúvida nenhuma os circuitos econômicos solidários são a estrutura analítica e conceitual que mobiliza o meSSe no seu discurso, seguido do discurso de resistência e autonomia e da agroecologia e agricultura familiar camponesa. A respeito dos *master frames*

identificados no meSSe, poder-se-ia visualizar uma imagem como a da fig. 9.

Figura 9 – Master frames do meSSe.



Fonte: Elaborada pela autora.

Dentro dos circuitos, as categorias às quais os atores fazem mais ênfase são as de comercialização, produção e consumo, nessa ordem. A comercialização vista como intercâmbios, trocas e lugar onde acontecem os mercados próprios ao meSSe: cestas e feiras principalmente. As afirmações identificadas no quadro 15 mostram o papel central que a comercialização tem no movimento e a sua relação com os mercados alternativos. Afirmações como:

Para nosotros el tema del circuito tiene dos elementos fundamentales, construir mercados solidarios, mientras más mercados solidarios en el país existan, mejor (ferias, tiendas, canastas, ventas directas) y la otra es lo del consumo solidario (Dinamizador nacional meSSe).

Creemos que los circuitos cortos són la alternativa, que la venta directa es un beneficio para el productor y para el consumidor (Coordenação redes – governo).

Essa primeira análise dos *frames* do meSSe auxilia na compreensão de quais crenças coletivas o mobilizam e quais valores e princípios orientam as suas atividades. Nas entrevistas, foram identificados alguns códigos culturais que permitem também criar o modo de oposições binárias e que contêm uma dimensão moral³³.

Dos três principais *master frames* identificados, podem ser pensados códigos culturais que motivem a entrada em novos mercados e mantenham o interesse dos atores do meSSe:

33 De acordo com Weber, Heinze e DeSoucey, 2008, no capítulo 1 desta tese, página 45.

- Circuitos econômicos solidários: intercâmbios – isolamento;
- Resistência e autonomia comunitária: participação – dependência;
- Agroecologia e agricultura familiar camponesa: natural – químico.

Esses três códigos culturais foram repetidamente mencionados pelos participantes do meSSe. Estão também relacionados com os princípios e os valores definidos na agenda política do meSSe: redistribuição, reciprocidade, complementariedade, respeito à natureza, associatividade, democracia e participação, autonomia, autogestão, diálogo de saberes, valorização do trabalho, honestidade e interculturalidade. Segundo Aguilar (2015), esses princípios são um processo de construção social, histórica e política coletiva e por isso se encontram em permanente mudança e retroalimentação. Eles têm estruturas opostas e, segundo Weber, Heinze e DeSoucey (2008), motivam a entrada de produtores nos mercados e dão justificativas para que permaneçam neles, estabelecem fronteiras e uma coesão nos nichos de produção, constroem pontes entre produtores e consumidores e estabelecem intercâmbios físicos e culturais e de critérios de avaliação. Em resumo, a articulação de contrários favorece a elaboração de um critério identitário não apenas pela identificação com um determinado modo de ser, mas também pela definição do oposto daquilo que se almeja alcançar e, em alguns casos, superar.

4 CASO COLOMBIANO

A análise do caso colombiano, como a do equatoriano, divide-se em três partes. A primeira traça uma trajetória do contexto político, econômico e social que permitiu que a experiência da Confederação Agrosolidaria Colômbia se consolidasse no ano de 1994 e que permite entender a trajetória da construção social dos mercados dos movimentos sociais na Colômbia, suas dinâmicas, práticas e valores. O período de análise é de 1990 até 2014. Para isso, a parte do contexto histórico será dividida em três. Primeiro se colocam os eventos mais importantes da vida do país, depois se trazem os eventos mais importantes relacionados aos atores e aos movimentos da economia solidária e da agroecologia e, finalmente, colocam-se os eventos relacionados à construção de mercados agroalimentares por parte da Agrosolidaria e seus circuitos econômicos solidários.

A segunda parte deste capítulo ajuda a entender como os recursos culturais, sócio-organizacionais, humanos, morais e materiais utilizados pela Agrosolidaria são usados para a ação social e econômica na construção social de mercados. Para isso, a análise de discurso das redes sociais visualiza recursos e atores e sua relação. A terceira parte do capítulo pretende avançar no entendimento dos *frames* da Agrosolidaria e propor alguns códigos culturais que os diversos atores utilizam. A análise dos *frames* apresenta frases de diagnóstico, prognóstico e motivação que ajudam a compreender melhor as motivações dos movimentos sociais. Nas frases de diagnóstico, mostram-se como os atores identificam o problema e atribuem causalidade; nas frases de prognóstico, mostra-se como se propõem soluções para os problemas identificados e como se pensam estratégias e, nas frases de motivação, aparecem os motivos para a ação.

4.1 TRAJETÓRIA E CONTEXTO DA AGROSOLIDARIA NA COLÔMBIA

4.1.1 Colômbia entre 1990 e 2014

Em 1990, já haviam sido implantadas profundas reformas jurídicas, econômicas

e estruturais para a consolidação das políticas neoliberais na Colômbia³⁴. Segundo Estrada Álvarez (2009), a ordem neoliberal construída na Colômbia entre 1990 e 2005 é expressão de um projeto constitucional que poderia ser caracterizado como a constituição política do mercado total. Esse projeto pressupõe uma incorporação dos conteúdos das reformas do Consenso de Washington³⁵. Isso não quer dizer somente uma imposição normativa advinda de fora, mas também de uma emergência de dentro dada, a conjunção com fatores internos em que o poder local se alinhou com os interesses e a representação do capitalismo transnacionalizado (ESTRADA ÁLVAREZ, 2009).

Desde a administração do presidente César Gaviria Trujillo (1990-1994), avançou-se na desregulamentação da economia e foram assentadas as bases para o processo de reforma neoliberal do Estado. Essa desregulamentação significou a organização da atividade econômica do país de acordo com a lógica do livre mercado que incluiu o mercado trabalhista, o de bens e serviços e o mercado de capitais (ESTRADA ÁLVAREZ, 2009). Ao mesmo tempo, em 1990, produziu-se uma nova Constituição³⁶, que, embora tivesse dois projetos políticos em disputa (neoliberal e um social democrata), impôs o projeto neoliberal (MEJÍA QUINTANA, 2002).

Além desses dois fatos importantes (abertura econômica e Constituição de 1991), viveu-se durante o período presidencial de Gaviria, de maneira transversal, um aprofundamento do conflito armado colombiano. Nesse conflito, de origens e relações complexas, os principais atores, segundo o informe do PNUD³⁷ (2003), têm sido as guerrilhas, os narcotraficantes, os paramilitares, a delinquência comum e as Forças Armadas nacionais. Uma análise do contexto social, político e econômico do país nas décadas de 1990 e 2000 não pode ser feita sem se considerar que o conflito permeia todas as instâncias. Uma das principais consequências desse conflito são as extensas

34 O neoliberal hoje representa uma síntese de postulados, neoliberais, neoinstitucionais e do chamado liberalismo social que se tornaram a nova tecnologia da regulação (ESTRADA ÁLVAREZ, 2004).

35 Recomendações de política econômica feitas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, implantadas no começo dos anos 90 na maioria dos países considerados em desenvolvimento. Para saber mais sobre suas formulações e problemas, ver: <http://www.cepal.org/Mujer/proyectos/gobernabilidad/manual/mod01/13.pdf>.

36 A Constituição política anterior da Colômbia era de 1886. No começo de março de 1991, o movimento de estudantes organizado se mobilizou em torno da necessidade de uma nova Constituição. Esse movimento se denominou Sétima Papeleta e basicamente solicitava uma reforma constitucional mediante a convocatória de Assembleia Constituinte.

37 Para saber mais, consultar o *Informe Nacional de Desarrollo Humano para Colombia – 2003. El Conflicto, Callejón con salida*. Ver: http://hdr.undp.org/sites/default/files/colombia_2003_sp.pdf.

migrações internas da população rural³⁸, principalmente famílias camponesas. Entre os anos de 1997 a 2013, segundo a ACNUR Colômbia, registraram-se oficialmente 5.185.406 pessoas deslocadas no interior do país, com um impacto desproporcional em relação à população afro-colombiana e às comunidades indígenas. Pessoas que deixaram suas terras, casas e meios de subsistência fugindo da violência e do confronto armado por grupos e atores do conflito em disputa de territórios e interesses políticos e econômicos.

Após o mandato de Gaviria, assumiu a Presidência Ernesto Samper Pizano (1994-1998), que, apesar de ter sido crítico dos desenhos neoliberais e dos efeitos das políticas de abertura econômica no começo, continuou com a implantação do modelo neoliberal. Durante seu mandato, viveu-se uma crise política devido ao financiamento da sua campanha eleitoral por parte do narcotráfico para que chegasse à Presidência. Esse processo levou o nome de Processo 8000. Essa crise política, combinada com a crise econômica de 1998 e 1999, levou a um enfraquecimento do governo e a um aprofundamento da desregulamentação econômica na Colômbia.

Já desde 1996 o país transitava por uma das mais prolongadas crises econômicas da sua história recente, e os movimentos sociais se mobilizaram contra a aplicação das políticas comerciais de abertura. Tal aplicação recaiu sobre uma agricultura afetada por condições monopolistas de propriedade das terras aptas para a produção. Esses fatores resultaram na redução de uma quinta parte dos cultivos próprios de agricultura camponesa. Os movimentos agrários pediram o cumprimento do assumido no *Plan Nacional de Desarrollo* e na *Ley de Reforma Agraria* (Lei nº 160, de 1994) e no programa de assentamento denominado de *reservas campesinas*³⁹ (FAJARDO MONTAÑA, 2013).

Desde 1997 já vinha se observando uma desaceleração do crescimento econômico que acabaria, mais tarde, numa aguda recessão econômica durante o governo de Andrés Pastrana (1998-2002). Não somente a crise foi econômica, financeira e

38 A Colômbia é mais rural do que se crê, pois as três quartas partes dos municípios são predominantemente rurais (75,5%). Nesses municípios vivem 31,6% da população e suas jurisdições ocupam 94,4% do território nacional (PNUD, 2011).

39 As reservas campesinas eram um programa de assentamento nas áreas com maior potencial agrícola e maior proximidade dos mercados. Segundo Fajardo Montaña (2013), começa-se a falar delas em 1996; com um projeto do Banco Mundial se estabeleceram as reservas de San Vicente del Caguán, Caquetá (1.500 famílias e 111.000 hectares), Calamar, Guaviare (450 famílias e 40.000 hectares), Cabrera, Cundinamarca (850 famílias e 44.0000 hectares) e outras comunidades locais no Magdalena Médio que impulsaram a reserva campesina do Valle del Río Cimitarra. Algumas das áreas de reservas se encontram em territórios onde recaem diversos interesses econômicos e políticos.

política, mas também social, com o aumento do desemprego e da pobreza. No meio dessa crise, foi imposto um severo ajuste territorial que afetou o emprego público de estados e municípios e se estimularam a organização mercantil e a privatização de atividades sociais como educação, saúde, entre outras (ESTRADA ÁLVAREZ, 2009). Foi também durante o governo de Pastrana que se deu uma das primeiras tentativas de negociações para um processo de paz com as FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – Exército do Povo)⁴⁰, ao se instalarem mesas de negociação num território que foi desmilitarizado (*zona de distención*⁴¹). Tais negociações começaram em outubro de 1998 e terminaram em fevereiro 2002 sem nenhum acordo⁴².

Entre 2002 e 2006 e 2006 a 2010, Álvaro Uribe Vélez foi eleito presidente. Segundo Estrada Álvarez (2009), dentro das reformas introduzidas pela administração de Uribe se destacam a reforma trabalhista e o regime de pensões que faziam parte do acordo *stand by*⁴³ de dezembro de 2002 com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, destacam-se durante esse período alguns outros eventos importantes e decisivos para a vida política, econômica e social do país, como o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, o Plano Colômbia⁴⁴ (iniciado durante a administração Pastrana) e a política de segurança democrática, que significou uma crescente militarização da política do Estado a tal ponto que a política de segurança democrática era condição para pensar a política e o desenvolvimento da economia. Nos mandatos presidenciais de Uribe, a resistência social e os movimentos sociais e políticos contra as reformas neoliberais foram criminalizados e até estigmatizados como se fosse uma continuação da subversão armada (ESTRADA ÁLVAREZ, 2009).

Em contraste com as mudanças políticas na maioria dos países da América Latina desde 2002, na Colômbia se consolidou, com o governo de Uribe, uma opção pela direita. Nesse período, segundo Archila Neira (2009), entre os anos 2000 e 2005,

40 As FARC são a principal guerrilha da Colômbia (operam desde 1965 até o presente). Outros grupos guerrilheiros importantes: ELN (Exército de Libertação Nacional, opera desde 1968 até a atualidade), EPL (Exército Popular de Libertação, opera desde 1965 até o presente. Em 1991 se desmobilizaram mais de 80% do grupo) e o M-19 (Movimento 19 de Abril, operou entre 1970 e 1990).

41 Esta *zona de distención* compreendeu uma extensão de 42.000 quilômetros entre os estados Meta e Caquetá. Chamada também de *zona de despeje de San Vicente del Caguán*.

42 O acordo de paz entre as FARC e o governo nacional dar-se-ia em 2016, durante o segundo governo do presidente Santos. Assinou-se o acordo, mas o plebiscito (que aprovaria o acordo) foi rejeitado pela população colombiana: 49,79% SI e 50,21% NO.

43 Para ver mais: <http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/2003.pdf>.

44 O Plano Colômbia foi desenhado como um conjunto de ações militares e algumas ações sociais contra os cultivos ilícitos (ARCHILA NEIRA, 2009).

vivenciou-se uma variação no perfil dos atores de protestos sociais⁴⁵, sendo que as populações urbanas passaram de uma ação de 28% de participação nas manifestações para quase 38%. E os assalariados, que representavam o primeiro lugar nos protestos, com 34%, passaram a representar 26% em 2005. Mas o importante, segundo Archila Neira (2009), é ressaltar o caso dos camponeses, que representavam 17% das lutas entre 1975 e 2000, mas que, no ano 2005, somente chegaram a 5% dos protestos sociais realizados.

Esta mudança da representação das mobilizações sociais no país se explica em parte pelas políticas neoliberais. Os processos de flexibilização e de precarização do trabalho têm debilitado o sindicalismo. E além da crise agrária, a abertura econômica e a violência contribuíram para a diminuição da participação dos assalariados nas mobilizações sociais, sobretudo para as populações do campo. Foram quase 3 milhões de migrantes forçados pelo conflito armado das áreas rurais. Mas assim como a ação social coletiva dos camponeses tem diminuído, o papel das minorias étnicas nas lutas sociais, em especial indígenas, tem aumentado (ARCHILA NEIRA, 2009).

Nesse cenário, Juan Manuel Santos foi eleito presidente em 2010 e depois, novamente, em 2014. Santos foi ministro de Defesa durante o governo de Uribe e liderou algumas das principais operações do Estado sobre os grupos guerrilheiros nesse período. Mas, uma vez eleito presidente, a política de seguridade democrática perdeu o protagonismo que teve no governo Uribe. Isso ocasionou rupturas, algumas crises políticas e, sobretudo, explica em parte as divergências entre o ex-presidente e o atual presidente em matéria de negociações para pôr fim ao conflito armado colombiano.

Os anos de 2013 e 2014 são emblemáticos para a Colômbia em relação às mobilizações populares. Trata-se de um novo ciclo de mobilizações produzido sob condições extremas de criminalização dos protestos sociais (NIETO LÓPEZ et al., 2014). Na análise dos autores, há um fio condutor que as conecta e ele deve ser buscado alguns anos antes da eclosão dessa nova onda de mobilizações populares. Sua premissa é a de que os fatos transcorridos a partir do final de 2008 evidenciam continuidades e rupturas que alimentaram uma série de mobilizações sociais que alguns anos depois se refletiriam nas lutas do setor agrário. Em outras palavras, os protestos de camponeses e camponesas ocorridos entre 2013 e 2014 foram o ponto alto de um processo de

45 Protestos sociais no sentido de Archila Álvarez (2009) são aquelas ações sociais coletivas de mais de dez pessoas que irrompem espaços públicos para expressar intencionalmente demandas ou pressionar soluções ante distintos níveis de Estado ou entidades privadas.

acumulação de forças que os tornou possíveis (NIETO LÓPEZ et al., 2014).

Os fatos de destaque ocorridos em 2008 que ajudam a entender as mobilizações de 2013 e 2014 são a greve dos cortadores de cana (*huelga de los machetes caídos*) e a grande jornada de protestos indígenas. São os dois eventos que marcaram uma década de mobilização popular na Colômbia, pois se tornaram referência para as posteriores mobilizações sociais agrárias no país (NIETO LÓPEZ et al., 2014).

A greve dos cortadores de cana teve início em setembro de 2008, na região do Valle del Cauca. Foi um evento sem precedentes na história da Colômbia, pois esses atores muito poucas vezes haviam sido protagonistas de mobilizações e jamais o foram em mobilizações tão grandes como a que se viveu naquele ano. A greve teve duração de dois meses, e os cortadores reivindicavam estabilidade e igualdade laboral, aumento de salários, seguridade social e contratação coletiva direta em substituição à terceirização da mão de obra (NIETO LÓPEZ et al., 2014).

Menos de um mês depois da paralisação dos cortadores de cana, aconteceu, no Estado de Cauca, a *minga indígena*⁴⁶. Mais de dez mil indígenas interditaram a via Panamericana que conecta a Colômbia ao Equador. Entre as exigências estavam o cumprimento dos acordos assinados em 1988 entre o governo e diferentes grupos, sobretudo indígenas e camponeses, e também o acordo amistoso de reparação ao massacre de El Nilo, Cauca, em 1991, cuja responsabilidade foi reconhecida pelo Estado.

Entre todos os efeitos da *minga indígena*, talvez o de maior destaque seja o convite que fizeram à unificação do movimento social expresso na máxima *solos no podemos*. A proposta era elaborar uma plataforma articulada de diferentes organizações e setores sociais, inaugurando uma nova forma de construção social e política (NIETO LÓPEZ et al., 2014).

Nos anos seguintes, entre 2009 e 2011, várias foram as mobilizações sociais ocorridas na Colômbia. Seu repertório de reivindicações e o perfil dos atores eram diversificados, mas o ponto alto naquele ano foi atingido pelos protestos universitários que ocuparam as ruas das grandes cidades da Colômbia exigindo educação pública, gratuita e de qualidade (NIETO LÓPEZ et al., 2014).

Contudo, foi em 2013 que o país vivenciou as maiores mobilizações sociais dos

46 Nesse caso, diferentemente do que já foi descrito sobre a experiência equatoriana, o termo *minga* se refere à jornada de marchas e protestos indígenas ocorrida em 2008 no Estado de Cauca.

últimos quarenta anos da história da Colômbia (NIETO LÓPEZ et al., 2014). Na análise desses autores, 2013 foi o epicentro de uma multiplicidade de lutas populares que exigiam, principalmente, a deposição do presidente Juan Manuel Santos. Nesse mesmo ano, ocorreram três das mais importantes mobilizações da história recente da Colômbia: o *paro cafetero*, o *paro de Catatumbo* e o *paro nacional agrario*. Em conjunto, essas três mobilizações levaram à construção de um movimento agrário: a *Cumbre Nacional Agraria, étnica y popular* (NIETO LÓPEZ et al., 2014).

Entre fevereiro e março de 2013, a diminuição da produção de café, somada à queda do dólar em relação ao peso, à queda das exportações e à ausência de subsídios, levou à greve dos produtores de café. O intuito inicial era chamar a atenção do governo para a necessidade de regular os preços do café, diminuir a importação e subsidiar a produção. Contudo, essa mobilização tem algumas particularidades, em especial o fato de que os grandes empresários do café participaram e financiaram a greve, vislumbrando subsídio estatal. A greve dos cafeicultores serviu de base para a onda de protestos agrários que se seguiram naquele ano de 2013 (NIETO LÓPEZ et al., 2014).

A segunda mobilização agrária se deu na região de Catatumbo entre os meses de junho e julho do mesmo ano. Essa região, no Estado de Norte de Santander, faz limite com a Venezuela e também por isso é uma região onde se confluem diferentes grupos armados, atividades petroleiras, além de ser um trecho de escoamento de drogas para ambos os países (NIETO LÓPEZ et al., 2014). O *paro de Catatumbo* reuniu pequenos produtores não organizados e a Asociación de Campesinos del Catatumbo e, num primeiro momento, exigia o fim da proibição do cultivo de coca sem a devida reparação aos produtores com a oferta de outra fonte de subsistência. Nessa direção, os camponeses também reivindicavam a criação de uma Zona de Reserva Campesina acrescida da elaboração de projetos de substituição da produção de artigos ilícitos, ao que o governo respondeu negativamente, levando ao prolongamento da greve (NIETO LÓPEZ et al., 2014).

De maneira semelhante ao que aconteceu na zona cafeeira, a greve na região de Catatumbo serviu de catalisador para outras mobilizações. Foi nesse cenário que se desenrolou o *paro nacional agrario*. A conjuntura do Paro Nacional Agrário de 2013 teve algumas causas, como a insatisfação do movimento agrário e camponês com a assinatura do TLC, com a falta de uma política agrária que se estendesse aos camponeses e lhes brindasse com garantias políticas e econômicas, e a necessidade de

reconhecimento dos camponeses como sujeitos políticos e de direitos (SALCEDO; PINZÓN; DUARTE, 2013).

Articulando uma pluralidade de associações e atores, o *paro nacional agrario* conquistou apoio importantíssimo da opinião pública depois do comentário desastroso de Juan Manuel Santos, que negava a existência da greve. Contudo, ao incluir na pauta de reivindicações a renegociação dos Tratados de Livre Comércio como uma de suas principais exigências, os grandes proprietários e empresários que antes apoiavam e financiavam as mobilizações deixaram de fazê-lo. Isso afetou diretamente os pequenos produtores que dependiam do apoio financeiro dos grandes cafeicultores, já que não eram organizados em associações.

Uma vez iniciadas as negociações, os interesses divergentes dos diversos segmentos e atores envolvidos levou à fragmentação da mobilização, levando o governo Colombiano à conquista de pequenas vitórias, além da cooptação de algumas lideranças. Isso inviabilizou a configuração do setor agrário como um movimento de caráter político (NIETO LÓPEZ et al., 2014).

De forma esquemática, os acontecimentos recentes da história colombiana (1990-2014) podem ser ilustrados na figura 10.

Figura 10 – Linha do tempo Colômbia (1990-2014).



Fonte: Elaborado pela autora.

Trata-se de uma formalização com objetivo de simplificar um processo complexo de transformações políticas e socioeconômicas, distribuídas numa linha do tempo ilustrativa.

4.1.2 Instituições e organizações ligadas a agroecologia e economia social e solidária

Neste contexto político e econômico que afeta diretamente o campo, organizações sociais na Colômbia têm trabalhado em torno de temas como o cooperativismo, a economia solidária, a agroecologia e a soberania alimentar. Estes dois últimos são temas que vieram mais para o debate das organizações após a criação de alguns movimentos, como o MAELA (Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe). Também temas como o comércio justo ocuparam um papel importante depois que algumas organizações produtoras de café colombiano começaram a trabalhar com a Organização Mundial de Comércio Justo (WFTO).

Esses movimentos sociais têm estado envolvidos na construção de mercados de proximidade, especialmente o movimento de economia social e solidária, o de agroecologia e, mais recentemente, o movimento de agricultura familiar. O enfoque agroecológico começou a ganhar força na Colômbia a partir dos anos 1990, mas este tem sido um processo lento. A Agrosolidaria foi a secretaria técnica do MAELA por dois anos e trabalhava para a mobilização de recursos, encontros e outras articulações. Aproximadamente 25 organizações fazem parte e há cerca de cinco anos têm se mobilizado e incidido no tema da agroecologia. Nos dois últimos anos, têm encontrado mais dificuldades para o diálogo sobre vários temas, como o das sementes e da certificação participativa. Entre as organizações mais ativas em nível nacional estão a RECAB (Rede Colombiana de Agricultura Biológica), a Rede de Mercados Ecológicos Camponeses do Valle del Cauca, o INCA (Instituto Maior Camponês), a ADC Nariño (Associação para o Desenvolvimento Camponês), a Chanquiñan, que é uma associação indígena dos Pastos de Nariño, a Swiss Aid, a Escola de Agroecologia de Uniminuto, entre outras.

Como precedentes, em 1997, o governo apresentou uma política nacional de biodiversidade para contribuir para o melhoramento de ecossistemas e realizar o primeiro inventário de agricultura ecológica. Essas políticas de produção agroecológica e orgânica se desenvolveram mais entre 1997 e 2002. Em 2004, ingressam pela primeira vez no país organismos de certificação estrangeiros os quais têm sua própria regulamentação. No mesmo ano, o governo criou uma resolução (resolução 148) para ter um selo ecológico do Ministério de Ambiente. Em 2011, criou-se a

FEDEORGANICOS, que é o grêmio oficial dos produtores ecológicos.

A comercialização comunitária na Colômbia e nos mercados agroecológicos começou a ter mais força nos últimos dez anos, sobretudo em Bogotá, com algumas lojas, feiras e outros pontos de venda de produtos ecológicos. E, num nível menor, em Medellín, Cali e Bucaramanga. Na Colômbia, há cerca de seis certificadoras por auditoria ou também chamada de terceira parte para produtos agroecológicos, a maioria estrangeiras. Biotrópico é o nome da certificadora de terceira parte nacional. Outra certificação é dada pelo governo nacional, e é um selo de produto ecológico do Ministério da Agricultura. Essa resolução saiu a partir de 2006. No entanto, desde 2009, para poder ter esse selo, o produtor deve se certificar primeiro por auditoria. Também existe um certificado ecológico do Ministério de Meio Ambiente, mas está inativo.

A certificação participativa, chamada também certificação de confiança ou Sistemas Participativos de Garantia (SPG), têm avançado lentamente. Não existe ainda um marco regulatório nacional para ela, mas existe um trabalho impulsado por organizações não governamentais, movimentos agroecológicos e organizações de produtores para ajudar a forjar uma espécie de SPGs. Pode-se ressaltar o trabalho que tem sido feito no Valle del Cauca (Estado), apoiado pela Corporação Autônoma do Valle del Cauca para a criação de uma rede de consumidores que estão formando esse sistema. Os consumidores estão essencialmente interessados no processo agroecológico a partir da perspectiva da saúde.

Outro movimento que tem mais força atualmente na Colômbia e que vem sendo liderado pela Agrosolidaria é o Movimento de Agricultura Familiar. Esse movimento tenta articular a agricultura familiar com a economia solidária, com a agroecologia e com o comércio justo. Tem se produzido documentos da sociedade civil, do próprio movimento e do governo e é um tema que tem conseguido apoio e recursos pelo contexto internacional de apoio à agricultura familiar. Segundo Martínez (2014), o conceito de agricultura familiar é relativamente novo no contexto nacional colombiano. Por muito tempo, os conceitos usados para se referir às atividades econômicas, sociais, ambientais e culturais dos grupos familiares ligados à ruralidade foram de pequeno produtor e de economia camponesa. O tema da Agricultura Familiar também se incluiu como prioritário nos diálogos de paz de La Habana e nas agendas do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) e da Misión para la Transformación del Campo – criada pela Presidência da República e liderada pelo Departamento Nacional

de Planeación (DNP) em articulação com o MADR.

A economia solidária como movimento social está representada pela Rede de Economia Social e Solidária (REDESS). Surgiu em 2013 por meio de um grupo de dirigentes e organizações que já trabalhavam dentro do setor da economia solidária e, devido ao excesso de divisões no interior do setor, decidiram criar uma rede como espaço de integração das formas organizativas de economia solidária⁴⁷. Na Colômbia, existem diversas estruturas e grêmios, como o grêmio cooperativo, de mutuais, das empresas de saúde, fundos de empregados, entre outros. E o propósito de integração foi a motivação principal da REDESS, que pretende fomentar o movimento social e, sobretudo, fomentar os intercâmbios econômicos entre as organizações solidárias.

A REDESS não tem uma estrutura jurídica. Definiu um acordo conceitual programático com seus objetivos e princípios. Os integrantes da REDESS se encontram a partir de ações específicas e na conjuntura nacional. Em 2014 começou a se dar uma maior importância ao tema da negociação dos acordos de paz, tem grande incidência em outros temas da política pública, como a agricultura familiar e a economia solidária, e tem se pronunciado frente aos planos de desenvolvimento nacional.

A REDESS propõe um modelo que integra o mutualismo, o cooperativismo, o associativismo, as empresas comunitárias, os fundos de empregados e as demais formas de organização da economia social e solidária. São aproximadamente 35 organizações que fazem parte e que aderiram aos eixos programáticos. O INDESCO (Instituto de Economia Social e Cooperativismo) é, atualmente, a secretaria técnica e se encarrega de mobilizar e fazer articulações. Trabalha de maneira articulada temas de economia solidária e agricultura familiar e tem incidência nacional. Algumas das organizações mais ativas na rede se encontram na lista da quadro 15.

Quadro 14 – Organizações que fazem parte da REDESS Colômbia.

Tipo de organização	Nome da organização
Associação	Asociación Nacional de Usuarios Campesinos – ANUC
Federação	Federación de Empresas solidarias del Casanare – Fedes Casanare
Instituto de pesquisa	INDESCO – Instituto de Economia Social y Cooperativismo, Universidad Cooperativa de Colombia

47 De acordo com entrevista realizada com Jarrizón Martínez, maio 2016.

Corporação	Corporación Nacional para la Innovación y Desarrollo de la Democracia y la Empresa Social y Solidaria – CONIDEAS
Confederação	Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores – COLACOT
Confederação	Confederación Agrosolidaria Colombia
Corporação	Corporación CATSO
Federação	Federación de Asociaciones Mutuales y organizaciones solidarias de la región central - FECEMU
Corporação	Corporación CIASE
Federação	Federación Nacional de Cooperativas del Sector Educativo Colombiano
Confederação	Confederación Nacional de Juntas de Acción Comunal – CONFECOMUNAL
Cooperativa de crédito e poupança	Cooperativa CONFIAR
Associação	Asociación de Cooperativas y Empresas Solidarias del Huila
Instituto de pesquisa	Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa – CIRIEC
Instituto de Pesquisa	Circulo de Estudios Pedagógicos
Corporação de finanças solidárias	Corporación FOMENTAMOS
Rede interuniversitária	Red Colombiana Interuniversitaria de Economía Social y Solidaria – UNICOSOL

Fonte: Elaborado pela autora.

Por outro lado, na Colômbia a economia solidária tem se institucionalizado desde a construção da *Ley 474*, de 1998. Essa lei tem sido reconhecida como uma das primeiras legislações sobre o tema na América Latina e determina o marco conceitual que regulamenta a economia solidária como setor. Nela se apresentam os fins, os princípios, as características das organizações e também cria o Departamento Administrativo Nacional da Economia Solidária (DANSOCIAL).

Segundo Dávila (2006), o sistema de economia solidária na Colômbia tem um problema muito sério relacionado com estatísticas do setor. As organizações não enviam as informações em tempo para a Superintendência de Economia Solidária ou, muitas vezes, os dados não estão de acordo com a realidade. Segundo o Informe Anual de Confecoop (2012), o setor solidário na Colômbia fechou 2012 com um total de 8.473

entidades; dessas, 75,8% são cooperativas; 21,5%, fundos de empregados, e 2,7%, associações mútuas. Bogotá, D.C., Valle del Cauca, Antioquia e Santander foram os estados que concentraram 53,5% das entidades e 75,9% dos associados. Segundo esse informe, os associados ao cooperativismo representaram 11,9% da população do país.

Também se identificam alguns atores do governo nacional que têm um papel mais direto para a construção de mercados e que têm relação com a agroecologia e/ou a economia social e solidária. São a Unidad Administrativa Especial de Organizaciones Solidarias⁴⁸, antiga DANSOCIAL, adscrita ao Ministério do Trabalho, e o Programa de Agricultura Familiar⁴⁹ (Ministério de Agricultura). Existem outras instituições, por exemplo, no Distrito de Bogotá, como o IPES – Instituto para la Economía Social. No nível distrital existem também várias experiências de incentivo à comercialização de pequenos agricultores. A experiência recente mais importante é a dos Mercados Campesinos de Bogotá. Segundo Bichon Marfaux (2014), esses mercados articulam a produção dos camponeses das regiões periféricas da cidade num sistema alternativo de comercialização direta nas diferentes praças públicas de Bogotá. Estes mercados estão integrados por organizações camponesas regionais e nacional nas quais participam mais de 3 mil famílias camponesas da região central do país.

A Colômbia tem um dos setores rurais mais pobres e desiguais do mundo (MARTÍNEZ, 2014). Historicamente, a realidade dos produtores rurais na Colômbia é extremamente problemática, pois apresenta alto grau de informalidade na propriedade da terra, altos níveis de pobreza, conflito armado, deslocamento forçado, entre outras coisas (MARTÍNEZ, 2014). Em relação à concentração da terra, observa-se uma agudização do problema nas últimas décadas, como mostram Martínez (2014, p. 3), “0,4% dos proprietários são donos de 46,5% das terras mais produtivas, com propriedades superiores a 500 hectares”.

Soma-se a isso o problema da informalidade da propriedade da terra, já que mais de 40% das áreas rurais no país não têm títulos que garantam a propriedade (MARTÍNEZ, 2014). Além disso, e ainda nas palavras de Jarisson Martínez (2014, p.

48 Esta unidade fomenta as organizações solidárias na Colômbia como cooperativas, fundos de empregados, associações mútuas, fundações, associações, corporações, organismos comunais e grupos de voluntariado. Para saber mais: <http://www.orgsolidarias.gov.co/>.

49 Apesar de este programa ter sido criado em 2014 mediante a resolução 267, de 2014, até o começo de 2015 ainda não havia sido implementada. A consecução desse programa foi um eixo que articulou vários movimentos sociais do campo, em especial os movimentos de agroecologia e de economia solidária, e se formou um movimento em prol da agricultura familiar.

3),

Antigos e novos conflitos relacionados ao uso da terra foram incrementados, cerca de 22 milhões de hectares são aptos para a agricultura, dos quais apenas 4,9 milhões são utilizados, isto é, 20,7%. O contrário se dá com a criação de gado que dedica 34,9 milhões de hectares, enquanto apenas 15,2 milhões das terras utilizadas são aptas para essa atividade. De outro lado, 5,8 milhões de hectares são dedicados à mineração, uma cifra superior às destinadas a usos agrícolas. A criação extensiva de gado, associada à acumulação especulativa e improdutiva do solo, caracteriza o campo colombiano.

Por fim, há que se considerar ainda o problema do conflito armado, responsável por incalculáveis perdas humanas, materiais e ambientais nas últimas cinco décadas. Em 2014, o governo nacional assinou alguns acordos com as FARC em negociações que visavam ao fim do conflito armado. Entre esses acordos encontra-se a Reforma Rural Integral (RRI). Esse acordo supõe a transformação da realidade do meio rural colombiano, preconizando o combate à pobreza e a erradicação da violência (MARTÍNEZ, 2014). É importante ressaltar que esse acordo reconhece o papel da economia camponesa, familiar e comunitária como fundamento do desenvolvimento do campo. Em linhas gerais, o documento da RRI define alguns princípios que se orientam em três eixos fundamentais: democratização do acesso à terra; desenvolvimento equitativo da relação campo-cidade; implementação dos Planes Nacionales, que visam à erradicação da pobreza extrema e à redução da pobreza rural em 50%, em uma década (JARRISON MARTÍNEZ, 2014).

O argumento central de Jarrison Martínez (2014), a respeito do conteúdo e das projeções da RRI é que a agricultura familiar e a economia solidária têm um papel decisivo na promoção da paz na Colômbia. Conforme afirma:

O desenvolvimento rural integral implica uma perspectiva diferente. Não se trata apenas de promover a produtividade, mas também de garantir a segurança e soberania alimentar, de estimular as atividades que contribuem com a proteção dos recursos ambientais com a água, a biodiversidade, a agrobiodiversidade, de reconhecer os saberes ancestrais e tecnologias próprias que as comunidades têm desenvolvido em décadas de experimentação e trabalho, de superar os obstáculos que mantêm milhares de pessoas na pobreza e abandono, definir e implementar políticas públicas diferenciadas que levem em consideração as particularidades e características de cada região e seus diversos grupos de populações (MARTÍNEZ, 2014, p. 8).

Em síntese, uma reforma rural integral não pode prescindir da atuação de determinados atores sociais que há décadas têm sido vítimas da violência, da pobreza e da exploração. Ao contrário, uma reforma rural integral depende dos saberes e das

práticas tradicionais da agricultura familiar e do princípio da solidariedade que a envolve como ferramentas fundamentais para o combate à violência e para a garantia de igualdade e de desenvolvimento da vida no campo.

4.1.2.1 *Confederação Agrosolidaria Colômbia*

A Agrosolidaria é uma das principais organizações que fazem parte do movimento agroecológico e da economia solidária na Colômbia. Na base desses dois movimentos e de seus princípios é que a Agrosolidaria se constitui e se organiza. A Agrosolidaria nasce em 1994 com o incentivo da Asociación para el Desarrollo Sostenible (SEMILLAS), com sede no município de Tibasosa, Boyacá, que inicia o desenvolvimento de programas de desenvolvimento local e regional como *Venga esa Mano Paisano*. Esse programa foi orientado inicialmente para microcréditos, também fomentou formas associativas cogestionadas, desenvolveu um plano de educação em socioeconomia solidária, capacitação técnica e acesso à informação e ajudou na construção de infraestrutura para produção, transformação e distribuição agroalimentar. Com esse programa, a SEMILLAS buscava o empoderamento de famílias camponesas. A Agrosolidaria é resultado desse processo de trabalho com as comunidades no Estado de Boyacá.

Entre as primeiras atividades da Agrosolidaria está a conformação de Grupos Associativos de Microcrédito que deram origem aos fundos comunitários e aos fundos rotatórios autogestionados pelos associados com recursos vindos de doações ou da renda produtiva. Depois se organizaram os Grupos Associativos por produto dentro da cadeia agroalimentar, por processo e por serviço de distribuição. Finalmente, organizaram-se os Grupos Associativos de Consumo Solidário. Depois de conformados esses grupos, constituiu-se a Federação de Prosumidores⁵⁰ Agroecológico Agrosolidaria, como um organismo articulador dos Grupos Associativos através de Seccionais Municipais.

A Federação se constituiu em Confederação, e, para isso, precisou de 12 federações funcionando. Até fevereiro de 2014, a Agrosolidaria estava em 18 departamentos (estados), 104 municípios, 123 seccionais, em 12 federações de operação

50 O conceito *Prosumidor* é usado por Agrosolidaria para reconhecer que todos os cidadãos têm essa dupla condição, de Produtores e Consumidores.

autônoma e uma Confederação Nacional. São mais de 32 mil famílias associadas que se organizam em 384 grupos associativos. A figura 8 mostra os dados de 2010 e dá uma noção do território onde Agrosolidaria atua.

Figura 11 – Agrosolidaria na Colômbia (dados de 2010).



Fonte: Agrosolidaria.

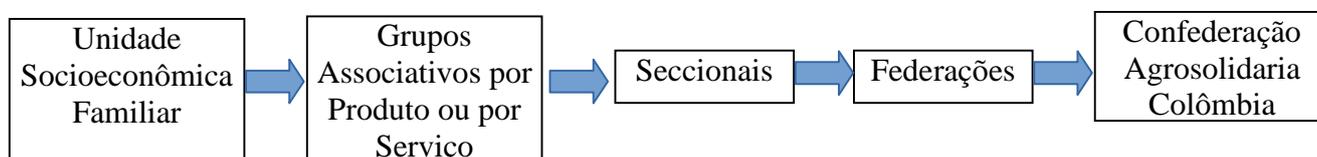
A Agrosolidaria se organiza em cinco atividades básicas: microcrédito, produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e de artesanato. Além disso, há um turismo comunitário e ecológico que vem se fortalecendo. Como programas transversais estão o de *Herdeiros Solidários*, para os filhos dos produtores continuarem no campo e se tornarem mais conscientes do patrimônio econômico, natural e cultural das suas comunidades, e o programa da Escola Agroecológica, para a qual está sendo pensando um marco metodológico, epistemológico, que passará por ajustes e validações.

Uma das principais inovações na construção de mercados na Agrosolidaria é a

introdução de um modelo organizacional com base em outras experiências da América Latina, como as de Equador (Maquita Cusunchic, Salinerito), Honduras (Red de Comercialización Comunitária (COMAL), Venezuela (Central de Servicios Cooperativos do Estado Lara – CECOSOLA) e Argentina (Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores – UATRE), entre outras. A Agrosolidaria construiu um modelo descentralizado de trabalho que tem fortalecido a interdependência e a descentralização e desenvolvido um autogoverno liderado pelas comunidades.

Para entender o processo de integração da Agrosolidaria, ela deve ser pensada como sendo formada por níveis de um sistema maior (fig. 12). O primeiro é a Unidade Socioeconômica Familiar, que se integra aos Grupos Associativos organizados por produtos ou serviços (segundo nível). Depois vêm as Seccionais de Agrosolidaria (terceiro nível), que se integram, por sua vez, nas federações (quarto nível), que normalmente são departamentais. O último nível, ao qual se integram todos os anteriores, é a Confederação Agrosolidaria Colômbia.

Figura 12 – Processo de Integração de Agrosolidaria.



Fonte: Folheto Agrosolidaria.

As associações conformam as federações; cinco associações, no mínimo, conformam uma federação. Elas podem ser associações de cooperativas, associações de grupos informais, não é preciso que sejam formais, porque, se precisarem de uma figura jurídica para alguma venda, já estariam integradas às federações, e isso as respaldaria. Por isso, em cada federação existe um contador e um auxiliar administrativo que ajuda aos grupos também a organizar sua contabilidade. Para conformar uma confederação, são necessárias 12 federações no mínimo.

A Agrosolidaria tem um modelo descentralizado, no qual cada seccional e federação são autônomas, e a confederação tem certos níveis de autonomia. De qualquer forma, a confederação, que é a maior instância, não é usada para fazer intermediação

financeira ou comercial, porque isso faria com que a comercialização dos produtos ficasse mais cara. Se um produtor precisar vender e nem ele nem seu grupo tiverem uma figura jurídica, então poderá recorrer à seccional ou à federação; o mesmo pode ocorrer se para consolidar alguma venda de grande volume ou fazer parte do sistema de poupança e crédito. Todas as seccionais têm seu regulamento, seu estatuto, seu comitê, seu conselho administrador e em cada seccional existem todas as atividades do circuito que foram mencionadas.

Para se associar à Agrosolidaria, identificaram-se seis passos. O primeiro é se comunicar com a seccional mais próxima. Depois, preencher um formulário de solicitação de associatividade e entrega-lo na seccional. O terceiro passo, após receber orientação, é preencher o formulário de Registro de Associatividade e de Herdeiros. Depois disso, paga-se a quota de inscrição e aporte social. O quinto passo é participar das reuniões e exercer seus direitos e deveres. É colocado como último passo a contribuição com as propostas de bem comum e organização, unidade e reciprocidade.

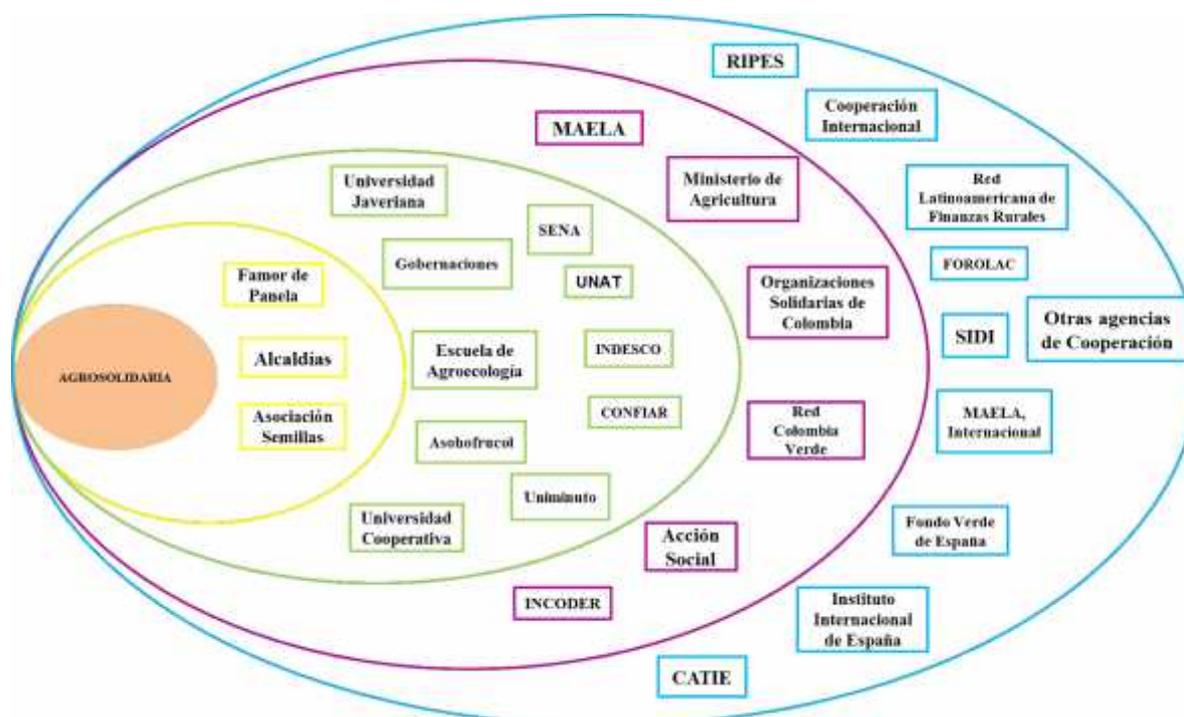
Em nível nacional, a Agrosolidaria se articula com vários movimentos, mas principalmente com o movimento de agroecologia liderado pelo Maela Colômbia e com o movimento de economia social e solidária liderado pela REDESS. Na América Latina, a Agrosolidaria está articulada ao Foro Latino-Americano e Caribenho de Finanças Rurais (FOROLACFR). Também integra a Aliança pela Soberania, Autonomia e Segurança Alimentar Nutricional (ASASAN).

De maneira geral, a Agrosolidaria se integra a movimentos que têm marcos programáticos mais específicos, atividades concretas e com uma participação democrática, de participação e governança do modelo. O Coletivo Agroecológico, que é muito ativo no Equador, também faz parte da ASASAN, além do Conveagro do Peru e de outras organizações de Bolívia, Paraguai e Colômbia. A Agrosolidaria também faz parte da IFSN, que é a Rede Internacional de Segurança Alimentar, bem posicionada no Comitê Mundial de Segurança Alimentar da FAO. Também faz parte da Coalizão dos Povos pela Soberania Alimentar desde 2010.

A Agrosolidaria tem algumas parcerias nacionais e internacionais para projetos específicos e se fortaleceu mais a partir do ano 2005. Em 2006, firmou alguns convênios com o antigo Dansocial, que apoiou a organização de encontros, seminários, oficinas, estágios, para reproduzir e fortalecer o modelo Agrosolidaria. Mas essa parceria foi diminuída com a mudança de governo alguns anos atrás. Com a UNAD

(Universidad Nacional Abierta y a Distancia), há um convênio para que os jovens continuem estudando. Blanco Betancurt (2012) elabora uma figura (fig. 13) com as relações e as interações mais relevantes da Agrosolidaria em níveis local, regional, nacional e internacional.

Figura 13 – Interinstitucionalidade Agrosolidaria.



Fonte: Blanco Betancurt (2012).

A Agrosolidaria não é uma organização exclusivamente de produtores agroecológicos, porque há muitos que ainda estão na transição. Sabendo que a agroecologia não é só a produção orgânica, mas que compreende desde a produção até o consumo, como as distâncias que percorrem os produtos para serem entregues, o tipo de embalagem, a questão ecológica, a Agrosolidaria prioriza a comercialização em circuitos curtos como parte da aposta agroecológica.

Por outro lado, a produção orgânica ou agroecológica tem três níveis. O primeiro nível é o dos produtores que já têm certificação de terceira parte, ou certificação de confiança, como a participativa. No segundo nível estão os produtores em transição e, no terceiro, os que ainda estão se iniciando para entender os processos agroecológicos. A produção nacional é muito variada; no sudeste do país há produtores de mandioca, banana-da-terra, abacate, *chontaduro*. No sudoeste, produtores de araza, de cupuaçu, frutos amazônicos. No centro, todos os tipos de folhas verdes, batata, tomate, entre outros. Basicamente, a Agrosolidaria trabalha na linha agroalimentar que é a mais forte, na linha do artesanato e no turismo comunitário, que ainda está se estruturando.

4.1.3 Construção social de mercados agroalimentares

Os grupos associativos na Agrosolidaria se organizam dependendo das atividades dentro do circuito econômico agroalimentar. A primeira atividade é a do microcrédito; nela estão os fundos solidários, os bancos comunitários, entre outros. Cada seccional da Agrosolidaria tem um Fundo a partir do qual se dão créditos para capital de trabalho e para o melhoramento das Unidades Produtivas Familiares.

A segunda atividade é a de produção; nela se desenvolvem os cultivos e os sistemas pecuários das Unidades Produtivas Familiares Associadas. Trabalham coordenadamente com os grupos associativos de processamento, de distribuição e consumo solidário. Uma terceira atividade do circuito é a transformação dos produtos, que envolve as máquinas de trabalho para processar produtos frescos.

A quarta atividade do circuito econômico é o da distribuição; nela as equipes de trabalho mantêm contato com produtores, processadores, consumidores solidários e empresas compradoras externas ao Circuito Econômico Solidário e se encarregam da parte logística, de classificação, empacotamento e entregas. A quinta e última é o consumo solidário. Neste elo estão os grupos de pessoas que representam as unidades família
res e compartilham um território comum. Pode ser o bairro, a localidade, a comuna, a urbanização ou até uma instituição.

Figura 14 – Circuitos Econômicos Agrosolidaria.



Fonte: Folheto Agrosolidaria.

É dentro desse circuito da distribuição que acontece a comercialização, a qual depende da dinâmica de cada seccional ou federação. Algumas institucionalizaram as feiras semanais, com uma rede estruturada de consumidores, de famílias, restaurantes ou outros que compram semanalmente direto do produtor. Outra modalidade são as lojas permanentes, algo menos frequente devido ao alto custo de manter uma loja, ainda mais quando ainda não está fortalecida uma rede de consumidores conscientes⁵¹.

A loja permanente que tem funcionado está dentro de um resguardo indígena, no Tambo – Cauca. Funciona porque o *cabildo* promove o consumo de produtos orgânicos e também são distribuídos produtos externos de que a comunidade precisa. Hoje há quatro grupos étnicos vinculados à Agrosolidaria, mas a maioria são camponeses, como em Cundinamarca e Santander; no Cauca são maioria indígenas e afro-colombianos. Mario Bonilla, diretor da Confederação⁵² Agrosolidaria Colômbia, afirma que é preciso uma maior caracterização dos circuitos de comercialização da Agrosolidaria em nível nacional, já que existem trabalhos aprofundados na área de finanças solidárias e em outros temas, mas nada em nível de comercialização comunitária.

A Agrosolidaria está fortalecendo uma rede de Mercado Agrosolidaria que já

51 A Agrosolidaria tem como objetivo mais de curto prazo fortalecer o consumo consciente, com uma rede de consumo que possa crescer. Agrosolidaria Engativá (seccional) tem um grupo de distribuição e afirma que a criação da rede de consumo pode ser muito lenta, mas se organiza para que se consolide já no longo prazo para incentivar um movimento distrital de comércio justo.

52 Entrevista realizada em maio de 2015 no município de Engativá – Cundimarca (Colômbia).

está em oito seccionais nas cidades de Pacho (Cundinamarca), La Celia (Risaralda), Mistrató (Risaralda), Florencia (Caquetá), La Montañita (Caquetá), El Doncello (Caquetá), La Unión Peneya (Caquetá), Chachaguí (Nariño) e em Bogotá DC. Os produtos variam de uma seccional a outra, pois estão em diferentes regiões do país.

A experiência dos Mercados Agrosolidarios de Agrosolidaria Engativá foi criada em 2013. Engativá é uma localidade na cidade de Bogotá e, no começo, a experiência iniciou-se com 16 produtos de produtores próximos da cidade realizando somente três entregas no primeiro dia. Em 2016, já chega a 90 mercados mensais entregues e trabalha diretamente com 26 grupos produtores não só das proximidades da cidade, como de outras regiões. O grupo de consumidores tem em torno de 50 pessoas, mas a criação da rede de consumo pode ser lenta. Agora há uma organização para que se consolide no longo prazo e incentive um movimento distrital de comércio justo⁵³.

A organização a partir dos Mercados Agrosolidaria de Engativá⁵⁴ começou com recursos próprios dos associados e depois houve o apoio de outras organizações, entre elas a Swiss Aid. Como figura jurídica, eles são uma associação, uma seccional de Agrosolidaria que tem nove associados. Realizam assembleia e têm um conselho para as questões mais operativas. Segundo Nilson Morales⁵⁵, a ideia é que em Mercados Agrosolidaria não somente os associados tenham espaço na assembleia, mas também representantes dos grupos de consumidores e dos grupos de produtores; por enquanto, é algo que está em construção.

A cada sábado, a partir das 5 horas da manhã, começam a ser organizadas as entregas, as quais seguem para distribuição às 10 horas da manhã. Eles entregam nas casas dos consumidores produtos como quinoa, flor-de-jamaica, cenoura, mamão, mel, frango caipira, ovos, pão artesanal, granola, frutas desidratadas, geleias, entre outros. São 130 produtos diferentes oferecidos. A distribuição, ela é feita com entre eles e há uma taxa de entrega dependendo do valor do pedido.

No princípio, eram cestas que já vinham prontas e depois se converteram em pedidos, dependendo da disponibilidade semanal. Também há algumas entregas a alguns restaurantes e preparação de *refrigerios* para algumas organizações sociais e

53 É importante notar que quando se fala de comércio justo em Agrosolidaria, não quer dizer que faz parte de organizações do movimento internacional de comércio justo, senão que é uma comercialização realizada baixo certo princípios de justiça.

54 A descrição desta experiência de Mercados Agrosolidarios de Engativá esta baseada na entrevista com Nilson Morales, em maio de 2016.

55 Entrevista concedida à autora em maio 2016.

universidades e participam de algumas feiras esporádicas para promover o espaço dos mercados semanais da Agrosolidaria Engativá.

Os produtores são de Usme, Viani, Pacho e Biotá, no Estado de Cundinamarca, que é o mais próximo ao Distrito Capital. Também se incluem alguns municípios de Boyacá, como Soracá, Pisba e outros mais afastados como Natagaima-Tolima, Chachagui-Nariño e San Andres de Sotavento-Córdoba. Para os produtores, o transporte é uma dificuldade, pois muitas vezes o custo pode ser até 50% do valor dos produtos. Por esse e outros fatores, os produtos dos Mercados Agrosolidarios de Engativá ainda não são vendidos com preços populares, mas a preços que consigam compensar o alto custo de transporte. Mas o objetivo em médio prazo é que os mercados possam ser ofertados a toda a população, pagar bem ao camponês e que se integrem cada vez mais consumidores.

Alguns dos desafios experimentados se relacionam com os consumidores e a construção de uma relação no longo prazo. Muitos deles pedem duas vezes e não continuam pedindo porque faltam produtos solicitados, mas muitas vezes isso se explica ou por problemas logísticos ou por sazonalidade dos produtos. Alguns dos consumidores pertencem a organizações vinculadas com a economia solidária, como cooperativas financeiras. Com essas pessoas, a relação de confiança e a construção de laços é muito mais fácil do que com o consumidor que não conhece o objetivo dos Mercados Agrosolidarios.

No futuro, eles querem constituir grupos de consumo mais consolidados e ter uma ecoleja onde se venda também café e onde possam ser comprados produtos no meio da semana. Por enquanto, o abastecimento de mercado agroalimentar em Bogotá está na mão de monopólios, os quais controlam os preços de forma injusta para o consumidor e muitas vezes para o produtor. Segundo a entrevista concedida por Nilson em maio de 2016 é difícil começar a mudar essa realidade, mas ao mesmo tempo Mercados Agrosolidaria tem como objetivo que as pessoas possam acessar alimentos limpos⁵⁶, a preços justos, que seja mais que uma loja bonita com produtos diferentes.

Vê-se então como a experiência da seccional de Engativá cria um circuito econômico solidário que envolve os elos da produção, distribuição e consumo. Na Agrosolidaria acontecem outros tantos circuitos. Para que eles aconteçam, os atores acessam vários tipos de recursos e constroem um tipo de valoração específica para

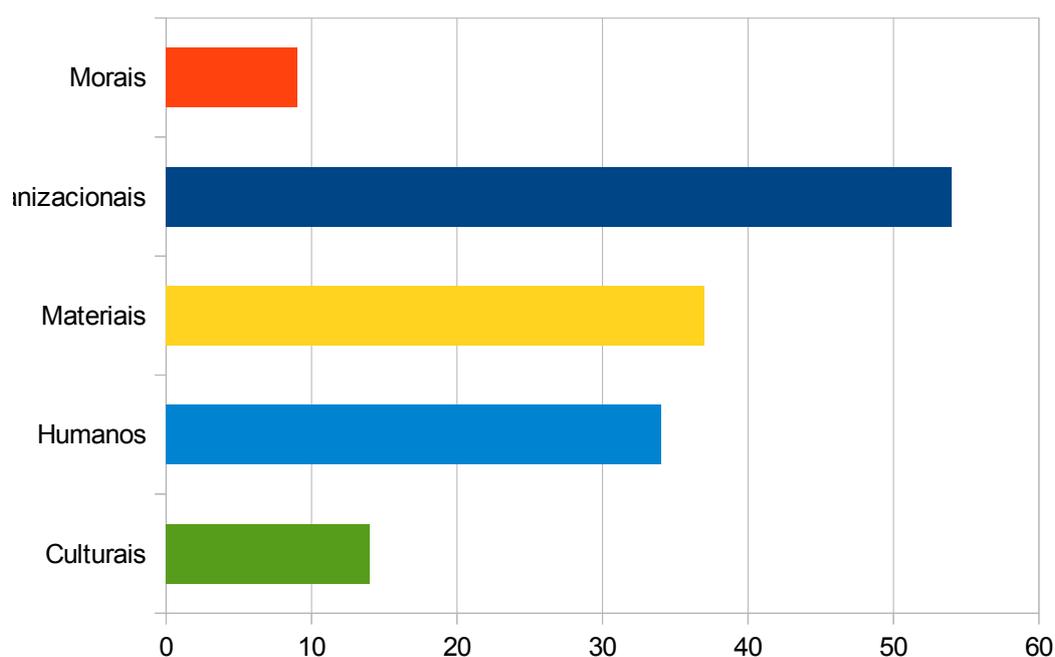
56 Quando Nilson se refere a limpo, quer dizer produção limpa, sem agrotóxicos.

influenciar seus consumidores, ademais criam seus códigos culturais, que permitem que os produtores permaneçam também na organização. Cada experiência de circuito tem sua própria forma de construção dos seus mercados; por isso, explicar esses elementos ajudará a compreender a construção social de mercados para a Agrosolidaria.

4.2 RECURSOS E ATORES DA AGROSOLIDARIA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REDES SOCIAIS

Diferenciam-se cinco tipos de recursos mais comuns nos movimentos sociais, que são: recursos materiais, humanos, culturais, sócio-organizacionais e morais. Com base nisso e com a ajuda do Nvivo11, foram codificadas as entrevistas em profundidade, identificando-se nelas os tipos de recursos a que os atores fazem mais referência. Os recursos mais mencionados são os sócio-organizacionais, mais especificamente o que se refere a redes sociais, grupos e organizações que mobilizam outros recursos. Isso se explica pela quantidade de articulações feitas entre a Agrosolidaria e outros atores, como redes de organizações sociais, organizações não governamentais, universidades, entre outras.

Figura 15 – Recursos identificados pelos entrevistados ao interior de Agrosolidaria.



Fonte: Elaborada pela autora.

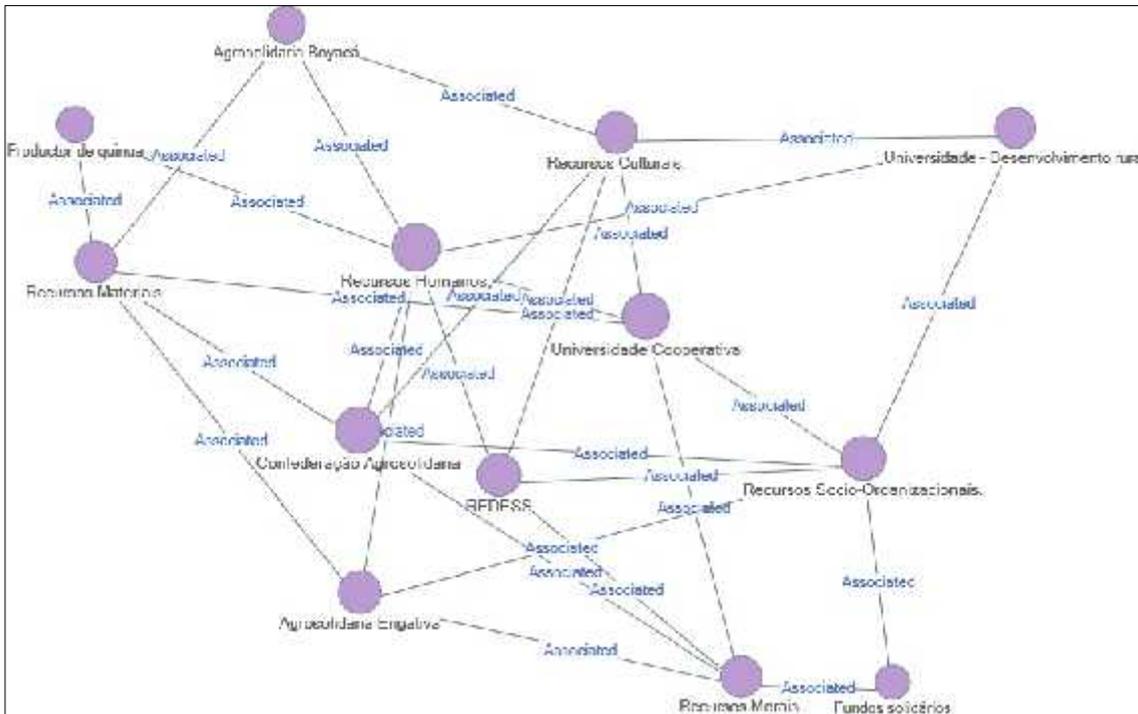
A identificação de recursos foi feita com representantes da Agrosolidaria em Engativá (Cundinamarca), em Tibasosa (Boyacá), entre eles um dos produtores de quinoa, representantes da Confederação Agrosolidaria Colômbia. Em Bogotá, a identificação de recursos foi feita nas entrevistas com a Rede de Economia Social e Solidária de Colômbia (REDESS) e com representantes de duas universidades que têm alguma participação direta e indireta nos movimentos de Economia Solidária e de Agroecologia na Colômbia.

Por outro lado, para analisar a relação entre os atores da Agrosolidaria e os recursos que utilizam, recorre-se à ferramenta de análise do discurso de redes sociais. Interessa saber quais recursos são mais acessíveis (proximidade ou *closeness*) e quais atores circulam melhor entre os recursos e os demais atores (valência ou *betweenness*).

Os recursos mais acessíveis são os recursos humanos, seguidos dos recursos sócio-organizacionais, materiais, morais e culturais. Para Edwards e MacCarthy (2004), os recursos humanos são mais tangíveis que qualquer outro tipo de recurso e também são mais fáceis de apreciar. Incluem recursos como trabalho, experiência, liderança, habilidades e experiência. Com sua participação, os indivíduos tornam o seu trabalho acessível e utilizável para movimentos sociais ou organizações de movimentos. Como se vê na figura 16, os recursos humanos são mais acessíveis e, por isso, encontram-se no centro da rede; já os outros tipos de recursos estão mais próximos de outros atores. Por exemplo, os recursos humanos estão mais próximos da Confederação Agrosolidaria, da REDESS e da Universidade Cooperativa de Colômbia, mais especificamente a INDESCO. São principalmente essas organizações que mais mobilizam recursos humanos e todo tipo de parcerias com organizações não governamentais, tanto em nível nacional como internacional. As medidas de proximidade dos recursos foram de 0,56 (Recursos humanos); 0,50 (Recursos sócio-organizacionais) e 0,45 (Recursos materiais, morais e culturais)⁵⁷.

57 A proximidade é uma medida de alcance – é a velocidade com que a informação pode chegar a outros casos a partir de um dado ponto de partida. Para calcular a proximidade, NVivo usa a soma das distâncias mais curtas do vértice específico em questão para todos os outros vértices conectados na rede. A proximidade só é calculada entre aqueles vértices que estão conectados.

Figura 16 – Recursos mais acessíveis a Agrosolidaria (proximidade).

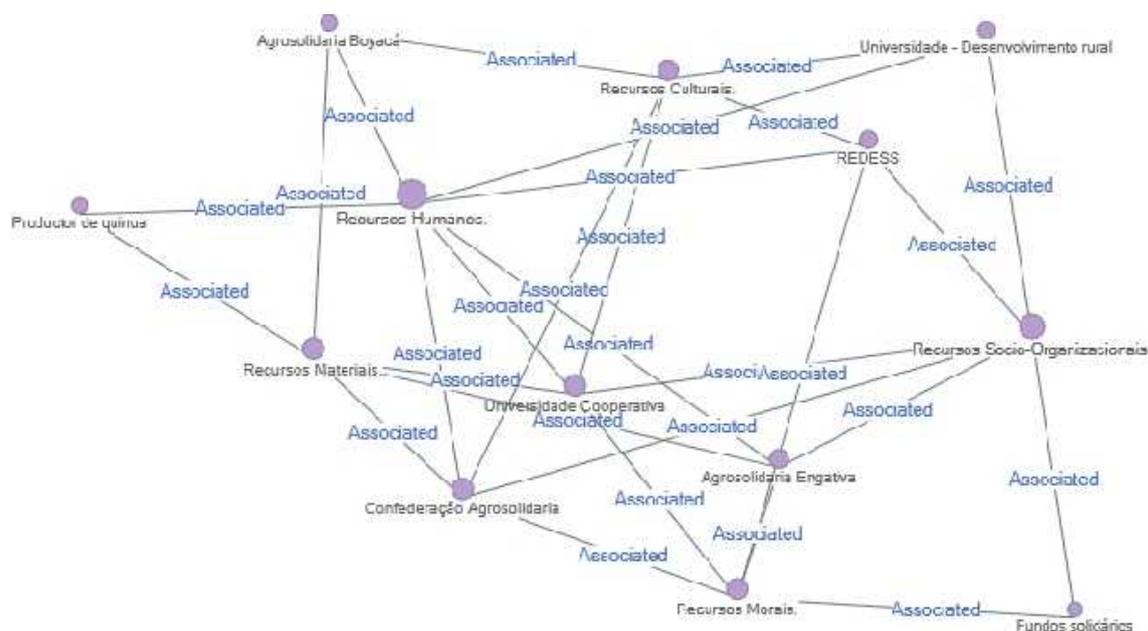


Fonte: Elaborada pela autora com uso de Nvivo11.

Por outro lado, os atores que circulam melhor entre os recursos e os demais atores (valência ou *betweenness*) são a Confederação Agrosolidaria e o INDESCO. A Confederação Agrosolidaria, como pode ser previsto, realiza uma articulação entre as seccionais e as federações em nível nacional, além de se relacionar com lideranças de outros movimentos sociais na Colômbia e na América Latina. Seguido da Universidade Cooperativa e da REDESS, que têm atualmente um papel na dinamização do movimento de economia solidária em nível nacional, junto à Agrosolidaria. Depois estariam as seccionais de Engativá e a Federação Agrosolidaria Boyacá, sendo a valência dos atores distribuída da seguinte forma: Confederação Agrosolidaria (6,425), Universidade Cooperativa (6,425), Agrosolidaria Engativá (3,985), REDESS (3,466), universidade que trabalha questões relacionadas ao desenvolvimento rural e à economia solidária (1,612) e, finalmente, o produtor que faz parte da Agrosolidaria Tibasosa (produtos de quinoa) – a sua medida de valência foi de 0.362 e a representante de um dos fundos solidários que fazem parte de Agrosolidaria teve a menor valência, com

0.283⁵⁸.

Figura 17 – Circulação de atores (valência ou *betweenness*).



Fonte: Elaborada pela autora, com uso de Nvivo11.

É importante lembrar que esta análise da relação entre recursos e atores se realizou unicamente com os entrevistados e não inclui a diversidade de atores com que a Agrosolidaria se relaciona. Pode-se dizer que os outros atores foram identificados e que se evidencia uma grande parte de movimentos sociais latino-americanos, como o MAELA ou o RIPESS, assim como atores de governo pertencentes do Ministério de Agricultura y Desarrollo Rural e do Ministério de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible, assim como o antigo DANSOCIAL (hoje Unidad de Organizaciones Solidarias), que teve um papel importante no fortalecimento da Agrosolidaria no começo das suas atividades.

Com base nas relações entre recursos e atores, pode ser pensada uma relação entre recursos e dispositivos de julgamento. Das cinco categorias de dispositivos de julgamento apresentadas por Karpik (2010), três são utilizadas pela Agrosolidaria:

- cicerones;
- redes pessoais;
- denominações.

58 A valência ou *Betweenness* é a frequência com que o vértice se encontra no caminho mais curto entre dois outros vértices. Por exemplo, qual é a pessoa com mais probabilidade de ter mais informações fluindo através deles? No NVivo, esta é calculada como uma proporção dos caminhos mais curtos.

Os cicerones são guias ou, como afirma Karpick (2010), os cicerones são as críticas e os livros-guia que encarnam uma suave forma simbólica de autoridade. Podem ser também pessoas que guiam aos atores, desde pesquisadores da Universidad Cooperativa de Colombia, do Instituto INDESCO, da Universidad Javeriana que debatem sobre os temas da agricultura familiar e a relação com a construção de paz, entre outros temas, até pessoas que promovem a Agrosolidaria, como locutores de rádios comunitárias, como é o caso da Radio SEMILLAS, que trabalha de forma próxima com a seccional da Agrosolidaria Tibasosa. Também publicações ou material que resultam das escolas agroecológicas, a comercialização solidária e atividades que se constituem em recursos culturais.

Outro dispositivo utilizado pela Agrosolidaria, talvez o mais usado, são as redes pessoais, que são dispositivos de julgamento pessoais. Têm a ver com o uso das redes de amigos, vizinhos, colegas como guias para avaliar a qualidade de produtos ou se mobilizar para objetivos comuns à Agrosolidaria. Os grupos associativos de produtos são grupos que se constituíram muitas nas relações de vizinhança. As redes pessoais se relacionam tanto com os recursos humanos como morais, pois os laços e o trabalho comunitário, a assessoria técnica e diferentes articulações dependem muito dessas conexões entre as redes no interior e fora do movimento. As redes pessoais permitem a participação também em outros espaços de redes políticas nacionais e latino-americanas de economia solidária, finanças solidárias, comércio justo.

Finalmente, o terceiro dispositivo utilizado pela Agrosolidaria são as denominações, em sua maioria selos de produção orgânica, agroecológica e outros tipos de denominações relacionadas às práticas de economia solidária. Relaciona-se somente em parte com alguns recursos materiais que facilitam que essas denominações aconteçam, como os recursos financeiros para as certificações ou para o fortalecimento institucional que permita melhorar certo tipo de padrão. Alguns produtos da Agrosolidaria têm selos de terceira parte e outros têm selos dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG). Mas a maioria dos produtos processados tem uma marca própria e um selo que os identifica como um produto Agrosolidaria, como é o exemplo da Quinoa Sorocava.

Figura 18 – Selo e marca da Quinoa Sorocá – Agrosolidaria.



Fonte: Agrosolidaria

Para simplificar essa relação entre os dispositivos de julgamento utilizados pela Agrosolidaria e os recursos (atividades), apresenta o quadro a seguir.

Quadro 15 – Recursos e dispositivos de julgamento.

Recursos		Dispositivos de julgamento
Cultural – Sócio-organizacionais	Realização de oficinas de promoção Ano da Agricultura Familiar; publicações sobre a história da agroecologia na Colômbia ou sobre práticas de economia solidária e agricultura familiar; livros sobre economia solidária e paz; rádio comunitária SEMILLAS.	Cicerones
Humanos	Trabalho comunitário, assessoria técnica, grupos de formação, trabalho de incidência política, articulações das lideranças, realização de assembleias, encontros, reuniões, trabalho de pesquisa de professores universitários, entre outros.	Redes pessoais

Morais	Laços comunitários de apoio entre grupos associativos, federações e seccionais.	
Materiais	Apoios financeiros de projetos do governo, cooperação internacional ou parceiros locais.	Denominações

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3 ANÁLISE DOS *FRAMES* DA AGROSOLIDARIA

Como já foi dito no capítulo anterior, esta pesquisa é, em certa medida, dedicada à análise da estrutura cultural do mercado, isto é, seus significados e crenças compartilhados, além dos valores subjacentes aos processos de intercâmbio. Nessa direção, reforça-se o interesse em compreender o modo como os atores sociais produzem e preservam certas crenças coletivas que funcionam como critérios de legitimidade de determinadas atividades e também de mobilização de recursos (*frames*).

Recorrendo uma vez mais ao método e à ferramenta do *frame analysis*, no caso da Agrosolidaria foram identificados seis grandes *master frames* com base no conteúdo das entrevistas em profundidade. São eles: a economia solidária, a agroecologia e a agricultura familiar camponesa, a articulação e incidência política, a autonomia, a soberania e a segurança alimentar e, por fim, os circuitos econômicos solidários.

Também aqui cada um dos *master frames* compreende vastos esquemas interpretativos que dizem respeito a um ou mais movimentos sociais. Assim, por exemplo, a soberania e a segurança alimentar se referem não apenas ao *frame* de mesmo nome, mas também ao *frame* de agroecologia e agricultura familiar camponesa. São, nesse sentido, esquemas em que se reflete o trabalho cultural de mais de um movimento social.

Assim como no caso equatoriano, na realidade colombiana foi possível perceber que o compartilhamento de significados e identidades entre os atores⁵⁹ de mercados conduz à construção de critérios de valoração. É o caso dos *frames* articulados.

59 Estes *frames* foram identificados nas entrevistas com os atores identificados no ponto 4.2 deste capítulo: representantes de Agrosolidaria em Engativá (Cundinamarca), em Tibasosa (Boyacá), entre eles um dos produtores de quinoa, representantes da Confederação Agrosolidaria Colômbia. Em Bogotá entrevistas com a Rede de Economia Social e Solidária de Colômbia - REDESS e com representantes da Universidad Cooperativa de Colombia (INDESCO) e da Universidade Javeriana (Departamento de Desarrollo Rural e Regional).

Contudo, as afirmações dos atores que se referem aos *frames*, mas que não estão articulados com a identificação de problemas, soluções, estratégias ou motivações, são igualmente importantes porque fazem parte do discurso dos atores na construção dos seus valores e crenças compartilhadas.

Nessa direção, cada um dos *master frames* identificados abarca um certo número de categorias que ficam evidentes no discurso dos atores, como é possível observar na seguinte lista:

- 1) economia solidária: organizações solidárias, paz, formalização, cooperativismo, comércio justo, diversidade de práticas, circuitos, feiras, princípios, redes, finanças solidárias, associativismo, leis, agricultura familiar, agroecologia, integração, políticas públicas, setor econômico, movimento social de economia solidária, universidades, bem viver;
- 2) autonomia: trocas, intercâmbios de experiências e conhecimentos, horizontalidade, organização, território, autonomia, autogestão, participação, sustentabilidade, sensibilização, reciprocidade, associatividade, participação, governança, liderança, jovens, laços, vínculos, herdeiros solidários;
- 3) agroecologia e agricultura familiar camponesa: escolas agroecológicas, sementes, alimentação saudável, economia camponesa, sistemas participativos de garantia, certificação, sementes, saúde, consumo agroecológico, mercados solidários, pequeno produtor, soberania e segurança alimentar, bem comum, mulher camponesa;
- 4) soberania e segurança alimentar: movimento camponês, agricultura familiar, alimentação, lideranças, consumidores, mobilização, alianças.
- 5) articulação e incidência política: leis, circuitos econômicos solidários, governo, economia solidária, política pública, movimento agroecológico, universidades, movimento de agricultura familiar, redes, pós-conflito, agenda pública, governança e participação, sementes, mudanças na agricultura, lei de economia solidária;
- 6) circuitos econômicos solidários: circuitos curtos, produção, comercialização, finanças, distribuição e consumo solidário, turismo comunitário.

Por outro lado, para entender melhor a análise dos *frames*, identificaram-se

algumas afirmações que se constituem em afirmações de diagnóstico, prognóstico e motivação. Essas afirmações dão uma ideia de como são utilizados os discursos para identificar problemas, prever soluções ou encontrar estratégias e para motivar a entrada de novos atores, por exemplo. Isso pode ser observado no quadro 17.

Quadro 16 – frames analysis – Agrosolidaria.

<i>Master frames</i>	<i>Diagnóstico – prognóstico – motivação (frame analysis)</i>
Economia solidária	<p>“[...] la conyuntura del país exige que como movimiento nos expresemos rapidamente en torno al tema de paz y economía Solidaria” (Confederação Agrosolidaria Colômbia – uso diagnóstico e prognóstico).</p> <p>“REDESS es una iniciativa que surgió hace 3 años, a través de un grupo de dirigentes y organizaciones de la economía solidaria nos encontramos y dijeron que debían propiciar en el país un espacio de mayor integración en la diversidad de las formas de economía solidaria” (Representante REDESS – uso diagnóstico).</p> <p>“Entonces el tema de economía solidaria es un tema de mucha importancia porque sabemos que determina mucho que el eje de agroecología, de agricultura familiar se materialize en un eje de bien comun, que es la economía solidaria” (Confederação Agrosolidaria Colômbia – uso motivacional).</p>
Autonomia	<p>“No hay cambio social sin movimiento social, actores que se empoderen, es ayudar a construir a estos para empoderamiento. Ese es el papel de las universidades” (Universidad Cooperativa – INDESCO – uso motivacional).</p> <p>“Entonces no nos interesa pagarle mal al campesino sino poderle pagar bien y no hacer lo que hacen los supermercados como los fruver donde pueden conseguir dos libras de tomate por 1000 pesos pero entonces al campesino no se le está pagando nada y eso no nos</p>

	<p>interesa” (Agrosolidaria Engativá – uso diagnóstico).</p>
<p>Agroecologia e agricultura familiar camponesa</p>	<p>“En el tema de agricultura familiar, que es el otro movimiento que creo yo es muy actual y debes de referenciar, hemos sido activos y que conecta agricultura familiar y economía solidaria, o agricultura familiar y agroecología, agricultura familiar y comercio justo” (Confederação Agrosolidaria Colômbia – uso geral não articulado).</p> <p>“El tema agroecológico tenemos algunas debilidades que las hemos estado analizando estos días y estamos intentando buscarle salidas. Nosotros planteamos que mientras Agrosolidaria no tenga una escuela agroecológica permanente, que sea tipo escuela formal o medio informal, con ciertos seminarios y actividades, el proceso de llevar las familias del segundo nivel, al nivel agroecológico, y que estas familias más agroecológicas le compartan a las otras familias a través de una escuela” (Confederação Agrosolidaria Colômbia – uso diagnóstico e prognóstico).</p> <p>“El objetivo es que la gente de Bogotá pueda acceder a alimentos limpios, a precios justos, ese es nuestro objetivo, que sea algo que funcione” (Agrosolidaria Engativá – uso motivacional).</p>
<p>Soberania e segurança alimentar</p>	<p>“El tema de soberania y seguridad alimentaria lo estamos intentando mover pero yo siento que todavía no tiene la fuerza. Primero estamos en todo el debate si es soberanía, autonomía, seguridad, por eso fue que en ASASAN nos aliviamos el problema adoptando los tres nombre, entonces es Alianza por la Soberanía, Autonomía, Seguridad alimentaria y nutricional” (Confederação Agrosolidaria Colômbia – uso diagnóstico e prognóstico).</p> <p>“Agrosolidaria esta en el IFSN (Red Internacional de Seguridad Alimentar) y la Coalición de los Pueblos por la Soberania Alimentar” (Confederação Agrosolidaria Colômbia – uso não articulado).</p>

Articulação e incidência política	“Tenemos muchos aliados. Por ejemplo con la UNAD (Universidad Nacional Abierta y a Distancia) tenemos un convenio para que los chicos sigan estudiando, con CONFIAR tenemos un apoyo en la parte financiera, Ayuda en Acción fue cuando el proyecto que llego aquí para que tuviéramos estas instalaciones, Semillas que es un nuestra madre por así decirlo” (Agrosolidaria Boyaca – uso não articulado).
	“Las naciones unidas ayudaron a conceptuar el tema en el país de agricultura familiar, haciendo lanzamientos con otras redes de agricultores nacionales y el tema comenzó a ser visible en la agenda pública” (Confederação Agrosolidaria – uso não articulado).

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação aos circuitos econômicos solidários, também nesse caso a análise desse *master frame* foi feita num quadro separado, dado o interesse de observá-lo com mais detalhe. O resultado da análise do *frame* de circuitos na Agrosolidaria diagnosticou problemas similares aos identificados no meSSe na produção, na distribuição e no consumo. Também se pode identificar um discurso específico realizado por esses atores sobre a construção de mercados alternativos, incluindo todos os elos dos circuitos econômicos solidários para Agrosolidaria (Financiamento – Produção – Transformação – Distribuição – Consumo) (quadro 18).

Quadro 17 – Master frame – *circuitos econômicos solidários Agrosolidaria.*

	Master frame
Uso	Circuitos econômicos solidários
Uso geral (não articulado)	“El grupo de Engativá agrosolidaria es fundamentalmente un grupo asociativo de distribución. Dedicado a hacer distribución, con el principio de margen justo para el distribuidor, precio justo al productor, precio justo al consumidor” (Confederação Agrosolidaria – distribuição e consumo).
	“En cada seccional están todos los eslabones del circuito”

<p>Diagnóstico (uso articulado)</p>	<p>(Confederação Agrosolidaria – circuito).</p> <p>“El mercado es una creación humana, primero como una lógica muy natural de intercambiar, no solo bienes materiales sino también conocimiento, servicios, nació así el mercado del trueque, del intercambio, luego se monetizó” (Confederação Agrosolidaria – distribuição).</p>
	<p>“Hay veces que es también cuestión logística, por ejemplo esta vez salieron solo tres bandejas de orellanas (un tipo de champiñón), entonces no se justifica poner a moverse al productor por tres bandejas de orellanas. Entonces cosas como esas pasan” (Agrosolidaria Engativá – produção).</p> <p>“Esta zona se convirtió una zona de siembra de cebolla en cantidad..a veces eso se revierte para el agricultor en recursos, y otras veces se lo quita todo. Las tierras se están deteriorando no por la producción como tal sino por los agroquímicos que le están aplicando” (Produtor Quinoa Agrosolidaria Tibasosa – produção).</p> <p>“Tener un punto fijo cuando tu no tienes una red de consumo consciente, tu sales al libre mercado, abres la tienda como cualquier tienda, por más de que pongas el letrero de Agrosolidaria, comercio justo, productos agroecológicos, por más de eso, a la psiquis de consumidor no le interesa, no quiere saber, porque no se ha hecho un trabajo en eso” (Confederação Agrosolidaria – consumo).</p>
	<p>“El nivel de organización del consumo agroecológico es muy débil en Colombia y ahí hay que trabajarle muchísimo, porque sino no se da el circuito de garantía porque yo no puedo auto certificarme, a mi me certifica otro” (Confederação Agrosolidaria - consumo).</p>
<p>Prognóstico</p>	<p>“Entonces podríamos decir que ofrecer un mercado barato no es fácil en este momento, entonces el acceso para que personas pobres</p>

<p>(uso articulado)</p>	<p>tengan alimentos limpios todavia esta lejos, pero pues de alguna forma ese en nuestro objetivo en la medida que esto se vaya masificando, vaya creciendo” (Agrosolidaria Engativá – distribuição).</p> <p>“Ya en términos de mercados para el caso de Agrosolidaria el que más funciona es la Ecoferia, semanal o dos veces por semana” (Confederação Agrosolidaria – distribuição).</p> <p>“Nosotros tenemos créditos en Chivatá, Duitama, Federación de El Tambo, en Gámeza, Granada Cince, Riohacha, Socotá, Sogamoso, Tibasosa, Vianí, Pisba, etc. Esto lo vamos actualizando todos los meses. Ahora se va adquirir un software para hacerle seguimiento a los fondos solidarios de todas las seccionales, porque tenemos un cuadrito de excel, eso será dentro de 3 meses” (Agrosolidaria Boyacá – finanças solidárias).</p> <p>“Hemos encontrado la posibilidad de pensar un poquito diferente a lo que harian la mayoría de personas o al agricultor comun y corriente que solo piensa en sembrar, cultivar y cuanto me van a pagar. Y eso es lo que harian con cualquier cultivo tradicional. Hay que tener una idea un poquito más consciente de que es lo que se tiene que hacer” (Produtor Quinoa Agrosolidaria Tibasosa – produção).</p>
<p>Motivação (uso articulado)</p>	<p>“Las distancias de movilización de un producto, el tipo de empaque, la huella ecológica, osea la agroecología es una concepción mucho más amplia y mucho más compleja, entonces, nosotros estamos intentando hacer propuestas agroecológicas como los circuitos cortos” (Confederação Agrosolidaria – transformação).</p> <p>“Hemos ido trabajando el circuito económico solidario donde la distribución es un servicio, que lo debe brindar solidariamente alguien que no deben ser los mismos productores, nosotros no somos de esa idea de que los productores tienen que hacer de todo, dejan de</p>

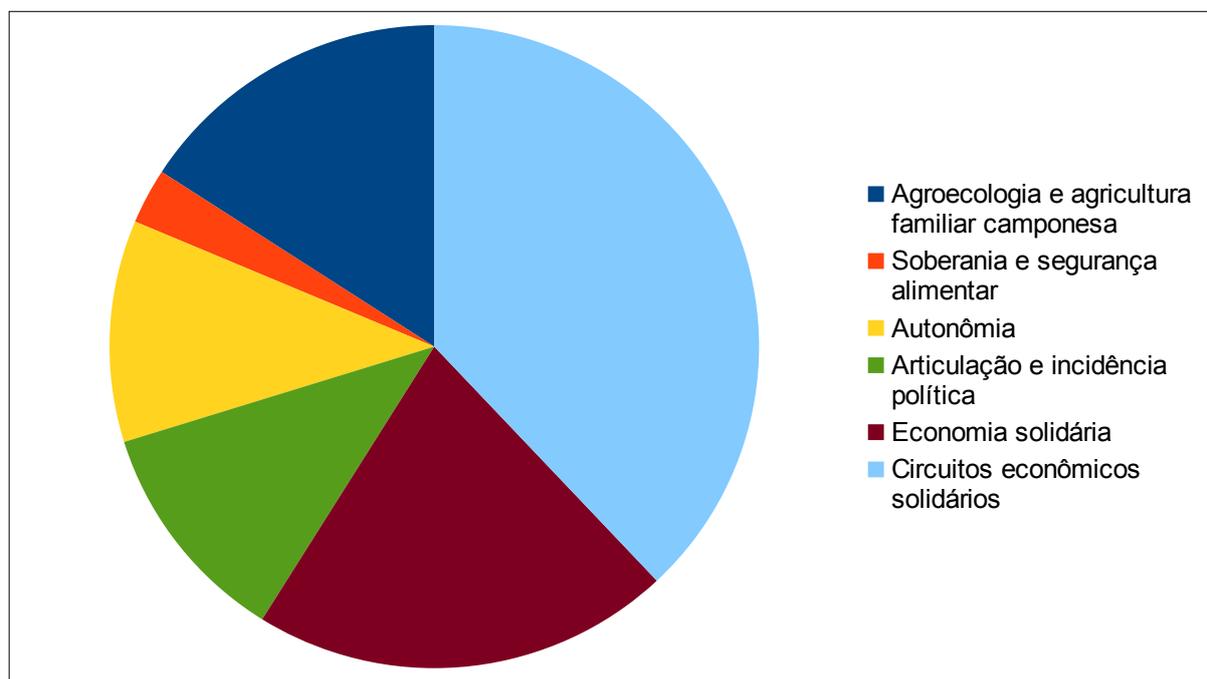
producir porque el tiempo no les da, terminan confundidos, no se especializan en nada, etc” (Confederação Agrosolidaria – consumo).

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro anterior, ressaltam-se as principais afirmações feitas pelos atores de Agrosolidaria no momento de categorizar mercados alternativos ou circuitos econômicos solidários. De maneira geral, os usos dados às afirmações prognósticas são sobre as opções para acessar mercados, como tornar o consumo de produtos agroecológicos mais popular e o melhoramento de sistemas organizativos para os fundos e as finanças solidárias nas seccionais e nas federações da Agrosolidaria de maneira geral. As afirmações de diagnóstico de problemas são mais focadas nos problemas na distribuição, questões logísticas, do uso da terra e a dificuldade no fortalecimento de redes próprias de consumo. As afirmações de motivação ajudam a entender o que representa para os atores fazer parte circuitos e os objetivos que os mobilizam a respeito da construção de mercados alternativos.

Numa imagem das referências feitas em cada categoria dos *master frames*, aparecem os circuitos econômicos solidários como uma estrutura analítica e conceitual muito utilizada pela Agrosolidaria (circuitos para Agrosolidaria entendidos como o processo em que se integram a financiamento, a produção, a transformação, a distribuição e o consumo). Depois dos circuitos seguem os *master frames* de economia solidária e da agroecologia e agricultura familiar, depois estão os *frames* de articulação e incidência política, autonomia e soberania e segurança alimentar como se mostra na figura 19.

Figura 19 – *Master frames* Agrosolidaria.



Fonte: Elaborada pela autora.

Por outro lado, podem ser pensados códigos culturais para os três principais *master frames* identificados. Esses códigos são aquele que motivariam a entrada em novos mercados e manteriam o interesse dos atores da Agrosolidaria. Assim, os códigos culturais para cada *master frame* seriam:

- Circuitos econômicos solidários: mercado alternativo – mercado hegemônico;
- Economia solidária: justo – injusto;
- Agroecologia e agricultura familiar camponesa: saudável – nocivo.

Para propor esses códigos, identificaram-se as palavras mais utilizadas em cada *master frame*. Palavras que se convertem em códigos culturais ao serem pensadas numa relação binária com códigos opostos. Assim, atores entrevistados que falavam de circuitos falavam também da importância de mercados alternativos. A oposição a esse mercado “alternativo” neste caso dos circuitos seria um mercado “hegemônico”. Os atores que se referiam ao *master frame* de economia solidária relacionaram seus princípios à justiça. Assim, o código proposto neste *master frame* foi justo – injusto. Finalmente, para agroecologia e agricultura familiar camponesa, propõe-se o código saudável – nocivo, pois uma grande parte dos atores se referem à agroecologia e à agricultura familiar como algo saudável, natural, e o oposto seria nocivo, artificial,

químico. Em diálogo com Weber, Heinze e DeSoucey (2008), os códigos têm estruturas opostas, constroem pontes entre produtores e consumidores e estabelecem intercâmbios físicos e culturais e de critérios de avaliação.

Esses códigos culturais têm uma dimensão moral e estão também relacionados com os princípios definidos pela Agrosolidaria, que são: autonomia, interdependência, descentralização, construção coletiva de conhecimento, complementariedade de gêneros, gestão associada, relevo geracional. E os pilares que sustentam a Agrosolidaria são a integração, a organização e a reciprocidade. Esses princípios e a análise feita no capítulo ajudam na compreensão das crenças coletivas que mobilizam os atores e orientam as suas atividades.

5 MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSTRUÇÃO DE MERCADOS: A COMPARAÇÃO ENTRE MESSE E AGROSOLIDARIA

Após se descreverem as especificidades do meSSe e da Agrosolidaria, é chegada a hora de comparar esses dois movimentos, respectivamente, do Equador e da Colômbia. Retomando a perspectiva de Beckert (2009), segundo a qual os mercados enfrentam problemas de coordenação que se subdividem em problema de valor, competição e cooperação, a comparação entre ambos os movimentos se orienta pelo objetivo de identificar as estratégias utilizadas por um e outro para solucionar esses problemas. Essas estratégias, conforme o esquema analítico apresentado no primeiro capítulo, são elaboradas a partir da mobilização de recursos a resolução de problemas de coordenação e a criação de códigos culturais que se convertem em ações capazes de criar mercados.

Uma comparação entre esses dois movimentos não poderia partir senão de uma análise histórico-comparativa, pois, embora as realidades dos dois países sejam muito diferentes, pelo contexto econômico, político e social, elas apresentam características culturais muito semelhantes, especialmente em relação aos atores sociais de origem indígena e camponesa. Em conjunto, são dados importantes para compreender as semelhanças e as diferenças identificadas entre as estratégias utilizadas pelo meSSe e pela Agrosolidaria no processo de construção e coordenação de mercados de proximidade.

O Equador e a Colômbia, assim como outros países da América Latina, entraram, entre finais dos anos 1980 e começo dos anos 1990, nos Programas de Ajuste Estrutural (PAE) do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses programas aprofundaram as políticas neoliberais e, durante a década de 1990, modificou-se substancialmente a estrutura do Estado nos dois países, sendo a transformação do Estado colombiano muito maior. Nos dois países, promulgaram-se leis de reforma agrária. Se na Colômbia não aconteceram grandes mudanças na distribuição da terra, no Equador, segundo Fausto (2003), a estrutura agrária mudou de forma significativa.

A Colômbia tem tido uma aparência de estabilidade democrática, com presidentes eleitos democraticamente entre 1990 e 2014, os quais terminaram seus mandatos. O Equador, no mesmo período, teve mais de oito presidentes, e três deles tiveram os mandatos interrompidos por diversos fatores, como foi apresentado no

capítulo 3. Apesar dessa relativa instabilidade política no Equador, desde 2007 o país experimenta uma recuperação dos seus índices sociais⁶⁰, em geral atribuída às políticas do governo do Rafael Correa. Pelo contrário, a Colômbia vive uma instabilidade social muito maior, ocasionada pelo conflito armado e com um impacto maior sobre o campo colombiano.

O meSSe, apesar de estar constituído por organizações com uma história mais longa, formaliza-se em 2007 num contexto favorável politicamente. Naquele ano começa o período de governo de Correa, e o país está se preparando para a Constituinte de 2008. É assim que se encontram diversas organizações com práticas solidárias que têm como objetivo realizar uma articulação política e mostrar a diversidade de experiências de economia solidária. Por outro lado, a Agrosolidaria surge em pleno período de recrudescimento da violência e aprofundamento das políticas neoliberais, em 1994. Apesar de a palavra resistência não aparecer muito no discurso dos atores relacionados à Agrosolidaria, esta pode ser pensada como uma experiência que surge, sobretudo, da raiz de programas e projetos de organizações não governamentais que trabalham na emancipação econômica de camponeses e trabalhadores rurais excluídos das políticas dos governos colombianos.

Os cenários mudaram para as duas organizações. Hoje em dia, o governo de Correa tem limitado o trabalho com organizações não governamentais e movimentos sociais em geral, apesar de ter no país uma Constituição considerada vanguardista em termos de direitos sociais. Na Colômbia, contrariando as expectativas, e ainda com um pano de fundo neoliberal, tem começado a se dar espaços a algumas pautas dos novos movimentos sociais econômicos. Em especial a um recente movimento da agroecologia e agricultura familiar. Mesmo que os compromissos feitos pelo governo ainda não tenham sido cumpridos, pelo menos se abriu um umbral de diálogo por muito tempo negado. Mas o mais importante é a crescente mobilização dos movimentos camponeses e indígenas colombianos em questões de políticas agrárias, como foi explicado no capítulo 4.

60 O índice Nacional de NBI – Pobreza por necessidades básicas insatisfeitas passou de 51,6% em 2005 para 32,9% em 2014. No meio rural, passou de 84,3% (2005) para 55,8% (2015). No meio urbano, passou de 35,1% (2005) para 22%. Neste índice se considera pobre uma pessoa que pertence a um lar que apresenta persistentes carências na satisfação das necessidades básicas, que incluem moradia, saúde, educação e emprego. Em 2015, o Equador se encontrava no lugar 88 (0,73) do Índice de Desenvolvimento Humano; entretanto, a Colômbia ocupa o lugar 97 (0,73). O IDH é composto, principalmente, por educação, renda e saúde.

Em ambos os casos, o que se observam são panos de fundo de caráter político e econômico que incidem diretamente nas ações dos atores dos mercados. Esses cenários direcionam as estratégias e orientam os valores a partir dos quais esses atores enfrentam e reagem aos problemas aos quais estão submetidos. É no enfrentamento de tais problemas que os movimentos do meSSe e da Agrosolidaria mobilizam determinados tipos de recurso com o objetivo de construir mercados alternativos.

A Agrosolidaria é uma confederação formalmente constituída e composta por distintas federações, seccionais e grupos associativos. Organiza-se como uma confederação, mas também atua como movimento social na intersecção de distintos movimentos sociais e bandeiras como a agroecologia, a agricultura familiar, economia solidária e o comércio justo. Por outro lado, o meSSe se define como um movimento de economia social e solidária e não é uma organização jurídica. Apesar de se definir como movimento de economia solidária do Equador, também está muito próximo ao movimento de agroecologia. Alguns contras levantados por essa posição, segundo os dinamizadores do meSSe, é que a administração de recursos tem que ser feita com intermediação de outras organizações formais que fazem parte do meSSe. Mas, ao mesmo tempo, não ser uma organização jurídica oferece outras possibilidades de trabalho e incidência.

Para analisar a relação entre os recursos que os movimentos sociais podem mobilizar e a construção de mercados, tomam-se por um lado, os resultados da análise do trabalho de campo dos capítulos 3 e 4 e, por outro, o esquema analítico proposto como hipótese no capítulo 1.

Soma-se o fato de que processos de valoração têm efeitos diretos sobre os problemas de competição e cooperação. Essa é uma questão central. Considerando a complexidade da relação entre produção e consumo, os processos de valoração e consequente criação de códigos culturais são, por um lado, favoráveis à cooperação entre pessoas e organizações que passam a partilhá-los, porque reduzem o índice de insegurança entre os atores. Ainda que distantes e desconhecidos uns dos outros, esses atores tendem a ser aproximados pelos valores que compartilham. Por outro lado, e como consequência, os processos de valoração também auxiliam na solução de problemas de competição, uma vez que inibem a concorrência no interior dos movimentos e, além disso, fortalecem os mercados alternativos como unidades coesas.

Quanto à dinâmica dos processos de valoração e criação de códigos culturais e

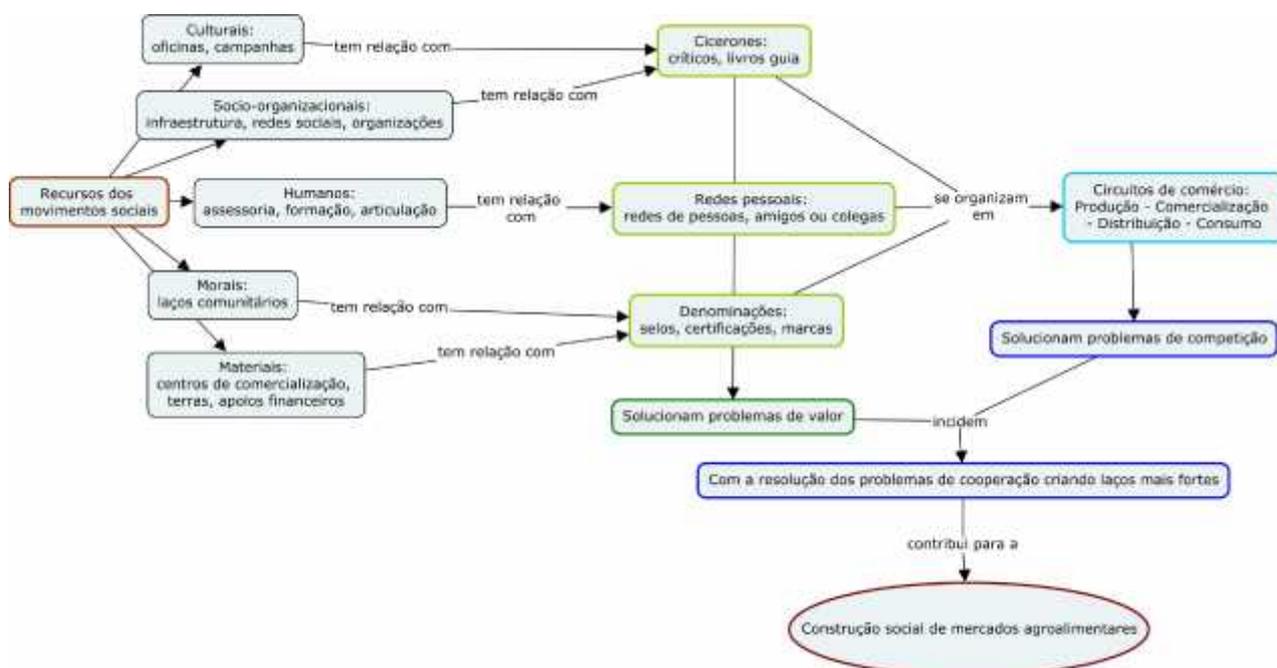
também em relação ao modo como esses códigos retroalimentam os processos de valoração, tem-se um claro exemplo no caso dos recursos humanos⁶¹. Os recursos humanos, como o trabalho dos atores nas atividades de produção e distribuição, ou a experiência de alguns deles com a comercialização podem ser transformados mediante processos de valoração que envolvem dispositivos de julgamento, como as redes pessoais. Mediante essas redes, também se mobilizam alguns códigos culturais que são criados nas relações entre os atores. Assim, legitimam-se novos espaços de mercado para os produtos agroalimentares onde tanto produtores como consumidores já têm construído um arcabouço de códigos e práticas para justificar a sua escolha em fazer parte de determinado espaço de intercâmbio.

Um caso típico é o de encontros como o 2º Encuentro Nacional Agroalimentario Colombia Territorio Agrosolidario, ocorrido em 2009. Na ocasião, cinco foram as mesas de trabalho voltadas para a formação dos atores. Temas como finanças ética e solidária, distribuição e consumo consciente, responsável e solidário, entre outros, foram trabalhados durante os três dias de duração do evento. Organizado pela Agrosolidaria e pelo Semillas, dele participaram como convidados líderes comunitários e funcionários de instituições governamentais e não governamentais. Redes de pessoas, portanto, desde a organização, a divulgação e a realização até a participação e a propagação dos códigos culturais ali debatidos.

Além do fato de os recursos contribuírem com os processos de valoração e construção de códigos culturais, há que se destacar que certos tipos de recursos estão relacionados a certos dispositivos de julgamento. Assim, os recursos humanos e morais estariam mais relacionados às redes pessoais; os recursos culturais e sócio-organizacionais, aos cicerones; e os recursos materiais, às denominações.

61 Que, como será visto, são os mais acessíveis ao meSSe e à Agrosolidaria.

Figura 20 – Esquema analítico do meSSe e da Agrosolidaria.



Fonte: Elaborada pela autora.

No Equador, os recursos mais mencionados pelos atores entrevistados no meSSe são os morais. Esses são os recursos que eles mais reconhecem ou os recursos dos quais eles mais se apropriam no discurso. Os recursos morais tendem a se originar fora dos movimentos sociais ou das organizações de movimentos sociais (EDWARD; MACCARTHY, 2004). Esses recursos são a legitimidade que conseguiram como movimento tão rapidamente desde sua criação, mas isso vem de um processo anterior de laços comunitários, redes de solidariedade e suporte. No caso da Canasta Utopia, os recursos morais têm uma estreita ligação com a Teologia da Libertação, que, para os anos 1980, teve um papel muito importante no incentivo e na constituição das comunidades eclesiais de base. Uma delas foi a que se organizou e de onde surgiu a experiência da Canasta. O papel da figura do monsenhor Riaño foi central.

Os recursos mais mencionados pelos atores entrevistados na Agrosolidaria foram os recursos sócio-organizacionais, mais especificamente o que se refere a redes sociais, grupos e organizações que mobilizam outros recursos. Isso se explica pela quantidade de articulações feitas entre a Agrosolidaria e outros atores, como redes de organizações sociais, organizações não governamentais, universidades, entre outros. A Agrosolidaria faz parte do Maela Colômbia, do movimento de economia social e solidária liderado por

REDESS, do Foro Latino-Americano e Caribenho de Finanças Rurais (FOROLACFR), da Aliança pela Soberania, Autonomia e Segurança Alimentar Nutricional (ASASAN), com a Rede Internacional de Segurança Alimentar (IFSN), entre outros espaços específicos de finanças solidárias, de comércio justo e da economia solidária em geral.

Antes que os recursos se apresentem num contexto específico e possam ser usados pelos atores dos movimentos sociais, estes devem estar acessíveis. Com base na análise realizada nos capítulos anteriores, pode-se afirmar que os recursos mais acessíveis, tanto para a Agrosolidaria como para o meSSe, são os recursos humanos. Segundo Edwards e MacCarthy (2004), os recursos humanos são mais tangíveis e mais fáceis de apreciar, pois incluem recursos como trabalho, habilidades, experiência, liderança; a sua capacidade de mobilização depende da cooperação entre as pessoas, as relações sociais e os compromissos morais.

Existem quatro mecanismos para classificar o acesso aos recursos, que são: a agregação de componentes, a autoprodução, a cooptação-apropriação e o patrocínio (EDWARD; MACCARTHY, 2004). A agregação de componentes se refere a quando os movimentos sociais agregam recursos privados a fim de alcançar objetivos coletivos. Por exemplo, agregam recursos morais publicando listas de organizações que apoiaram determinados projetos ou doadores. Os recursos culturais podem ser agregados nos movimentos, por exemplo, em conferências em que ativistas de diversos grupos se reúnem para compartilhar informações, como conferências ou encontros específicos de finanças solidárias, comércio justo, agroecologia, entre outras.

Um segundo mecanismo é o de autoprodução. Os movimentos autoproduzem recursos humanos por meio da formação de lideranças de base e socialização dos valores e das práticas do movimento com suas famílias e pessoas mais próximas. A autoprodução de recursos também tem a ver com itens que os movimentos produzem para vender e tem um significado simbólico com cartazes, camisetas, canecas de café e até venda de bolos e biscoitos. No caso da Agrosolidaria, o exemplo mais claro de autoprodução de recursos humanos é o programa de *Herederos Agrosolidari@s*⁶². Este é um programa que nutre o objetivo de que crianças e jovens, filhos das famílias associadas, tenham espaços de participação, lideranças e gerem seus próprios processos organizativos, produtivos, comerciais e, assim, sejam uma garantia de continuidade da tarefa da Agrosolidaria. No caso do meSSe, as organizações produzem muito material

62 Quer dizer herdeiros e herdeiras.

impresso, como calendários, cartazes e programas de rádio sobre receitas com produtos nativos, nos quais se promove o consumo consciente. Dentro dessa autoprodução estaria a campanha nacional de *Que rico es!*, que lhes deu muita visibilidade e mais pessoas aderiram ao movimento, sobretudo consumidores.

Um terceiro mecanismo é o de apropriação – cooptação. A cooptação refere-se ao empréstimo permitido de recursos que já foram agregados pelos movimentos sociais. E a apropriação se refere à exploração dos recursos previamente agregados (EDWARD; MACCARTHY, 2004). Um exemplo desse mecanismo é a apropriação da ideia de cestas comunitárias no Equador por parte do MAGAP, onde surgiu um novo conceito de cestas, não mais para a comunidade local, mas para os funcionários públicos de Quito. A associação de produtoras (Cayambe – norte de Quito) organiza as cestas, as quais depois são transportadas até a capital, onde se realiza a entrega ao ministério. A experiência de cestas nas quais os funcionários do MAGAP se basearam são aquelas relacionadas à Red Canasta y Vida, em especial à Canasta Utopía de Riobamba. A ideia das cestas comunitárias, como foi explicado no capítulo 3, começou nas comunidades de base e tem um perfil diferente do das cestas criadas pela Coordenação de Circuitos do MAGAP. Umas são para a comunidade da periferia e são organizadas pelos consumidores e a outra é para os funcionários públicos de classe média e quem a organiza são os produtores. No entanto, a experiência da cesta Cayambe-Quito está sendo importante para fortalecer os laços comunitários e a articulação entre as próprias produtoras de Cayambe.

O quarto mecanismo é o de patrocínio e refere-se à doação de recursos ou subsídios por parte de organizações ou indivíduos. Em alguns casos, esse patrocínio exerce algum grau do controle sobre como o dinheiro deve ser usado ou pode até ter influência sobre decisões políticas. Mas essa não é necessariamente a realidade de todos os patrocínios. Por exemplo, a Agrosolidaria Engativá teve patrocínio do Swiss Aid para a compra de refrigeradores e algumas máquinas para a montagem do centro de distribuição. O Swiss Aid também financiou vários projetos de fortalecimento de organizações do meSSe e tem um papel importante na região do Chimborazo, onde a Canasta Utopia se encontra. Assim, cooperantes ou patrocinadores como Swiss Aid financiam linhas específicas como a agricultura agroecológica ou a comercialização associativa, mas as organizações conservam a autonomia de definição dos seus projetos. Para entender melhor os exemplos dados sobre os meios de acesso dessas duas

organizações, apresenta-se o quadro 19.

Quadro 18 – Meios de acesso a recursos dos movimentos sociais e organizações de movimentos sociais.

Meios de acesso	Morais	Culturais	Sócio-organizacionais	Humanos	Materiais
Agregação	Lista de apoiadores; conselhos fiscais, gestores ou coordenadores.	Escolas dos próprios movimentos: escola agroecológica.	Construindo redes; formando coalizões.	Integrando novos membros.	Contribuição de associados; doações de não membros.
Autoprodução	Autoridade moral para a efetivação das atividades.	Grupos de trabalho; bandeiras; música; história.	Fundando organizações de movimentos sociais.	Assessorias; treinamentos; lideranças do movimento.	Itens alusivos aos movimentos para a venda; eventos para arrecadação de fundos.
Co-optação	Articulação com grupos específicos.	Links a outras organizações e suas publicações.	Mobilizações internas; novos membros de organizações existentes.	Membros organizacionais; recrutamento em rede.	Espaço de oficina; transportes.
Apropriação					
Patrocínio	Pessoas ou organizações que dão reconhecimento ao trabalho das organizações.	Reconhecimento de práticas para estabelecer confiança.	Listas de <i>e-mails</i> e telefones de pessoas simpatizantes do movimento; grupos de discussão.	Provendo assistência técnica; provendo recursos humanos.	Contratos de prestação de serviços; doação de fundações.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Edwards e MacCarthy (2004, p. 132-133).

Esse quadro ajuda a classificar melhor os recursos segundo a forma de acessá-los. Além do acesso, na análise de atores e recurso dos capítulos 3 e 4 também foi observado quais são os atores que circulam melhor entre os recursos e os demais atores. Tanto no meSSe como na Agrosolidaria esses atores são aqueles que têm uma atuação não só no nível local, mas nacional e, por vezes, internacional. Na Agrosolidaria é a Confederação Agrosolidaria a que tem uma maior mobilidade e maior articulação entre as seccionais, as federações e com outras organizações sociais na Colômbia e na América Latina. A conectividade também se relaciona com o maior fluxo de informações. No caso do meSSe, os atores mais bem conectados são os dinamizadores do meSSe em nível nacional e os atores das organizações de turismo comunitário. Estas últimas devido ao fato de se articularem com outros movimentos sociais indígenas e camponeses.

Essas não são as únicas semelhanças identificadas em relação a ambos os movimentos. Os *master frames* identificados tanto no meSSe como na Agrosolidaria também foram muito similares. Isso quer dizer que nas duas experiências confluem crenças, significados e valores que guiam os processos de intercâmbio e, por isso, talvez em contextos políticos, sociais e econômicos tão diferentes, construam-se experiências com uma estrutura cultural tão semelhante. Ou talvez seja aplicável o raciocínio inverso, isto é, que diante de estruturas culturais tão semelhantes sejam desenvolvidas estratégias similares.

Os *frames* representam esquemas interpretativos de vários movimentos sociais, como economia solidária, agroecologia, soberania alimentar e agricultura familiar. A seguir, apresenta-se um quadro comparativo do que movimenta os *frames* em cada organização e quais são as possíveis soluções e motivações apresentadas.

Quadro 19 – Comparação entre os frames meSSe e Agrosolidaria.

<i>Frame</i>	messe	Agrosolidaria
Economia solidária	A economia solidária contribui para a construção da identidade. Isso acontece nas feiras, expressão máxima da economia solidária. As	A economia solidária articula outros movimentos, como o da agroecologia e da agricultura familiar. Esta busca o bem comum e ser também um espaço

	organizações que fazem economia solidária incidem nas reformas constitucionais.	de integração da diversidade de práticas. Como movimento se expressa em torno do tema da paz.
Agroecologia e agricultura familiar	Nas feiras se conhecem os produtores de uma forma mais próxima, sabe-se quem eles são, o que semeiam e como semeiam. Sabe-se que eles não colocam produtos químicos. Agroecologia é vida, é saúde. No meSSe se ensina a quem faz parte como se deve comer, o que faz bem.	Existe uma necessidade de escolas agroecológicas para ajudar alguns produtores a fazer a transição, já que nem todos abandonaram o uso de agrotóxicos. Tem novo papel da agricultura familiar, que atualmente se conecta à economia solidária, à agroecologia e ao comércio justo.
Soberania e segurança alimentar	Soberania alimentar é alimentar a família, assegurar o sustento. Parte da essência dos circuitos é fortalecer a soberania alimentar.	Participa de diversas alianças e redes para a soberania, a segurança e a autonomia alimentar. Ainda é um debate novo.
Resistência e autonomia comunitária	O meSSe tem sido reconhecido pela sua força, resistência e prioriza os pobres do campo e da cidade que estão separados pelo sistema. As mingas como forma de trabalho coletivo nos Andes, para trabalhar as terras comunitárias ou familiares.	A universidade tem um papel em ajudar a construir um empoderamento do movimento social. Na Agrosolidaria existe um respeito pelo preço justo, que tem que ser pago aos agricultores ou pelos consumidores.
Articulação e incidência política	O meSSe busca incidir nas políticas públicas como articulador das práticas de economia solidária em nível nacional. Também cada localidade trabalha na articulação.	A Agrosolidaria realiza articulações para infraestrutura, fortalecimento institucional, entre outras formas de apoio. Realiza incidência em políticas

		públicas e se articula com organismos internacionais para aumentar a visibilidade de alguns temas na agenda pública.
Circuitos econômicos solidários	Para o meSSe, os circuitos têm dois objetivos fundamentais, construir mercados solidários (feiras, cestas, vendas diretas, etc.) e fortalecer os grupos de consumo solidário.	Nos circuitos da Agrosolidaria, a distribuição é um serviço que deve ser oferecido solidariamente por outros atores que não sejam os mesmos produtores. A ideia é que os produtores não tenham que fazer várias coisas ao mesmo tempo. Deixar as vendas para outro elo do circuito como forma de evitar que a produção seja comprometida.
Bem Viver	O bem viver é uma forma diferente de viver. A cesta é uma maneira de plasmar o bem viver, pois fortalece os produtores, promove a diversidade da produção.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se vê no quadro 20, na Agrosolidaria o Bem Viver não é um *master frame*. Não porque não seja importante, mas porque não está constituído como um *frame* em si. Fala-se de bem viver, mas também de bem-estar, e bem comum. Isso porque, para a Agrosolidaria, o bem viver já está imerso nos princípios da economia solidária e da agroecologia em si. Por outro lado, no Equador, o Bem viver foi algo que, além de representar práticas ancestrais de cuidado, também representa uma institucionalidade sobre a qual se desenvolveram e se trabalharam políticas públicas.

Outra questão que é preciso ressaltar é que o *frame* relacionado com autonomia, no Equador, tem o nome de Resistência e Autonomia Comunitária, porque foram bandeiras destacadas pelos entrevistados. Mas, na Colômbia, os atores da Agrosolidaria

falaram mais em Autonomia e as formas pensadas por eles para que isso aconteça. A palavra resistência não aparece muito no discurso dos atores relacionados à Agrosolidaria apesar de ser estratégia de sobrevivência de grupos sociais vítimas da violência de Estado e do neoliberalismo. Uma possível explicação para essa ausência seja talvez a própria experiência de décadas de violência e o temor a ela.

Diferentemente do caso do meSSe no Equador, na Agrosolidaria a perspectiva do consumo político com o compromisso de participar das visitas aos produtores, levantar informações e participar em reuniões ainda é frágil. O nível de organização do consumo agroecológico é ainda muito fraco na Colômbia e isso é algo que está sendo trabalhado para fortalecer os circuitos. Atualmente, na Colômbia, a economia solidária é muito mais reconhecida como um setor da economia do que como um sistema que envolva uma diversidade de práticas e atividades econômicas com outros princípios e lógicas.

De qualquer modo, é importante perceber que os *master frames* são responsáveis por conferir valor político aos mercados. Assim, por exemplo, os sete *frames* do meSSe e os seis *frames* da Agrosolidaria contribuem com o processo de valoração e construção de códigos culturais, mas não apenas, já que também incidem sobre os problemas da competição e da cooperação. No primeiro caso porque são responsáveis pela geração de códigos ético-morais que alimentam um tipo específico de mercado, cujos princípios conectam produtores, consumidores e outros atores por afinidade de ideias, comportamentos, intenções e formas de ver o mundo. No segundo caso porque, sendo conectores entre pessoas, os *frames* favorecem a cooperação pela transformação de recursos individuais em recursos coletivos.

É importante mostrar como Agrosolidaria e meSSe enfrentam os problemas de coordenação (valor, competição e cooperação). No problema do valor, os dois movimentos enfrentam dificuldades parecidas a respeito da necessidade de fortalecimento da relação entre produção e consumo e, sobretudo, da construção das preferências dos atores nos mercados. A valoração resulta então de diversos processos, em que os atores de mercados dão valor aos produtos, e entre esses processos estão os dispositivos de julgamento que já foram assinalados nos capítulos anteriores. O uso de cicerones, redes pessoais e denominações faz parte da forma como esses movimentos enfrentam seu problema de valor.

Para ajudar na construção de preferências dos consumidores e de permanência

dos produtores, no meSSe se realizam oficinas de formação, cineforos educativos sobre agricultura e alimentação, entre outros temas. Também se realizam eventos sobre as tradições culturais de cada organização ou região. Eles apostam na organização das atividades econômicas na forma de circuitos com uma ênfase na educação para o consumo. Na Agrosolidaria, dá-se um valor especial às escolas agroecológicas e às transformações que elas podem trazer para os agricultores e suas famílias.

Outro problema é o da competição. Produtores desses movimentos são excluídos dos mercados convencionais e eles se organizam com a expectativa de estabelecer estruturas de mercado que os protejam da competição. Segundo Beckert (2009), estruturar a competição não somente resolve um problema de coordenação, mas pode resultar numa distribuição das iniquidades de poder dos atores no mercado. As formas de enfrentar essa exclusão são basicamente a organização em circuitos econômicos solidários e outras formas de circuitos curtos.

No meSSe, por exemplo, a cesta Utopia se organiza em modo de circuito, fortalece os produtores, promove a diversidade da produção e vende direto para o consumidor. Isso assegura baixos preços em comparação com outras cestas, o que lhe permite competir não só em termos de preços, mas também de qualidade por serem produtos agroecológicos. Mas o processo foi lento, conseguir preços populares para a população pobre da cidade tomou anos de organização, reuniões com os produtores e os consumidores. Por outro lado, nos mercados Agrosolidarios da seccional de Engativá apenas se começa essa tarefa de organizar a distribuição e o consumo para fechar o circuito. Por isso, ainda não se tem preços populares dos alimentos, pois os custos de transporte são altos. Mas é algo que esse grupo de distribuição tem como objetivo.

Tanto para a Agrosolidaria como para o meSSe, os espaços de mercado que mais funcionam são as feiras, sejam semanais, sejam quinzenais. As feiras continuam sendo o espaço por excelência de comercialização para esses movimentos sociais. É importante lembrar que os dois movimentos contam com sistemas de finanças solidárias para financiar suas atividades econômicas e produtivas. Essas ferramentas fazem parte da solução de problemas de competição, pois ajudam a estabelecer estruturas de mercado que os protegem da competição.

Embora nas feiras produtores e consumidores trabalhem mais na base da confiança, em outros espaços, como lojas e também nos casos de produtos processados destinados à exportação, os selos de produção orgânica atuam como importantes meios

de resolução de problemas de valor e de competição. Ao apresentarem garantias quanto à origem dos produtos e padrões de produção, os selos ampliam o potencial de mercado ao atingir consumidores que não necessariamente compartilham das mesmas preocupações sociais e até mesmo ambientais que fazem parte do universo de produtores e de parte significativa dos consumidores.

Finalmente, o problema da cooperação se refere aos riscos sociais que os atores dos mercados assumem devido ao seu conhecimento incompleto dos outros atores. Como as incertezas são tantas nos mercados, a confiança se constitui numa das soluções mais importantes ao problema da cooperação nos mercados. Tanto no meSSe como na Agrosolidaria, a cooperação tem se dado sobretudo na articulação em grupos, redes e coletivos em nível local, nacional e latino-americano. Essas redes são sobre temas especializados, procuram resolver problemas específicos e desenvolver debates sobre agroecologia, soberania alimentar, consumo, finanças, turismo comunitário, entre outras. A confiança se estabelece também no trabalho coletivo, nas *mingas*, nos laços estabelecidos nas comunidades.

Cicerones não só criam valor e auxiliam o processo de construção de mercados. Eles também atuam na coordenação dos mercados pela resolução do problema de cooperação, uma vez que reduzem o índice de insegurança dos atores de mercados ao funcionar como veículo de informação, esclarecimento e divulgação dos valores que promovem, reforçando assim os laços de confiança e proximidade.

No meSSe, houve um discurso relacionado com patrimônio cultural, interculturalidade, bem viver, pluralidade, que teve um papel em criar uma identidade e denominar essas iniciativas dentro de discursos mais amplos sobre autonomia, desenvolvimento sustentável. Na Agrosolidaria, houve mais um discurso relacionado com o campo, as raízes, os laços, o bem comum, onde também se cria uma identidade.

Nesses movimentos, os conceitos, os significados criados por eles criam também outras realidades. Criam e influenciam os atores em como eles decidem o que eles empreendem e isso vira uma realidade social. Tal é o caso dos circuitos econômicos solidários. Tanto o meSSe como a Agrosolidaria têm os circuitos como o principal *master frame*, dentro dos quais podem ser propostos códigos culturais específicos. Esses códigos são aqueles que motivem a entrada em novos mercados e mantenham o interesse dos atores. E não só isso, são os códigos nos quais os atores se identificam e tomam decisões para a construção de espaços de mercados novos ou o fortalecimento de

espaços existentes.

O código “intercâmbio – isolamento” funciona para o meSSe. Os atores se identificam mais com a palavra intercâmbio do que com a palavra mercado. E isolamento é o resultado de não participar de tal intercâmbio solidário, já que os espaços fora desses mercados criados por eles mesmos são limitados.

Por eso aquí hablamos de intercambios solidarios, la palabra intercambio para no decir comercio justo, para saber que es de productor a consumidor se le llama intercambio solidario (Dinamizadora meSSe sul).

Por outro lado, o código cultural de Agrosolidaria é “mercado solidário – mercado hegemônico”. Fala-se muito em mercado Agrosolidario, mercado solidário, como o espaço onde acontecem as trocas. Eles têm se apropriado da expressão mercado solidário, que funciona como código cultural ao representar outro tipo de mercado, que não é excludente e onde são eles quem definem as regras de acordo com seus princípios.

Necesitamos fortalecer lo que tenemos, fortalecer nuestras estructuras de gobierno, fortalecer nuestros mercados solidarios, el consumo, la estructura de producción, desarrollar el tema agroecológico, entre otras cosas (Confederação Agrosolidaria Colômbia).

Um outro *master frame* que esses dois movimentos compartilham e que é muito importante para ambos é o de Agroecologia e agricultura familiar. Foram propostos dois códigos diferentes. No meSSe funciona o código cultural de “natural – químico” e na Colômbia a agroecologia e a agricultura familiar se relaciona com o que é “saudável – nocivo”. Finalmente, outros códigos importantes são os propostos para o *frame* de resistência e autonomia comunitária no meSSe: participação – dependência; e de economia solidária na Agrosolidaria: justo – injusto. Todos esses códigos culturais ajudam a mobilizar não só recursos no interior das organizações, mas também a fortalecer as estruturas de mercados agroalimentares próprias dos movimentos.

Como se mostrou nos capítulos 3 e 4, os circuitos solidários são o *master frame* mais importante para os dois movimentos. Os circuitos de comércio enfatizam a centralidade dos significados negociados entre os atores e das relações sociais nas operações das atividades econômicas. São também um esforço para conseguir conectar vidas. Um circuito é uma estrutura que contém suas próprias atividades econômicas, sistemas de finanças, relações interpessoais, limites e significados de uma variedade de

circunstâncias que não podem ser reduzidas a mercados, redes ou empresas (ZELIZER, 2011a). Esses circuitos apresentam certas características apresentadas inicialmente no capítulo 1, e no quadro 22 se acrescenta como cada característica aparece tanto no meSSe como na Agrosolidaria.

Quadro 20 – Características dos Circuitos de Comércio no meSSe e na Agrosolidaria.

Características dos Circuitos de Comércio		Agrosolidaria – Colômbia	meSSe – Equador
(a)	relações sociais distintas entre indivíduos específicos;	Estes indivíduos específicos seriam neste caso os agricultores camponeses e indígenas, consumidores do campo e da cidade e entre eles se estabelecem relações sociais distintas. O perfil na Agrosolidaria é de homens e mulheres, na sua maioria camponeses, e uma pequena parte indígenas. O perfil de conformação do meSSe na sua maioria é de mulheres indígenas.	
(b)	compartilham atividades econômicas exercidas por meio dessas relações sociais;	Atividades de turismo comunitário, produção, grupos de consumo, comercialização e distribuição. No caso do meSSe, é a produção de alimentos, artesanato, turismo comunitário, feiras diretas, cestas. No caso da Agrosolidaria, é a produção e a distribuição de alimentos, participação em fundos solidários e pequenas iniciativas de turismo comunitário, entre outros	
(c)	criação de sistemas comuns de contabilidade para avaliar as trocas econômicas, por exemplo, formas especiais de dinheiro, moedas sociais;	Fundos rotatórios autogestionados: cada seccional tem um fundo.	<i>Cajas de ahorro</i> (pequenas poupanças) comunitárias Bancos comunitários <i>Trueques</i> ⁶³

63 Na época do *equinoccio* – entre março e abril, na Província de Imbabura (Equador), acontece um dia no ano um grande *trueque o cambeo*. Nessa prática participam quase 3.000 mil pessoas que vêm das províncias do norte do Equador e do sul da Colômbia. Trocam-se e intercambiam não somente

(d)	entendimento compartilhado do significado das transações dentro do circuito, incluindo a sua valoração moral;	Acordos coletivos Ideário Escolas agroecológicas	Agenda Política Escolas agroecológicas
(e)	uma fronteira que separa os membros dos circuitos de não membros, com algum controle sobre as operações que cruzam a fronteira;	Essas fronteiras são estabelecidas em assembleias, feiras, reuniões e todos os espaços onde se estabelecem limites entre membros e não membros.	
(f)	conhecimento mútuo dos participantes.	Assembleias Encontros nacionais Oficinas Feiras Reuniões Intercâmbios	Encontros Oficinas Cineforos Feiras Guias de feiras e consumo Reuniões Intercâmbios

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale a pena se perguntar como essas duas experiências, apesar de terem surgido em anos e contextos diferentes, apropriam-se da ideia de circuitos de comércio ou circuitos curtos. Isso pode ser explicado em parte, porque tanto o meSSe como a Agrosolidaria se articulam com redes de movimentos sociais na América Latina, com organizações não governamentais nacionais e internacionais e com outros espaços onde circulam conceitos e ideias. Nesses espaços, confluem atores encarregados de temas como o desenvolvimento rural e as alternativas para pequenos produtores, e os debates giram em torno dos impactos das cadeias longas de comercialização e dos impérios agroalimentares.

No caso do meSSe e da Agrosolidaria, não se poderia precisar em que momento essas duas organizações tomaram para si o conceito de circuitos de comércio ou

alimentos, mas também sementes e plantas, numa troca onde não circula dinheiro. É um encontro de povos indígenas, afros e mestiços que se converte numa festa intercultural e de soberania alimentar.

circuitos curtos e o internalizaram até serem circuitos econômicos solidários. Mas o que pode ser observado é que esse conceito que evolui para ser um *frame* mobiliza diversos tipos de recursos e organiza as atividades econômicas e produtivas. Além disso, a organização em circuitos se assemelha a formas de organização econômicas camponesas e indígenas nas quais a produção e o consumo (e autoconsumo) se realiza de forma integrada no interior das mesmas comunidades.

Para além de compreender os circuitos como uma estratégia de organização para alguns dos novos movimentos sociais, a comparação entre os casos permitiu entender que os recursos dos movimentos sociais são mobilizados para solucionar problemas de competição, cooperação e de valor. Esta resolução de problemas para a construção de mercados se vale de dispositivos de julgamento, da organização em circuitos de comércio e de outras estratégias para estabelecer a confiança entre produtores e consumidores. Os exemplos apresentados sustentam essa afirmação e ajudam a entender essa inter-relação de recursos e mercados por intermédio de atores específicos em cada caso. Nesse sentido os recursos humanos têm um papel decisivo na construção social de mercados agroalimentares, evidenciando que as relações de solidariedade e reciprocidade são indispensáveis e, além disso, imprimem uma identidade às dinâmicas próprias das economias locais camponesas e indígenas.

6 CONCLUSÕES

O interesse em realizar esta pesquisa surgiu, inicialmente, da pretensão de compreender um tema bastante controverso para os movimentos sociais: o mercado. Desde o princípio, considerou-se que os novos movimentos sociais econômicos possuem como traço distintivo a desmitificação do mercado como uma instituição unívoca. Sabe-se que o mercado existe desde o começo da humanidade, assim como os intercâmbios se constituem em atividades para além da compra e da venda, intercâmbios em que se constroem relações sociais, que refletem princípios, valores e as coisas nas quais as pessoas acreditam.

No começo da pesquisa, partiu-se da hipótese principal de que os recursos obtidos com a ação coletiva dos movimentos sociais eram mobilizados para a construção social de seus mercados por meio da formação de circuitos de comércio e processos de valoração dos produtos. Essa hipótese foi parcialmente suportada, e foi preciso acrescentar que não só problemas de valor precisam ser solucionados, mas também problemas de competição e de cooperação. Esses três tipos de problemas conformam os problemas de coordenação e, para a construção social de mercados, estabelecer-se-ia uma relação fundamental entre tais problemas e os recursos humanos, morais, materiais, sócio-organizacionais e culturais dos movimentos sociais como o meSSe e a Agrosolidaria.

Diferentes classes de recursos dos movimentos sociais se transformam em ações mediante a resolução de problemas de coordenação dos mercados e da internalização de certos códigos culturais. Por exemplo, os problemas de competição se resolvem especialmente mediante a organização em circuitos de comércio. Os produtores do meSSe e da Agrosolidaria se organizam com a expectativa de estabelecer estruturas de mercado que os protejam da competição. No meSSe, por exemplo, a cesta Utopia tem assegurado baixos preços em comparação com outras cestas, o que lhe permite competir não só em termos de preços, como também de qualidade, por serem produtos agroecológicos. Os problemas de cooperação têm sido resolvidos com a articulação em grupos, redes e coletivos. Já os problemas de valor têm sido resolvidos mediante o uso de dispositivos de julgamento como cicerones, denominações e, sobretudo, redes pessoais.

De maneira geral, no momento de analisar as formas encontradas pelos atores do

meSSe e da Agrosolidaria para solucionar tais problemas, encontra-se que a organização em circuitos de comércio foi uma das principais soluções propostas. Na construção dessas saídas, mobilizam-se e se constroem códigos culturais que dependem da dinâmica de cada organização. São códigos que permitem aos atores dos movimentos construir uma identidade coletiva, estabelecer o que os define como movimento. Esses códigos ou esquemas são uma ferramenta dos atores para se fortalecer em diversos sentidos. Fortalecem a identidade e, com isso, geram e estabilizam uma coesão de grupo.

Na Colômbia, esses recursos não se evidenciam de forma tão nítida quanto no Equador. Na Colômbia, foi construída uma resiliência maior devido ao contexto desfavorável aos movimentos sociais, o que resultou numa necessidade de desenvolver uma certa autonomia em relação ao Estado. A maior autonomia das organizações sociais na Colômbia fez com que os recursos utilizados muitas vezes estivessem, de alguma forma, ocultos. Já no Equador os recursos morais e humanos estão mais ao alcance dos movimentos sociais e são mais visíveis pelos diversos atores relacionados.

Esta pesquisa também avançou no entendimento da trajetória desses dois movimentos, nesses dois países, os quais, apesar de terem diferenças no seu contexto político e econômico, possuem muitas semelhanças culturais, especialmente os atores de origem indígena e camponesa. Como foi ressaltado no capítulo anterior, esses contextos são panos de fundo que incidem diretamente nas ações dos atores dos mercados, direcionam as estratégias e orientam os valores a partir dos quais esses atores enfrentam seus problemas. E é no enfrentamento de tais problemas que os movimentos mobilizam determinados tipos de recursos com o objetivo de construir mercados alternativos.

Por outro lado, o trabalho de campo permitiu conhecer de uma forma mais próxima como o meSSe e a Agrosolidaria têm se organizado e articulado. Permitiu também entender o que são os circuitos para cada uma destas organizações e qual é a relação que estes têm com os mercados. Eles trabalham na desconstrução de paradigmas arraigados profundamente nas práticas de camponeses, produtores e consumidores, os quais têm sobrevivido mudanças e todo tipo de desafios para continuar no campo. A questão da identidade tem sido cíclica, o se apropriar e se reconhecer como camponês, e ainda mais como indígenas e camponeses que trabalham as terras altas desses dois países, tem passado por diversas etapas. Por um lado tais camponeses têm passado por

etapas de discriminação, negação, rejeição e por outro, recentemente, passam por momentos de reconhecimento do papel que tem na alimentação e soberania alimentar no campo e nas cidades.

Outra característica que ambos os casos compartilham é um perfil de organização com produção agroecológica mais que orgânica. Tanto no meSSe como na Agrosolidaria tem se trabalhado na visão de ser agroecológico e passar de uma relação cliente-produto para ter uma relação consumidor–produtor. Essas duas experiências têm sido representativas nos seus países e ajudado a que outras experiências que existiam de maneira isolada se articulem e se organizem.

Este tipo de experiência de circuitos tem sido cada vez mais valorizado não só pelos consumidores, mas também pelos governos e pelos programas que começam a levar em conta tais experiências como parte da solução de problemas maiores. Tal é o caso da Agrosolidaria, que tem sido chamada junto a outras experiências da Colômbia a engrossar a lista de organizações da economia solidária que podem ajudar com algumas iniciativas pontuais para o pós-conflito armado. Essas organizações têm feito diálogos, encontros sobre como a economia solidária contribuiria com a paz e como também contribuições ao Plan Nacional de Desarrollo. Em nome da REDESS, entregaram uma lista de recomendações ao governo, e algumas estão sendo discutidas.

Nas duas organizações tem se problematizado o papel do consumidor e a transformação que este tem de passar: de um tipo de consumidor que delega ao consumidor empoderado que participa, atua. Uma grande parte dos consumidores que participam dos mercados agroecológicos na Região Andina, mesmo o consumo essencial para sobrevivência, faz um processo de avaliação alternativa. Se o processo de avaliação se baseia na existência de diferentes princípios de valor incorporado em dispositivos específicos de mercado, os dispositivos de mercado desses consumidores são modificados na prática. Os consumidores têm princípios que vêm das organizações e dos movimentos de que participam; princípios como a reciprocidade, a autonomia, as relações horizontais, entre outros.

Em iniciativas concretas como a Canasta Utopia, os consumidores passaram do tipo que delega a consumidores do tipo empoderado. No começo, eles compravam da produção local mais barata, como o Ceasa, somente, sem se preocupar que fossem produtos com agrotóxicos. Com o tempo, esses mesmos consumidores começaram a se preocupar sobre quem produzia e como os alimentos eram produzidos e a construir

relações mais fortes com outros atores dos mercados, como os produtores rurais. Eles mudaram suas prioridades e promoveram a produção agroecológica, a economia solidária e os circuitos interculturais e incentivaram a proximidade entre produtores e consumidores do campo e das cidades. Todos esses atores e os mercados que foram sendo criados revelam uma forte conexão com os recursos dos movimentos sociais, especialmente com os recursos humanos, sócio-organizacionais e morais.

Esta pesquisa teve algumas limitações para realizar o que seria a segunda fase do trabalho de campo. No entanto, as entrevistas em profundidade realizadas e a pesquisa documental foram suficientes para cumprir os objetivos propostos e compreender como acontece a construção de mercados nessas regiões. Os casos estudados, assim como esta pesquisa, enfrentam alguns desafios e contradições que precisam ser superados, mas deste processo ficam ganhos que se mostraram nos resultados apresentados nos capítulos anteriores.

Experiências como estas ajudam a avançar também teoricamente. A construção de mercados em realidades como as da Região Andina é visivelmente diferente. Recursos não são suficientes, resolver problemas de coordenação não é suficiente, criar e manter códigos culturais não é suficiente; é preciso que esses processos ocorram de maneira conjunta. Quando tudo isso ocorre de maneira conjunta é que os circuitos podem se organizar e articular diversas práticas. Apesar de esses circuitos conterem vários tipos de redes, não se resumem a elas, pois criam seus próprios sistemas de finanças, têm limites com atores que não são membros e propiciam o conhecimento de todos os atores em espaços como assembleias, encontros, reuniões de grupo, espaços formais e informais. Os atores identificam e legitimam produtos agroecológicos que representam diferentes princípios de valor, estabelecem relações de confiança entre produtores e consumidores e, em alguns casos, utilizam a classificação dos bens como um mecanismo de redistribuição. A rotulagem de produtos e os Sistemas Participativos de Garantia são exemplos desse último tipo de mecanismo.

Por outro lado, observa-se mais de perto a construção de mercados e o papel que o Estado teve nela. Pode ser apontado que não é apenas possível, senão desejável que esses processos se estabeleçam de maneira autônoma em relação ao Estado. E mais ainda no contexto político atual da América Latina. Isso não quer dizer que o Estado não tem um importante papel na construção desses espaços, mas que as políticas de incentivo e programas de governo não são suficientes. É necessária a resistência e a

autonomia sobretudo nesta conjuntura, para que seja pensada uma sustentabilidade de longo prazo. Vê-se assim como experiências como a Agrosolidaria e o meSSe têm se fortalecido com o tempo. No caso colombiano, mesmo nesse contexto, isto tem acontecido graças às redes, alianças e diversos recursos humanos que elaboraram estratégias para resistir num cenário desfavorável. E no caso do Equador, graças aos recursos morais e humanos tão numerosos.

Finalmente, é importante começar a direcionar o olhar para o papel que os consumidores na Colômbia e no Equador têm dentro dos movimentos sociais. Eles são diversos e não têm as mesmas características de um consumo de classe média. Talvez eles também estejam interessados em saber de onde o produto vem, como é produzido, os termos justos do intercâmbio, entre outras coisas, mas esses consumidores são, na sua maioria, de classes populares, que querem pagar menos que o preço normalmente estabelecido para os produtos orgânicos no mercado convencional. Esses consumidores discutem sobre como a comida orgânica muitas vezes é mais cara, sobre as diferenças entre orgânico e agroecológico e sobre por que é tão importante comprar diretamente do produtor. Além disso, discutem sobre a relação entre a pobreza rural e a urbana e fazem parte de diversos movimentos sociais ao mesmo tempo.

O papel ativo do consumidor em momentos em que o produtor se vê atacado das mais diversas formas faz uma grande diferença. A contribuição desde a academia, a desmitificar o mercado e a apresentar o consumo como um lugar político, é transversal à discussão que foi apresentada neste trabalho. Mostrar como a organização em circuitos não só cria grupos mais sólidos, mas é uma forma de organização de economias camponesas e indígenas justificou algumas escolhas. Compreender como esses circuitos estreitam laços e tem acesso a recursos, apontou soluções aos problemas de coordenação. Comprar direto do produtor não só é mais barato do que comprar nos supermercados ou em lojas especializadas de produtos orgânicos, mas é a base da construção desses circuitos e de todas as relações que os sustentam.

Esta tese contribuiu para entender como em realidades tão diversas no nível econômico, político e social se constroem e organizam mercados com características tão similares. A organização em circuitos de comércio é uma estratégia utilizada para a sobrevivência nesses espaços, e mais que sobrevivência, para a consolidação de dinâmicas próprias de intercâmbio. No contexto político a Colômbia com uma aparente estabilidade democrática, tem tido uma maior instabilidade social que o Equador, e por

sua vez, o Equador com uma instabilidade política tão profunda, passa a ser referência de índices sociais depois de 2007 com a chegada de Correa. Profundas incoerências acompanham os contextos destes dois países da região andina no período estudado, no entanto, com o conhecimento de tais trajetórias fica mais fácil compreender como Agrosolidaria e o meSSe têm confluído nas suas práticas e também, como os cenários mudam constantemente. As mobilizações camponesas na Colômbia e o enfraquecimento do movimento camponês no Equador são mostras dessas mudanças.

As pesquisas futuras apontam a observação de práticas de produção, consumo e distribuição das economias locais de maneira conjunta e direcionam o olhar sobretudo ao modo como as práticas culturais modelam tais atividades. Pesquisadores sobre a realidade latino-americana enfrentam ainda o desafio de compreender os mercados locais, as dinâmicas que os caracterizam e o papel que novos tipos de consumidores têm em tais mercados. Com este trabalho, espera-se ter contribuído em algum grau com a compreensão dessas realidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, UFPR, v. 26, p. 143-160, jul.-dez. 2012.

AGRICULTURA Familiar Agroecológica Campesina en la Comunidad Andina. Una opción para mejorar la seguridad alimentaria y conservar la biodiversidad. Lima: Comunidad Andina, 2014. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/upload/2011610181827revista_agroecologia.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2015.

AGUILAR, Katuska (Sist.). Agenda Política del meSSe. 2015. Disponível em: <<http://www.economiasolidaria.org/files/Agenda%20Pol%C3%ADtica%20MESSE%20final.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ALTIERI, M. A. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 93, p. 1-24, 2002.

_____; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.

ANDINO, Veronica. Compra pública inclusiva y circuitos económicos solidarios: visiones diversas del sector público y del movimiento social para hacer una economía coherente con el paradigma del Sumak Kawsay (Buen Vivir) – Estudio de caso Ecuador. Serie Políticas públicas para la economía social y solidaria. *Centro Internacional de Referencia y enlace sobre las políticas públicas en economía social y solidaria* (RELIESS), 2013. Disponível em: <<http://www.reliess.org/centredoc/upload/VAndino-poltpubyecosol-Ecuador-RELIESS-final1367861067.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

ARCHILA NEIRA, Mauricio. Luchas sociales y democracia en Colombia, 2001-2005. In: TANAKA, Martin (Ed.). *La nueva coyuntura crítica en los países andinos*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos IEP, 2009.

ASPERS, Patrik. Knowledge and valuation in markets. *Theor Soc.*, n. 38, p. 111-131, 13 dec. 2008. Disponível em: <http://www.mpifg.de/pu/mpifg_ja/Theor_Soc_38-09_Aspers.pdf>. Acesso em: 22 out. de 2015.

_____. Knowledge and valuation in markets. *Theory and Society*, vol. 38, n. 2, p. 111-131, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s11186-008-9078-9>>. Acesso em: 15 jul. de 2014.

_____. *Markets*. Cambridge: Polity Press, 2011.

_____; BECKERT, J. Value in markets. In: JENS, B.; PATRIK, A. (Eds.). *The worth*

of goods. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 3-38.

ASSIS COSTA, F. Chayanov e a especificidade camponesa. In: CARVALHO, H. M. de C. (Org). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

BEACH, Derek; PEDERSON, Rasmus Brun. *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

BECKERT, Jean. Koordination und Verteilung: Zwei Ansätze der Wirtschaftssoziologie. In: NYSSSEN, S.; VORUBA, G. (Eds.). *Die Ökonomie der Gesellschaft*. Wiesbaden: VS Verlag, 2009a.

_____. The social order of markets. *Theory and Society*, vol. 38, n. 3, p. 245-269, 2009b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s11186-008-9082-0>>. Acesso em: 27 maio 2014.

_____. How do fields change? The interrelations of institutions, networks, and cognition in the dynamics of markets. *Organization Studies*, v. 31, n. 5, p. 605-627, may 2010.

_____. The transcending power of goods: imaginative value in the economy. In: JENS, B.; PATRIK, A. (Eds.). *The worth of goods*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 106-128.

BELLON, S. et al. The relationships between organic farming and agroecology. *Embrapa*, 2011. [Separata]. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/917959/the-relationships-between-organic-farming-and-agroecology>>. Acesso em: ???

BERTUCCI, A. et al. *La economia solidaria en América Latina y el Caribe: actores, presencia, experiencias, redes; reflexion y desafios*. CELAM, SELACC Caritas, 2011. Disponível em: <http://www.economiasolidaria.org/files/CELAM_DEJUSOL_economia_solidaria_en_america_latina.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BICHON MARFAUX, Benoit. *Experiencia de Mercados Campesinos de Bogotá*. In: LACROIX, Pierril; CHENG, Gianmarco (Orgs). *Ferias y mercados de productores: Hacia nuevas relaciones campo-ciudad*. Lima: Centro Peruano de Estudios Sociales, 2014. Disponível em: <<https://dl.dropboxusercontent.com/u/81596355/Libro%20regional%20andino%20ferias%20y%20mercados%20de%20productores.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2014.

BLANCO BETANCURT, Diana Marcela. *Influencia del enfoque agroecológico en el trabajo comunitario de Agrosolidaria en Tibasosa, Boyacá*. 2012. Monografía (Graduação em Ecología) – Facultad de estudios ambientales y rurales, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2012.

BUECHLER, S. M. New social movements and new social movement theory. In: SNOW, David A. et al. *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. Hoboken: Blackwell Publishing, 2013.

BUSTOS, Blanca; BUSTOS, Hortencia. *Hacia la soberanía alimentaria: Agroecología y comercio asociativo desde experiencias andino-amazónicas*. Quito: Ediciones La Tierra, 2010.

CASTILLA CARRASCAL, Ivette Tatiana. *A construção do mercado solidário brasileiro: contribuições das redes de economia solidária*. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Agricultura familiar y circuitos cortos*. Nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2014. (Serie Seminarios y Conferencias 77).

CHAUVEAU, Christophe; TAIPE, Diana. *Circuitos Alternativos de Comercialización: estrategias de la agricultura familiar y campesina (inventario, impacto, propuesta)*. Quito: Coordinación General de Redes Comerciales, Ministério de Agricultura, Ganadería, Acuicultura y Pesca e AVSF Ecuador, 2012. Disponível em: <<http://www.avsf.org/public/posts/1561/libro-cialco-digital.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

CHENG, G. Introducción. In: LACROIX, G. C. P. (Ed.). *Ferias y mercados de productores: hacia nuevas relaciones campo-ciudad*. Lima: Centro Peruano de Estudios Sociales, 2014.

CONFECOOP. *Informe Anual Desempeño sector cooperativo colombiano*. Confecoop, un año para la historia y el comienzo de la década cooperativa. 2012. ISSN 1909-26-28.

COTERA, Alfonso. *Comercio justo Sur-Sur: problemas y potencialidades para el desarrollo del comercio justo en la Comunidad Andina de Naciones*. Lima: GRESP, 2009.

CRESS, Daniel M.; SNOW, David A. The Outcomes of Homeless Mobilization: The Influence of Organization, Disruption, Political Mediation, and Framing. *American Journal of Sociology*, 105, p. 1063-1104, 2000.

DÁVALOS, Pablo. Ecuador: las transformaciones políticas del movimiento indígena ecuatoriano. *OSAL, Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, año I, n. 1, jun. 2000. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal1/ecuador.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

DÁVILA, Ricardo. El sistema de economía solidaria en Colombia. In: PÉREZ DE URALDE, José M. (Coord.). *La Economía Social em Iberoamerica*. Madrid: Fundación Iberoamericana de la Economía Social, 2006. Disponível em: <<http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/ESIberoamerica1.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

DE LA TORRE, Carlos. *Populist seduction in Latin America*. Athens: Ohio University

Press, 2000.

_____. Movimientos sociales y procesos constituyentes en Ecuador. In: TANAKA, Martín; JÁCOME, Francine (Eds.). *Desafíos de la gobernabilidad democrática. Reformas político-institucionales y movimientos sociales en la región andina*/Martín. Lima: IEP, IDRC – CRDI, INVESP, 2010. p.245-276. (América Problema 29). Disponível em: <<https://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/46490/1/133004.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

DELLA PORTA, D; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. 2. ed. Malden: Blackwell, 2006.

_____. In-Depth Interviews. In: _____. *Methodological practices in social movement research*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 228-261.

DEVES VALDÉS, E. *O pensamento latino-americano na virada de século: temas e figuras mais relevantes*. Tradução de Gilmar Antonio Bedin. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
DIMAGGIO, Paul. Culture and economy. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (Eds.). *The handbook of Economic Sociology*. New York: Russel Sage Foundation; Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 27–57.

DUBUISSON-QUELLIER, S.; LAMINE, C. Consumer involvement in fair trade and local food systems: delegation and empowerment regimes. *GeoJournal*, v. 73, n. 1, p. 55-65, 2008.

_____. A market mediation strategy: how social movements seek to change firms' practices by promoting new principles of product valuation. *Organization Studies*, v. 34, n. 5-6, p. 683-703, 2013a.

_____. *Ethical consumption*. Halifax: Fernwood, 2013.

EDWARDS, Bob; MACCARTHY, John D. Resources and social movement mobilization. In: SOULE, Sarah A.; SNOW, David A.; HANSPETER, Riesi (Eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Malden: Blackwell, 2004. p. 116-152.

ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo. *Construcción del modelo neoliberal en Colombia*. Bogotá DC: Aurora, 2004.

_____. As reformas estruturais e a construção da ordem neoliberal na Colômbia. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Coleção Grupos de Trabalho).

FAJARDO MONTAÑA, Dario. *Colombia: dos décadas en los movimientos agrarios*. 2013. (Cahiers des Amériques latines 71). Disponível em: <<https://cal.revues.org/2690>>. Acesso em: 16 set. 2016.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. O que é economia solidária. *Ciranda*, [2013]. Disponível em: <<https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

FISCHER, E. F. *The good life: aspiration, dignity, and the anthropology of wellbeing*. Stanford: Stanford Univ. Press, 2014.

FLIGSTEIN, Neil. Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, n. 61, p. 656–673, 1996.

_____. *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2001.

_____; CALDER, Ryan. Architecture of Markets. In: SCOTT, Robert; KOSSLYN, Stephan (Eds). *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015.

_____, DAUTER, L. Sociology of Markets. *The Annual Review of Sociology*, v. 33, n. 6, p. 6-24, 2007.

_____, MCADAM, D. A. *Theory of Fields*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FONTELLA, Odil. *Governança associativa e coordenação de um novo mercado: o caso da associação gaúcha de agências digitais (AGADI/ ABRADI-RS)*. 2010. 273f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FRIEDMAD, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, vol. XXIX, n. 2, p. 93-117, 1989.

GAZOLLA, M; PELEGRINI, G. A construção social dos mercados pelos agricultores familiares: o caso das agroindústrias familiares. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48. *Anais*. Campo Grande (MS), 2010.

GENDRON, C.; BISAILLON, V.; RANCE, A. I. O. The institutionalization of fair trade: more than just a degraded form of social action. *Journal of Business Ethics*, vol. 86, p. 63-79, 2009. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40294860>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

GERARDI, L. H. O.; SALAMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M. de C. (Org). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 163-178.

GOFFMAN, E. *Frame analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GOHN, M. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set.-dez. 2008.

GORDILLO, Gustavo; MENDÉZ JERÓNIMO, Obed. *Seguridad y soberanía alimentarias: documento base para discusión*. [S.l.]: FAO, 2013.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and socials: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, n. 91, p. 481-510, nov. 1985.

_____. A theoretical agenda for economic sociology. In: GILLEN, Mauro et al. *The New Economic Sociology: Developments in an emerging field*. New York: Russell Sage Foundation, 2002. p. 35-59.

GROS, C. *Políticas de la etnicidad: Identidad, Estado y Modernidad*. Bogotá: ICANH, 2000.

HEINISCH, C. Soberanía alimentaria: un análisis del concepto. In: HIDALGO, Francisco; LACROIX, Pierril; ROMÁN, Paola (Eds.). *Comercialización y soberanía alimentaria*. Quito: SIPAE, 2013.

HERNÁNDEZ, R. Teorías sobre el campesinado en América Latina: una evaluación crítica. *Revista Chilena de Antropología*, 12, p. 179-200, 1994.

HIDALGO F., Francisco; HOUTART, François; LIZÁRRAGA A., Pilar (Eds.). *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos*. Quito: IAEN, 2014.

KARPIK, L. *Valuing the unique: the economics of singularities*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2010.

KING, B. G.; PEARCE, N. A. The contentiousness of markets: politics, social movements, and institutional change in markets. *Annual Review of Sociology*, vol. 36, p. 249-267, 2010.

KIRWAN, Emma. La canasta comunitaria: una plataforma urbano-rural para la seguridad alimentaria. *LEISA, Revista de Agroecología*, p. 26-29, dic. 2008.

KOROVKIN, Tanya. Comunidades Indígenas, economía del mercado. In: *Comunidades Indígenas, economía del mercado y Democracia en los Andes Ecuatorianos*. CEDIME, 2001. (Trabajos del Instituto Francés de estudios Andinos 151). Disponible em: <<https://repository.unm.edu/bitstream/handle/1928/10715/Comunidades%20ind%20C3%ADgenas%20econom%20C3%ADa%20el%20mercado.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

KUAN, C. J. *La crisis alimentaria: retos y oportunidades en los Andes*. Lima: Judith Kuan Cubillas, 2009.

LAMONT, Michèle; BELJEAN, Stefan; CLAIR, Matthew. What is missing? Cultural processes and causal pathways to inequality. *Socio-economic Review*, v. 12, n. 3, 2014.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economía Solidaria. In: CATTANI, A. D. et al. (Coords.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009. (Série Políticas Sociais).

LARREA, Carlos. Dolarización y Desarrollo Humano en Ecuador. Iconos. *Revista de Ciencias Sociales*, n. 19, p. 43-53, mayo 2004. Disponible em:

<<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/2271/4/RFLACSO-I19-07-Larrea.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

LINDEKILDE, Lasse. Discourse and Frame Analysis: In-Depth Analysis of Qualitative Data in Social Movement Research (p.195-227). In: DELLA PORTA, Donatella (Ed.). *Methodological practices in social movement research*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MACADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. *To map contentious politics. Mobilization*, I (1), p. 17-34, 1996.

MARTÍNEZ, Jarrison. *Paz, Agricultura familiar y economia solidaria: un vinculo inseparable en Colombia*. [Bogotá]: Instituto de Economia Social y Cooperativismo – INDESCO, 2014.

_____. Una mirada al mundo de la agricultura y el desarrollo rural. In: ACEVEDO OSORIO, Alvaro; MARTÍNEZ COLLAZOS, Jarrison (Comps.). *La agricultura familiar em Colombia: estudios de caso desde la multifuncionalidad y su aporte a la paz*. Bogotá: Ed. Universidad Cooperativa de Colombia, 2016. p11-29.

MAY, Tim. Pesquisa Documental: escavações e evidências. In: _____. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150902820354>.

MEJÍA QUINTANA, Oscar. *Dominación y exclusión en la constitución del 91. La constitucionalización de la mentira*. Bogotá DC: Espacio Crítico, 2002. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/artcls/a0049_om-a02.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREANO, Alejandro. Ecuador en la encrucijada. *OSAL, Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, año VI, n. 19, jul. 2006.

MORLINO, Leonardo. Problemas y opciones en la comparación. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. (Comp.). *La comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza, 1994. p. 13-27.

_____. *Introducción a la investigación comparada*. Madrid: Alianza, 2010.

MUÑOZ, Juan Pablo. Constituyente, Gobierno de transición y soberanía alimentaria en Ecuador. In: GASCÓN, Jordi; MONTAGUT, Xavier (Coord.). *Estado, movimientos sociales y soberanía alimentaria en América Latina*. Hacia un cambio de paradigma agrario (int). Quito: FLACSO, Icaria, Xarxa de Consum Solidari, 2011. p. 151-191.

NAHOUM, André Vereta. *Selling “cultures”*: the traffic of cultural representations

from the Yawanawa. 2013. 295f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-15012014-102023/pt-br.php>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de, VEZZANI, Fabiane Machado (Orgs.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura* / Organizadores. Curitiba: Kairós, 2013.

NIETO LÓPEZ, Jaime Rafael et al. El ciclo de protestas sociales en colombia y la movilización agraria. *OSAL, Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, n. 36, p.228-239, dic. 2014. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/contador/sumar_pdf.php?id_libro=926>. Acesso em: julho 20 de 2016.

OLIVER, Pamela. Collective Action (Collective Behavior). In: SNOW, David A. et al. *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. Hoboken: Blackwell Publishing, 2013.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. Trad. de Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *The logic of collective action: public goods and the Theory of Groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1971. (Harvard Economic Studies 124).

OSTROM, E. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. COLLECTIVE ACTION AND THE EVOLUTION OF SOCIAL NORMS. *THE JOURNAL OF ECONOMIC PERSPECTIVES*, AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION, VOL. 14, N. 3, P. 137-158, SUMMER 2000.

PEREZ-CASSARINO, Julian; DUARTE, Angela. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede Ecovida de agroecologia. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de, VEZZANI, Fabiane Machado (Orgs.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura* / Organizadores. Curitiba: Kairós, 2013.

PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. INDH – Informe de Desarrollo Humano: El conflicto: callejón con salida. 2003. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/colombia_2003_sp.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. INDH – Informe de Desarrollo Humano: Colombia rural: razones para la esperanza. 2011. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/colombia/docs/DesarrolloHumano/undp-co-ic_indh2011-parte1-2011.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e

consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*, v. 8, n. 15, p. 199-224, out. 2009.

PRZEWORSKI, A.; TEUNE, H. *The Logic of Comparative Social inquiry*. New York: John Wiley & Sons, 1970.

RAGIN, C. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, 1989.

RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin. Fragmentación, reflujo y desconcierto. Movimientos sociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). *OSAL, Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, año I, n. 1, jun. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal28/04Ramirez.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

RAMOS, Pedro; STOREL JR., Antonio Oswaldo. O açúcar e as transformações nos regimes alimentares. *Cadernos de Debate, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP*, vol. VIII, p. 36-54, 2001.

RITTER, Daniel P. Comparative Historical Analysis. In: DELLA PORTA, Donatella (Ed.). *Methodological practices in social movement research*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 97-116.

RUBIO, B. (Org.). *Formas de explotación y condiciones de reproducción de las economías campesinas*. Quito: Ediciones La Tierra, 2008.

SALCEDO, Leonardo; PINZÓN, Ricardo; DUARTE, Carlos. El Paro Nacional Agrario: un análisis de los actores agrarios y los procesos organizativos del campesinado colombiano. *Centro de Estudios Interculturales. Universidad Javeriana de Cali*, sep. 2013. Disponível em: <http://www.javerianacali.edu.co/sites/ujc/files/node/field-documents/field_document_file/el_paro_nacional_agrario_-_un_analisis_de_los_actores_agrarios_y_los_procesos_organizativos_del_campesinado_colombiano._centro_de_estudios_interculturales.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

SALCEDO, Salomón; DE LA O, Ana Paula; GUZMÁN, Lya. 2014. El concepto de agricultura familiar en América Latina y el Caribe. In: SALCEDO, Salomón; GUZMÁN, Lya (Eds.). *Agricultura Familiar em América Latina y El Caribe: recomendaciones de política*. 17-34. Santiago de Chile: FAO, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/019/i3788s/i3788s.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

SARANDÓN, S. J.; FLORES, C. C. (2009) Evaluación de la sustentabilidad en agroecosistemas: una propuesta metodológica. *Revista Agroecología*, España, vol. 4, p. 19-28, 2009. ISSN: 1989-4686.

SARRIA ICAZA, A. M. Movimento social. In: CATTANI, A. D. et al. (Coords.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009. (Série Políticas Sociais).

SCHILLER-MERKENS, S. Framing moral markets: the cultural legacy of social movements in an emerging market category. Köln: MPIfG, 2013. Disponível em: <http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp13-8.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

SCHMITTER, Philippe C.; STREECK, Wolfgang. *The Organization of Business Interests: Studying the associative action of business in advanced industrial societies*. Köln: Max Planck Institut für Gesellschaftsforschung, 1999. (Series MPIfG discussion paper).

SEGURA, Renata; BEJARANO, Ana María. ¡Ni una asamblea más sin nosotros! Exclusion, inclusion, and the politics of constitution-making in the Andes. *Constellation*, vol.11, n. 2; p. 217-236, 2004.

SILVA URBINA, Gonzalo. Circuitos económicos solidarios y puesta en valor del patrimonio cultural. In: VAZQUEZ, Lola; JIMENEZ, Jhonny (Coords.). *Economía solidaria: patrimonio cultural de los pueblos*. 2. ed. Quito: ABYA YALA, Universidad Politécnica Salesiana. Quito, 2013. p. 56-114. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/economia_solidaria_patrimonio_cultural.pdf>. 20 jun. 2016

SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *Int. Soc. Mov. Res.* 1, p. 197-218, 1988.

SOULE, S. A. Social movements and markets, industries, and firms. *Organization Studies*, v. 33, n. 12, p. 1715-1733, 2012.

STIGLITZ, Joseph. *Comércio justo para todos*. Buenos Aires: Alfaguara, 2008.

STRAUSS, Anselm L. *Qualitative Analysis for Social Scientist*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

VAN DER PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

_____, JINGZHONG, Ye; SCHNEIDER, Sergio. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *The Journal of Peasant Studies*, 39, p. 133-173, 2012.

VAZQUEZ, Lola; JIMENEZ, Jhonny. Introducción. In: _____. *Economía solidaria: patrimonio cultural de los pueblos*. 2. ed. Quito: ABYA YALA, Universidad Politécnica Salesiana. Quito, 2013. p. 12-17. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/economia_solidaria_patrimonio_cultural.pdf>. 12 ago. 2016.

WEBER, K.; HEINZE, K. L.; DESOUCHEY, M. Forage for thought: mobilizing codes in the movement for grass-fed meat and dairy products. *Administrative science quarterly – ASQ*, vol. 53, n. 3, p. 529-567, 2008.

WILKINSON, J. Sociologia Econômica, a Teoria das Convenções e o funcionamento

dos mercados. *Ensaio FEE*, 2002.

_____. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

WOLF, E. R., *Peasant Wars of the Twentieth Century*, NY: Harper & Row, 1969.

WHITE, H. Where do markets come from? *American Journal of Sociology*, n. 87, p. 517–47, 1981.

_____. *Markets from networks: socioeconomic models of production*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

ZELIZER, Viviana. Past and futures of Economic Sociology. *American Behavioral Scientist*, n. 50, p. 1056-1069, 1 apr. 2007.

_____. *Economic lives: how culture shapes the economy*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2011a.

_____. How I became a relational economic sociologist and what does that mean? *Working Paper Series*, Center for the Study of Social Organization, Princeton University, 5, June 2011b. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/esso/working-papers/WP5.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

APÊNDICE A – Quadro entrevistas

Entrevistas meSSe – Equador		
Nome entrevistado	Instituição ou Organização	Duração entrevista
Cecilia Ponce	Coordinadora General de Circuitos Alternativos de Comercialización – Ministerio de Agricultura, Ganadería, Acuacultura y Pesca.	23 min
Pablo Izquierdo Salvador	Director de Normativa Técnica de Circuitos Alternativos de Comercialización – Ministerio de Agricultura, Ganadería, Acuacultura y Pesca.	37 min
Jhonny Jimenez	Presidente del SERPAJ-E, Servicio, Paz y Justicia del Ecuador. <i>(organización del Consejo Nacional del Messe). Dinamizador Messe Nacional.</i>	54 min
Norma Cisneros	Articuladora Canasta Cayambe – Dinamizadora Messe Zona Norte	20 min
Emma Illescas	Miembro de Redesol y Dinamizadora Messe Zona Sur	55 min
Javier Flores	Miembro de Redesol (férias y restaurantes comunitarios) y Dinamizador Zona Sur	30 min
Mariana Huasi	Presidenta Asociación Agricultoras Ñucanchi Huasi – miembro Redesol, Santa Ana, Cuenca.	40 min
Lauro Poma	Presidente Red de Turismo Comunitario – Red Pacariñan. <i>(organización del Consejo Nacional del Messe)</i>	50 min
Cecilia Yungan	Fundación Utopia – Canasta Riobamba. Dinamizadora Messe Zona Centro	32 min
Lupe Ruiz	Asociacion Canasta Riobamba Utopia. Colectivo Agroecologico.	56 min
Total duração entrevistas		397 minutos

Entrevistas Agrosolidaria – Colômbia		
Nome entrevistado	Instituição ou Organização	Duração entrevista
Mario Bonilla	Codirector - AGROSOLIDARIA Federación Boyacá e de AGROSOLIDARIA Confederación Colombia.	137 min
Elsy Sierra	Auxiliar Administrativo. Agrosolidaria Federación Boyacá	62 min
Nilson Rodríguez	Agrosolidaria seccional Engativá.	53 min
Marietta Bucheli	Directora. Instituto de Estudios Rurales. Facultad de Estudios Ambientales y Rurales. Pontificia Universidad Javeriana.	48 min
Colombia Perez	Directora. Instituto de Economía Social y Cooperativismo INDESCO. UNIVERSIDAD COOPERATIVA DE COLOMBIA.	45 min
Jarrison Martínez	Dirección de Investigaciones. Instituto de Economía Social y Cooperativismo INDESCO. UNIVERSIDAD COOPERATIVA DE COLOMBIA. Representante de REDESS Colombia.	57 min
Oswaldo Gómez	Produtor Quinoa – Agrosolidaria Tibasosa.	15 min
Total duração entrevistas		417 minutos

APÊNDICE B – Lista de dimensões e categorias no Nvivo 11

COLÔMBIA	
Dimensões	Categorias
Atores	Cooperação Internacional
	Estado
	Igreja
	Movimentos Sociais
	Ongs nacionais
	Organização de consumidores
	Organização produtores
	Organizações sociais
	Universidade
Bandeiras	Economia solidária
	Articulação e incidência política
	Soberania e segurança alimentar
	Autonomia
	Agroecologia e agricultura familiar
	Circuitos de comércio
Recursos	Recursos culturais
	Recursos humanos
	Recursos materiais
	Recursos morais
	Recursos socio-organizacionais
EQUADOR	
Atores	Cooperação Internacional
	Estado
	Igreja
	Movimentos Sociais
	Ongs nacionais
	Organização de consumidores
	Organização produtores
	Organizações sociais
	Universidade
Bandeiras	Economia solidária

	Articulação e incidência política
	Soberania e segurança alimentar
	Resistencia e autonomia comunitária
	Agroecologia e agricultura familiar
	Circuitos de comércio
Recursos	Recursos culturais
	Recursos humanos
	Recursos materiais
	Recursos morais
	Recursos socio-organizacionais

APÊNDICE C – Organizações que fazem parte da campanha de consumo responsável *¡Que rico es!*

Colectivo Agroecológico del Ecuador

Movimiento de Economía Social y Solidario del Ecuador

Slow Food

Convivium Amawta Kawsay

Convivium Inti Chu'a

Nutricionista, escritora y cocinera Michelle O. Fried

Red de Guardianes de Semillas

Federación de Centros Agrícolas y Organizaciones Campesinas del Litoral FECAOL

Unión de Organizaciones de Campesinas de Esmeraldas

Red Agroecologica del Austro

Runa Kawsay

Feria La Carolina, Quito

Utopía

Minga por la Pachamama

El Poder del Cucharón

Sistema de Investigación sobre la Problemática Agraria en el Ecuador SIPAE

Restaurante Quinoa

Corporación La Choza

Radio Salinerito

Radio Runacunapac Yachana

Radio “La voz de Guamote”

Tienda de productos orgánicos Wayruro

Conservas “La Qabra tira al Monte”

Productos elaborados a base de miel Api Real

Cafetería y chocolatería Cheztiff

Gobierno Autónomo Descentralizado de Pedro Moncayo

Red de ferias agroecológicas de Tabacundo

Fundación Sedal

Fundación Vibrant Villages

Red de productores BioVida de Cayambe

Feria Imbabío en Otavalo

Fundación Ekorural

Feria en la Supermanzana C de Carcelen en Quito

Restaurante “El Sol abraza”

Festival de Cine Pupilas Gustativas

Cooperativa Zapallo Verde

Programa radial “Luciernaga Comunitaria” en Radio Mensaje de Cayambe

Programa radial “Mama Cuchara” en Radio Pública Municipal de Ibarra

Feria Frutos de la Pachamama en Ibarra

Feria La Pachamama nos alimenta en Otavalo

Feria Allukunapak Yachana en Otavalo

Feria Sumak Pacha, en Otavalo

Canastas Urku Wayku en Quito